

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI
MESTRADO EM PSICOLOGIA

PRISCILA FERNANDA SANTIAGO FERREIRA

ASSÉDIO SEXUAL: uma forma de desengajamento moral no ambiente de trabalho das
profissionais do sexo

São Luís
2019

PRISCILA FERNANDA SANTIAGO FERREIRA

ASSÉDIO SEXUAL: uma forma de desengajamento moral no ambiente de trabalho das
profissionais do sexo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Psicologia da Universidade
Federal do Maranhão como requisito para
conclusão de Mestrado em Psicologia
Linha de Pesquisa: Trabalho, Saúde e
Subjetividade
Orientador: Prof. Dr. Wellington Lima
Amorim

São Luís
2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Santiago Ferreira, Priscila Fernanda

ASSÉDIO SEXUAL: uma forma de desengajamento moral no ambiente de trabalho das profissionais do sexo / Priscila Fernanda Santiago Ferreira - 2019.

129f.

Orientador (a): Wellington Lima Amorim.
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Psicologia/cch,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

1. Assédio Sexual. 2. Desengajamento Moral. 3. Prostituição. I. Lima Amorim, Wellington. II. Título.

PRISCILA FERNANDA SANTIAGO FERREIRA

ASSÉDIO SEXUAL: uma forma de desengajamento moral no ambiente de trabalho das
profissionais do sexo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Psicologia da Universidade
Federal do Maranhão como requisito para
conclusão de Mestrado em Psicologia
Linha de Pesquisa: Trabalho, Saúde e
Subjetividade

Aprovada em: __/__/____.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Wellington Lima Amorim (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Profa. Dra. Cristianne Almeida Carvalho
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Profa. Dra. Deisi Luzia Zanatta
Universidade de Passo Fundo – UPF

A Deus, minha razão de ser.

AGRADECIMENTOS

Ao meu amor maior, Deus! Pelo Seu amor, pela Sua misericórdia, por me amar e ensinar a Te amar, por não desistir de mim e me fazer entender que minha missão de vida é Te servir. Tu és o grande Eu Sou, Aquele que os melhores presentes tem para mim e sonhaste comigo este mestrado, dando-o no momento e condições necessárias, adequadas para que eu entendesse que sou dependente de Ti. Que meus sonhos estejam sempre alinhados com os Teus, pois és o meu melhor caminho e o único que me dá paz e esperança em cada passo que dou.

A minha família, Família Santiago, que é projeto do Eterno e tem caminhado comigo em cada desafio pessoal e profissional. Muitas vezes sacrificando-se e unindo esforços para que os meus planos se tornem realidade. Em especial, a minha avó, Rita, que na hora dos meus desesperos diz: “Minha filha, vovó está aqui!” e que sempre me defende com garra, ensinando a cada dia como resistir e vencer os desafios. Agradeço a minha tia Helena que sempre está ao meu lado, incentivando, cuidando, amando e vivendo intensamente cada um dos meus desejos. Muito obrigada por ter andando a cidade inteira comigo, procurando os livros que precisava ler para fazer a prova de seleção para o mestrado. Na instituição familiar demonstro gratidão, também, ao meu tio Zeca pois aqueles cem reais que o senhor me deu para eu comprar livro e estudar com foco no sonhado mestrado, transformaram-se em uma realidade que tenho o prazer de dividir com você.

Gratidão tenho aos amigos de turma. Sem o apoio de vocês tudo seria muito mais difícil, no entanto sempre estavam dispostos a me ajudar, pois reconheciam o esforço e as dificuldades vividas por mim ao fazer uma pós-graduação que, apesar da afinidade, trazia aspectos que não eram da minha área. Obrigada pelo carinho e dedicação para me darem uma festa surpresa de aniversário. Dentre os amigos do mestrado cito Carol, pela sua doçura, afeto e por me acolher inúmeras vezes com sua empatia. Muito obrigada, Sthela pelos sorrisos e cada momento divididos, em que você foi espelho para mim. Dou graças a Deus pela vida de Karla Fernanda, a irmã que Ele me deu por meio do mestrado, um ser humano mais que especial e generoso, um alguém que ganhou minha confiança, um alguém que se tornou meu braço direito e está comigo em cada momento e que pode viver até aqui comigo o que de mais importante consegui, pois chegou no tempo certo. Apenas te amo!

As dificuldades da vida trouxeram Iva Cavalcante para me ensinar a desconstruir e reconstruir as coisas da maneira adequada ao meu eu, da maneira em que posso ser eu mesma, encontrando e respeitando meus desejos, minhas dificuldades e, principalmente, meu caminho

e necessidade de paz. Você entrou em minha vida trazendo consigo muitas funções e responsabilidades sobre mim, e a cada dia colhemos juntas os frutos, porque continua comigo.

Com minhas singelas palavras revelo meu apreço pelo amigo Miguel Jatobá, um homem que transborda ingenuidade, loucura e amor. Aquele que encontrei pelo caminho e me acompanhou, que quando vi já estava lutando comigo e por mim, sem eu nem estar pronta para lutar. Tu tens sido uma de minhas pilastras neste mundo, um dos meus socorros, um dos meus conselhos e puxões de orelha preferidos, porque não apenas me ensina a andar nesse novo caminho, mas revela em mim o que há de mais importante, a respeitar e amar o que sou. A extravasar a alegria que, às vezes, quero oprimir, de modo a sorrir e quase ficar sem ar, a trocar conhecimentos com a pureza daqueles que não precisam de medida comparativa, a entender o que é igualdade e autoridade quando permite que eu coloque a mão sobre sua cabeça e, principalmente, te agradeço porque com o nosso jeito torto conseguimos moldar, tratar um ao outro e crescer juntos com os olhos elevados para o alto. Para ti, eu não tenho palavras, mas há muito prazer em poder te chamar de Aba.

Neste mundo de reconhecimentos, é fundamental valorizarmos aqueles que exercem a arte de ensinar, dessa forma deixo meus agradecimentos a todos os colaboradores e professores do mestrado em Psicologia da UFMA, em especial as professoras Carla Vaz e Denise Bessa por nos contagiar com a dedicação e empolgação pela Psicologia do Trabalho, nos permitindo lançar olhar cauteloso sobre os aspectos trabalhistas. Muito obrigada, professor Argos Gumbowsky, pelas orientações, sugestões na qualificação, contribuindo para a melhoria deste trabalho. Ao professor Everaldo da Silva, por fazer parte da banca de defesa e por sinalizar ajustes necessários nesta dissertação. À professora Cristianne Almeida também por compor a banca e pelas contribuições dadas no processo de construção deste trabalho, assim como agradeço por nos ensinar a ser profissionais exemplares, por ser uma pessoa apaziguadora, um alguém que se posiciona de maneira sensata nas diversas situações e por ter me dado força quando eu caí.

Ao meu orientador Wellington Lima Amorim, por ter confiado em mim como capaz de realizar este estudo, por nos fazer caminhar em disciplina e exercitar a escrita desde o começo do mestrado. Obrigada pela sua paciência, pelas vezes que sentou e construiu o saber ao meu lado, pela disponibilidade e por não ter desistido de mim, quando eu já não cria que era capaz, demonstrando preocupação e apoio não apenas a uma aluna, mas a um ser humano.

O sonho do mestrado não seria possível se não tivesse você, Thiago Cardoso, que desde quando me conheceu na graduação, incentivou meus esforços profissionais e se fez meu

amigo contribuindo pessoalmente. O mestrado era um plano em minha vida, só que muito distante e você fez ele chegar quando menos esperava, mandando para mim o edital de seleção, então começamos a trabalhar juntos na execução desse plano. Foi um enorme prazer poder voltar a UEMA e novamente como sua orientanda, dessa vez em estágio docente. Vejo tanto de ti em mim, que até o mestrado concluímos com a mesma idade. Grata sou por todos seus conselhos profissionais, pessoais e pelo seu AVANTE e confiança nas inúmeras responsabilidades e oportunidades que me deu. Você é referência em humildade.

Agradeço a entrevistada desta pesquisa, que desde o primeiro contato colocou-se à disposição para a pesquisa e proporcionou que eu entendesse um pouco do mundo da profissão do sexo em nossa cidade e país, permitindo que participasse do 6º Encontro Nacional de Prostitutas, dividiu momentos importantes de sua vida, não apenas fornecendo dados para a pesquisa, mas me ensinando a ser mais humana e mais cidadã.

Por fim, reconheço a contribuição, direta e indireta, de todos nesse ciclo de minha vida.

RESUMO

Por muito tempo a humanidade convive com o comércio sexual e deixa notória a insatisfação com a existência de tal, esforçando-se em bani-lo ou submetê-lo ao controle e exercício de poder. Mesmo com tais tentativas, em outros tempos a prostituição fora tida com tamanha importância, a ponto de contribuir com as demandas estatais. Durante sua história muitas foram e são as depressões, assim como momentos de alta, mas a prostituição sempre foi um fenômeno que acompanhou e ainda acompanha o desenvolvimento humano. Os dilemas sobre a profissão são muitos entre aqueles que a aceitam como trabalho e aqueles que não, dentre estes prevalece a prática do desengajamento moral, uma prática estudada pelo psicólogo Albert Bandura, que mostra a capacidade do ser humano elaborar explicações para justificar atos antissociais, de forma a eliminar ou minimizar a sensação de culpa ou censura. Então esta dissertação tem por objetivo maior analisar a história de vida de uma prostituta não atuante e identificar os mecanismos de desengajamento moral presentes nos casos de assédio sexual contra essas profissionais. Sendo uma pesquisa pautada no método história de vida, onde se relatou a história de vida de uma profissional do sexo não atuante que é referência para o movimento de prostitutas no estado do Maranhão. Este estudo torna-se relevante porque acrescentará dados importantes à Rede Brasileira de Prostituição, assim como à Associação de Prostitutas do Maranhão (APROSMA) e beneficiará a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e as Ciências Humanas, em especial a Psicologia, com informações que impulsionarão futuros estudos, servindo de fonte de pesquisa.

Palavras-chave: Prostituição. Desengajamento Moral. Assédio Sexual.

ABSTRACT

For a long time mankind has been living with the sex trade, and it has made the dissatisfaction with the existence of such a person remarkable, striving to banish it or to subject it to control and the exercise of power. Even with such attempts, prostitution had once been so important, to the point of contributing to state demands. During its history many were and are depressions, as well as moments of discharge, but prostitution has always been a phenomenon that accompanied and still accompanies human development. The dilemmas about the profession are many among those who accept it as work and those who do not, among these the practice of moral disengagement prevails, a practice studied by the psychologist Albert Bandura, which shows the capacity of the human being to elaborate explanations to justify antisocial acts, in order to eliminate or minimize the sensation of guilt or censorship. So this dissertation aims to analyze the life history of a non-active prostitute and to identify the mechanisms of moral disengagement present in cases of sexual harassment against these professionals. Being a research based on the method of life history, where the life story of an unprofessional sex professional who is reference for the prostitute movement in the state of Maranhão was reported. This study becomes relevant because it will add important data to the Brazilian Prostitution Network, as well as to the organization of prostitutes in Maranhão (APROSMA) and will benefit the Federal University of Maranhão (UFMA) and the Humanities, especially Psychology, with information that will boost future studies, serving as a research source.

Keywords: Prostitution. Moral Disengagement. Sexual harassment.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-----------------|---|----|
| Figura 1 | – Localização e ocupação da área onde funciona a ZBM..... | 48 |
| Figura 2 | – Mapa da Praia Grande e Desterro | 59 |
| Figura 3 | – Relato de brasileiras agredidas e assediadas em 2016..... | 62 |
| Figura 4 | – Agressão a prostitutas | 72 |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 | Justificativa | 15 |
| 1.2 | Objetivos | 16 |
| 2 | A PROSTITUIÇÃO E SUA HISTÓRIA | 18 |
| 2.1 | Por que a Prostituição Não Pode Ser Considerada um Trabalho? | 29 |
| 2.2 | Por que a Prostituição Pode Ser Considerada Um Trabalho? | 37 |
| 2.3 | História da Prostituição em São Luís – Maranhão | 45 |
| 3 | ASSÉDIO SEXUAL | 61 |
| 3.1 | O Assédio Enquanto Desengajamento Moral | 74 |
| 4 | MÉTODO | 78 |
| 4.1 | Aspectos Éticos | 79 |
| 4.2 | Participante e Local da Pesquisa | 80 |
| 4.3 | Procedimentos e Execução da Pesquisa | 80 |
| 5 | ANÁLISE DE DADOS | 83 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 103 |
| | REFERÊNCIAS | 107 |
| | APÊNDICES | 113 |
| | ANEXOS | 124 |

1 INTRODUÇÃO

A prostituição é considerada um dos trabalhos mais antigos na humanidade e de acordo com Sandra Azeredo (2002) desde a antiguidade essa atividade já era vista como a posição mais baixa desempenhada por uma mulher, em especial aquelas sem estudo e qualificação profissional. O que reflete que desde então as profissionais do sexo já viviam marginalizadas socialmente por exercerem um trabalho cujo desprezo moral lhe cabia perfeitamente, assim como a violação de seus direitos. O reflexo da construção sócio histórica.

Entende-se que, além disso, as profissionais do sexo estão expostas a diversos riscos físicos, psicológicos, doenças sexualmente transmissíveis, exploração sexual e violências como o assédio sexual que é comum no trabalho de tais profissionais. Dessa forma, é importante estudar como o desengajamento moral é manifestado enquanto assédio sexual contra as profissionais do sexo por pessoas que praticam ações nocivas e buscam justificá-las social e moralmente levando em consideração fatores culturais, históricos, sociais, políticos, entre outros, e como é compreendido por elas, qual o significado que atribuem a esses comportamentos. A cultura brasileira costuma ser conivente com atitudes pautadas em erotismo, sensualidade, malícia, humor com duplo sentido manifestados nas músicas, no modo de dançar, em algumas vestimentas, na informalidade, entre outras formas, o que dá espaço para que se pense atitudes como o assédio de modo ingênuo.

Em Albert Bandura, Roberta Gurgel Azzi e Soely Polydoro (2008), o conceito de desengajamento moral é trazido como uma forma que as pessoas lançam mão para justificar atos antissociais sem que permitam cair sobre si a culpa ou censura por isso. Ou seja, removem-se os padrões comportamentais éticos a que estão, geralmente, atrelados, para agir de forma contrária a esses padrões, pois o desengajamento moral traz implicações não só de ordem ética e moral, mas legal. Como é o caso do assédio sexual que é uma forma corriqueira, às vezes, sutil e velada contra as mulheres, de desengajamento abrangido no art. 1º da Constituição Federal como violação aos direitos fundamentais de dignidade humana e valores sociais do trabalho, indo de encontro à liberdade, igualdade, privacidade e intimidade. Para Isabel Dias (2008), o assédio sexual consiste em uma atitude de cunho sexual não desejado pela pessoa a que foi destinado, ofendendo a integridade física e moral da mesma.

Essa violência não deve ser justificada de forma alguma, mas muitos agressores a utilizam contra as profissionais do sexo, tomando a essência sexual do trabalho como justificção para atitudes que agridem a integridade física, moral, honra, mente, rompendo

com direitos básicos de qualquer ser humano. E que no Brasil a cultura, que ainda tem fortemente a figura masculina como dominante em relação à feminina, dá espaços maiores para que o assédio sexual aconteça e seja tratado com normalidade e aceitável.

Assim, a manutenção dos padrões morais e valores costuma ser justificativa para a organização e submissão do comércio sexual, à exploração de mão de obra e maus tratos como o próprio assédio sexual, espancamentos, tráfico de pessoas, entre outras formas de desumanização e sequestro da subjetividade das prostitutas. O século XXI, porém, tem sido palco de dilemas e argumentos que giram em torno da legalização da atividade e do reconhecimento da mesma como uma profissão como outra qualquer, onde se tem opiniões favoráveis e contrárias.

Entende-se que o processo de socialização permite às pessoas adotar padrões morais que são usados como base para a auto sanção sobre a conduta moral, sendo, pois, um processo auto regulatório em que as condutas são monitoradas, assim como as condições em que ocorrem, levando em consideração as consequências aplicadas a si mesmo. Já que as ações morais são resultado de uma ação recíproca das influências tanto pessoais quanto sociais. Aqueles que agem de forma desengajada fazem coisas que lhe dão satisfação e compõem o seu senso de autovalor, de modo que evitam comportamentos que possam violar os seus padrões morais e assim não haja autocondenação. Para isso podem utilizar algum (uns) dos oito mecanismos de desengajamento moral que Albert Bandura definiu como Justificação Moral, Linguagem Eufemística, Comparação Vantajosa, Deslocamento da Responsabilidade, Difusão da Responsabilidade, Distorção das Consequências, Desumanização, Atribuição da Culpa.

Ao compreender processos históricos pelos quais os brasileiros passaram é possível perceber a conservação e mudança dos padrões estabelecidos pela sociedade e como interferiram e interferem no exercício da prostituição em uma sociedade onde as mulheres ainda lutam para conseguir espaço e respeito pelos seus direitos. Além de ser passível de percepção a maneira como o desengajamento moral tem sido utilizado e as diversas formas de uso dos oito mecanismos como violência àquelas que exercem o trabalho sexual.

Este trabalho é composto por seis capítulos, em que o primeiro é a introdução com uma contextualização do tema deste estudo, a justificativa e os objetivos; o segundo capítulo aborda a prostituição e sua história em âmbito mundial e regional (em São Luís – MA) e comenta sobre ser considerada, no Brasil, a prostituição um trabalho ou não. O terceiro capítulo apresenta o assunto assédio sexual e o relaciona com a teoria do Desengajamento Moral de Albert Bandura. O quarto capítulo tem a finalidade de comentar o método utilizado

no trabalho. O quinto capítulo traz a análise dos dados tomando por base o método e assim apresentando a história de vida de uma profissional do sexo não atuante, analisada a partir dos conceitos de assédio sexual e da teoria do Desengajamento Moral. Por fim, o sexto capítulo constitui as considerações finais, onde se revê e discute os objetivos estabelecidos para a pesquisa.

1.1 Justificativa

Discorrer sobre prostituição não é tarefa fácil, devida à delicadeza do assunto que, por muito, exige a necessidade de dispor-se a conhecer e, até mesmo, enfrentar mistificações e crenças culturalmente arraigadas na sociedade, apesar de ser um dos trabalhos mais antigos e que acompanha a história de toda e qualquer civilização (AZEREDO, 2002). O que faz tal temática ser sempre atual e motivadora de estudos como este, já que é o reflexo de uma construção sócio histórica.

A prostituição é uma profissão de várias funções para quem a exerce, podendo pautar-se no atendimento de carências afetivas, de estudo e/ou qualificação profissional, econômicas, de vaidade, de luxo, e o próprio prazer sexual. Contudo, nenhuma dessas funções exige as profissionais de doenças sexualmente transmissíveis, exploração sexual, marginalização social, desprezo moral, riscos físicos, psicológicos, que incluem violências como o assédio sexual.

Nesse cenário compreendo que os impasses encontrados são muitos. O simples fato de as prostitutas, geralmente, não escolherem os clientes, permite que a violência seja constante, pois se tem um contexto profissional de grande vulnerabilidade.

Dessa forma, o presente estudo é motivado pelo meu interesse em entender como ocorre o assédio sexual às profissionais do sexo através da identificação do uso de mecanismos de desengajamento moral com a finalidade de agredir física ou moralmente tais trabalhadoras. Assim como compreender a manutenção e construção dos padrões morais, culturais, históricos, sociais que embasam e ajudam a justificar as atitudes antissociais contra essas mulheres que além de satisfazerem os desejos sexuais de clientes, suportam seus desejos imorais de vexar, perseguir e chantagear. Visto que muitos são os estudos que tratam do perfil das profissionais do sexo, mas poucos os que falam sobre a violência vivida no dia a dia do exercício laboral das mesmas, como Costa et al. (2009) fazem em seu estudo intitulado “O Trabalho das Profissionais do Sexo”. E que direito algum é dado a qualquer indivíduo para violentar as pessoas que se prostituem, independente da tipologia do trabalho.

Omar Latif (2007) considera o assédio sexual como uma atitude de perseguição manifestada por pedidos ou pretensões inconvenientes e insistentes, de cunho sexual explícita ou implicitamente. Ou seja, é postura sexual repelida e discordada pelo assediado. É fato que os usuários dos serviços de prostituição que assediam são indivíduos que vivem e praticam o desengajamento moral, que é uma forma das pessoas validarem práticas antissociais com uso de justificativa social e moral, pensada por Albert Bandura que propunha mostrar a capacidade do ser humano elaborar explicações para justificar atos antissociais, de forma a eliminar ou minimizar a sensação de culpa ou censura.

O desengajamento moral é um conceito trabalhado por Bandura dentro da Teoria Social Cognitiva que considera as pessoas como produto e produtoras do ambiente no qual estão inseridas, dotadas de faculdade para atuar de forma intencional tendo em vista os efeitos produzidos no ambiente, sendo ainda essas ações fruto de interação recíproca de influências cognitivas, afetivas e sociais (AZZI, 2011). A pessoa é capaz de construir e modificar, mesmo que em partes, a realidade conforme seus interesses.

Sobre tal assunto tenho a oportunidade de contribuir com uma pesquisa inovadora na temática, uma vez que são poucos os estudos realizados e, em geral, falam sobre trânsito, tendo por exemplo o estudo “Uma Medida de Justificativas de Motoristas para Infrações de Trânsito” realizado por Neto, Iglesias e Günther (2012), ou assédio moral em escolas, conforme fizeram Luciene Tognetta et al. (2015) em “Desengajamentos Morais, Autoeficácia e Bullying: a trama da convivência”. As contribuições do estudo também acrescentarão dados importantes à Rede Brasileira de Prostituição, assim como à Associação de Prostitutas do Maranhão (APROSMA). E beneficiarão a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e as Ciências Humanas, em especial a Psicologia, com informações que impulsionarão futuros estudos, servindo de fonte de pesquisa.

A partir do que foi dito acima, o problema que implica a pesquisa de minha dissertação é: Como se manifestam os mecanismos de desengajamento moral presentes nos casos de assédio sexual contra as profissionais do sexo?

A fim de responder essa questão norteadora, elenquei os seguintes objetivos geral e específicos:

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a história de vida de uma prostituta não atuante e identificar os mecanismos de desengajamento moral presentes nos casos de assédio sexual contra essas profissionais.

1.2.2 Objetivos específicos

- Apresentar os fundamentos da Teoria Social Cognitiva, e de Desengajamento Moral, de Albert Bandura;
- Apresentar a concepção de uma prostituta não atuante acerca do assédio sexual laboral com prostitutas;
- Entender como a cultura pode influenciar o desengajamento moral que busca justificar o assédio sexual com as profissionais do sexo.

2 A PROSTITUIÇÃO E SUA HISTÓRIA

Este capítulo traz uma breve explanação da história da prostituição desde a antiguidade até o século XXI, passando pelas civilizações antigas como Grécia até o Brasil e chegando à história da Zona do Baixo Meretrício localizada na cidade de São Luís, Maranhão, local da pesquisa.

A prostituição pode ser considerada como uma atividade de grande importância para a civilização ocidental. Dessa forma “o panorama histórico mostra que a prática da prostituição se expressa como um fenômeno atemporal que ultrapassa os limites geográficos, a repressão, o estigma, a discriminação” (GUIMARÃES; BRUNS, 2010, p. 9). É importante ressaltar que esta atividade na antiguidade teve tamanha importância ao ponto de contribuir com as demandas estatais, sendo organizada e reconhecida pelo Estado, sendo uma prática que assumiu variadas conotações entre os desejos carnis e o poder. E que surgiu como uma resposta às necessidades sociais. Em algumas cidades a influência das pessoas que exerciam essa profissão foi maior que aquelas que não a exerciam. Bassermann (1968, p. 1) reconhece, então, os favores femininos como “o mais antigo objeto de comércio da humanidade” e como um fenômeno que acompanhou e ainda acompanha o desenvolvimento humano. Para Faria, Coelho e Moreno (2013, p. 3), “a prostituição é uma construção histórica, que foi modificada e adaptada a cada época, mas podemos dizer que desde o início combina aspectos da sexualidade, da família, das relações econômicas e de poder em cada sociedade”.

Na antiguidade grega, o homem ocidental ao civilizar-se teve como consequência o surgimento de relações comerciais mais intensas com outros povos, que gerou a acumulação de riquezas, bem como a desigualdade social. Assim, a prostituição, como atividade comercial, passou a influenciar as diversas manifestações sexuais, além de tornar-se um elemento no cotidiano dos gregos que se entregavam livremente à prostituição. Prostituir-se não era uma atividade clandestina ou proibida, visto que não havia punições às casas da cidade que serviam para esta atividade e ficavam à vista do povo.

Seu destaque deu-se nas cidades de Atenas e Corinto. O legislador Sólon, segundo Bassermann (1968, p.10) incentivou os atenienses a frequentarem essas casas como forma de evitar o homossexualismo, sem imaginar que esse incentivo causaria grande entusiasmo aos atenienses. Percebendo isso, o legislador adquiriu um prédio exclusivo para a atividade e as moças eram recrutadas por mercadores de escravos. Assim, os cofres do Estado ficavam robustos, visto serem cobrados tributos por uma pessoa específica que ajudava a difundir ainda mais esta atividade, já que cada casa aberta era uma fonte de capital.

No entanto, Sólon possuía opiniões ímpares sobre as mulheres, porque considerava que eram esposas ou prostitutas. Aquelas que viviam independentes dos homens, e não eram escravas, eram tidas para ele como prostitutas. Por isso, Roberts (1998, p. 39) informa que muitas mulheres escolheram esta atividade profissional, pois queriam ser livres e controlar as próprias vidas e fugir das funções domésticas. Contudo, diante do crescimento da atividade, a necessidade de organização tornou-se maior e originou além de regras, três grupos hierarquizados de prostitutas, distinguidas por características peculiares. Um deles denominado *Dicteríades*, escravas tidas como ocupantes dessas casas onde prestavam serviços sexuais. *Aulétrides*, compostas por mulheres do mundo artístico, geralmente tocadoras de flauta ou cítara e dançarinas. *Hetairas*, prostitutas da mais alta categoria, de beleza excepcional na sociedade, uma minoria privilegiada.

Ao contrário do que viria a tornar-se comum nos séculos seguintes, as mulheres devassas não eram escuraçadas da cidade, mas como um mal inevitável, corajosamente incorporada à vida do povo e do Estado e submetidas a uma legislação que, além de facilitar-lhes o controle, também extraía certo proveito desse vício indestrutível. (BASSERMANN, 1968, p. 16)

Especificando as categorias destas profissionais, as *Dicteríades* (públicas e disponíveis para todos) eram escravas, tidas como prostitutas vulgares, desprezadas e seguiam as ordens de saírem apenas à noite para desempenharem o seu ofício, sem autorização para estarem nas ruas quando as mulheres bem nascidas (*melissa*) se encontravam. Seu principal local de trabalho era a zona portuária de Pireu, as casas de prostituição a que pertenciam eram devidamente marcadas, e seus clientes eram marinheiros e estrangeiros. Elas usavam perucas e trajes identificáveis que consistiam em véus transparentes cobrindo o rosto e o busto. Os salários desta classe cabiam ao Estado, sendo funcionárias públicas, possuindo um registro funcional. Os seus vencimentos não eram pagos diretamente às mesmas, mas ao *pronobosceion*, o administrador, um funcionário que realizava no local o recrutamento e a seleção das profissionais do sexo. A aspiração de muitas mulheres era comprar a sua liberdade e serem donas de seu próprio negócio, mas isto era muito difícil, visto que quem organizava tudo era o Estado: “Os homens estavam fazendo enormes fortunas com a venda forçada de serviços sexuais delas: primeiro os administradores dos bordéis, depois os coletores de impostos, e finalmente, no topo do monte, o Estado” (ROBERTS, 1998, p.37).

Todavia, existiam administradoras que operavam o comércio sexual livremente em aposentos privados, hospedarias e tavernas. Elas compunham um grupo com as profissionais do sexo, sendo as mais velhas e, por isso, líderes. As prostitutas ao

envelhecerem, em geral, acabavam na miséria e obrigadas a viver em becos sujos que serviam de abrigo a bêbados.

No tângente às *Aulétrides* (dançarinas, cantoras e tocadoras de flauta ou cítara, tambores) a legislação era branda e eram bem vistas. Estas mulheres eram sábias, tinham certo conhecimento, beleza e usavam de sua arte para atrair os clientes, apresentando danças sensuais do Oriente Médio e tocando habitualmente em banquetes e festas. Não precisavam se esconder durante o dia. Trajavam roupas similares às do antigo Egito que permitiam insinuar a nudez, sendo sempre simpáticas e divertidas, uma fonte de alegria para os clientes. Era uma classe de escravas, mas por serem populares e terem poder de acumular capital, conseguiam comprar a liberdade e com isso produzir fortunas a ponto de galgar status semelhante ao das *Hetairas*.

As *Hetairas* (companheiras dos homens) eram invejadas e odiadas, também pertenciam aos ambientes festivos, possuíam elevado grau de liberdade e independência, participando da vida social à luz do sol, assistindo a peças, discursos, falando e interagindo com qualquer pessoa. Eram prostitutas de elite, inteligentes, educadas, famosas, espertas e também cultuavam a beleza. Contudo, eram mais valorizadas pelos seus dotes intelectuais do que pela própria beleza física. Não eram tratadas como meras servas sexuais, que de acordo com Bassermann (1968, p. 25)

[...], não se colocava à disposição de qualquer um, ou a qualquer tempo, permanecendo frequentemente fiel a um só homem durante meses e até anos; e muitas vezes, muito mais do que se possa imaginar, eram elas que tomavam a iniciativa das relações com o homem pelo qual viessem a interessar-se.

Dentre as mulheres atenienses eram as únicas com liberdade para gerir o próprio negócio, possuindo grande riqueza. Seus clientes eram políticos, generais, poetas, pensadores, artistas e estadistas gregos. Por sua liberdade na condução da profissão, podiam trabalhar em casas ou como funcionárias do Estado e até usando o jardim do cemitério. Havia ainda escolas para formação de *Hetairas*, onde era ensinada a arte do prazer, literatura, filosofia, retórica e a própria ciência da arte. No que tange a clientela desse comércio, a composição dava-se por rapazes que por razão da idade ainda não tinham composto família, tímidos, defeituosos, impotentes ou quase impotentes, pervertidos e os que não se satisfaziam sexualmente com as suas esposas.

A cidade de Atenas funcionava como um paraíso sexual. A sexualidade floresceu sem inibição, de modo que os homens ricos gozavam de uma variedade de serviços sexuais, sem vergonha ou apelo moral. Havia ainda para complementar a variedade dos serviços,

segundo Roberts (1998, p.32), “serviços de meninos adolescentes, concubinas, escravas domésticas, e até mesmo, um pouquinho da sua da sua própria esposa. Foi na verdade uma época de ouro do sexo – para os homens que possuíam ouro”. Havia também nessa mesma época homens que se prostituíam, eram jovens rapazes que andavam pelas ruas usando roupas coloridas e maquiagem exagerada.

Por sua vez, na antiguidade clássica de Roma, houve a preocupação com a pureza de costumes e a profissão sexual que era exercida no campo.

Não são as prostitutas ou a sua quantidade que determinam o clima de costumes de uma cidade, mas sim o comportamento da população restante. Roma tenta provar-nos essa verdade. O Direito Romano concedia à prostituta uma posição especial, claramente definida, fundada numa série inteira de regulamentos que, sob diversos aspectos e em sua maioria, ainda hoje são válidos. Por outro lado, no entanto, ficava a cidadã romana, a denominada mulher honesta, exposta a grande número de influências perniciosas, o que, com o correr dos séculos, levou a uma degeneração geral dos costumes. (BASSERMANN, 1968, p. 47)

Diante das influências perniciosas sobre a moral familiar, a prostituição na antiguidade romana manifestava-se discretamente, pois estava submetida à fiscalização, à censura, a fim de manter eficazmente a regulamentação dos costumes e conservar as tradições da sociedade. No início as prostitutas eram exclusivamente escravas e jovens mulheres que eram mandadas à prostituição a fim de serem punidas por crimes praticados como o adultério, no qual o marido decidia sobre o destino da esposa em consonância com os familiares da mesma, uma vez que o marido possuía o controle sobre ela. A esposa adúltera por ser abandonada ingressava no comércio sexual. Mesmo com todo cuidado, as práticas comerciais sexuais floresceram encorajadas pela expansão urbana da cidade, onde a vida e o sexo eram de fácil acessibilidade. O fato de que a cidade ainda não se tornara uma grande metrópole, tendo caráter rústico, não impediu o crescente número destas profissionais.

As políticas expansionistas de Roma garantiam um vasto e constante suprimento de trabalhadoras do sexo, pois não somente a conquista de colônias estrangeiras resultou em ondas sucessivas de milhares de escravos capturados sendo introduzidos na cidade, mas também o campesinato, arruinado pelas guerras que haviam acompanhado o período de expansão no início do primeiro milênio d.c., foi arrancado de sua terra e não teve outra alternativa senão ir em bando para a cidade, em uma busca desesperada por trabalho assalariado. (ROBERTS, 1998, p.56)

Estas mulheres e alguns homens, em Roma, eram bem mais jovens se comparadas com as profissionais gregas, uma vez que a oferta era maior e diversificada, fruto das diversas migrações empreendidas pela expansão do império romano. O que permitia que as mesmas se aposentassem com no máximo quarenta anos. Contudo, existiam prostitutas mais velhas, sendo a maioria ainda escravas. As prostitutas durante o dia viviam como as mulheres que não

exerciam a profissão, exercendo-a apenas do final da tarde. Ainda, discretamente, pagavam seus tributos e evitavam quaisquer conflitos com o império romano. Suas vestimentas eram inspiradas em trajes sírios e babilônicos, vestidos de tecidos transparentes de seda, usados apenas nas ruas e festas. As mais velhas preferiam não investir em tais vestimentas, mas em acessórios de beleza.

A prostituição em Roma colocava essas mulheres submissas a ordens e regulamentos criados e organizados pelo Direito Romano, que introduziu na Europa uma classe de trabalhadoras que eram registradas pelo Estado, resultando em duas grandes divisões: *meretrices* registradas e *prostibulae* não registradas. No momento do registro, os *Edis* (encarregados de reger todos os assuntos voltados à prostituição na cidade) aconselhavam as mulheres a desistirem dessa prática, se não conseguissem, o registro era feito com as seguintes informações: nome, idade, local de nascimento, preço estabelecido (o preço que valeria o seu sexo). Assim, recebiam uma licença para trabalhar e somente aquelas da alta classe não tinham obrigação de registro. Então, eram todas agrupadas em categorias. Devido serem em elevado número o Estado exigia organização e controle dos rendimentos gerados. Nas categorias existiam as *Delicatae* e *Famosae* no topo da hierarquia (muito invejadas), que recebiam esse nome por serem delicadas, mas também se caracterizavam por suas exigências que não tinham limites financeiros e lhes geravam elevados lucros. Eram jovens, bonitas e elegantes. Geralmente, essas mulheres eram de famílias respeitáveis, e recebiam visitas de clientes ricos como senadores e escritores. Diante de grandes despesas, alguns clientes preferiam assumir uma relação formal: o casamento.

Por outro lado, as *Doridae*, que não perdiam em beleza e juventude, exerciam nuas a profissão, em um gesto provocador, exibindo-se nas portas das casas como deusas do Olimpo. Mas o destaque estava com as *Alicariae* (moleiras, garotas do confeitiro), elas “fabricavam e vendiam pães sacrificiais para o culto de Vênus e Priapo (deus dos prazeres sexuais, sendo aquela deusa do amor e este deus fálico), como também se colocavam à disposição do comprador tanto quanto este desejasse” (BASSERMANN, 1968, p. 82). De acordo com Roberts (1998, p.63), os pães possuíam o formato de genitálias masculinas e femininas. Ainda se tinha as *Lupae* (lobas) que uivavam como lobos para atraírem os clientes.

Em contra partida existiam *Bustuariae*, uma categoria que trabalhava nos cemitérios de Roma, utilizando para suas práticas sexuais o próprio gramado e os túmulos vazios. Tendo dentre os clientes coveiros e jardineiros. As *Copaes* eram garçonetes que também trabalhavam como mulheres dóceis e se deixavam conquistar por um simples copo de vinho. Já as *Gallinae* (galinhas) não exerciam o labor sem cometerem algum furto. Existiam

ainda *Forariae*, cujo local de atração eram as estradas rurais. A classe mais baixa era das *Quadrantariae*, com serviços tão baratos que não podiam ser quantificados.

A prostituição masculina também se fez presente e predominante por um tempo, até o governo de Domiciano, sendo mais numerosa que a feminina. De modo que o Governo proibiu esse tipo de prostituição e valeu-se da castração para conter os rapazes que vendiam o próprio corpo, estendendo a estratégia a crianças e escravos. Esta prática foi banida das ruas através dos imperadores cristãos.

Bassermann (1968) informa que no concernente aos proprietários das casas de prostituição, os mesmos obtinham lucros insignificantes, visto que os salários das trabalhadoras eram baixos, as despesas elevadas e pouco o consumo dos hóspedes. E o pouco cuidado com a higiene deixava profissionais e proprietários vulneráveis às epidemias e novas doenças. Ao longo das estradas, essas casas eram as próprias hospedarias destinadas aos viajantes, motivando a profissão de hospedeiro ser vista como desonesta. Ressalta-se que diferente da Grécia, Roma não possuiu casas de prostituição vinculadas ao Estado. Dois eram os tipos existentes: um no qual o proprietário (podia ser homem ou mulher) obtinha uma parte do lucro das trabalhadoras e um segundo tipo onde o dono apenas alugava os quartos a prostitutas independentes. “Para as prostitutas da classe inferior, a rua aberta era um ambiente de trabalho bem melhor que os bordéis registrados da cidade” (ROBERTS, 1998, p. 65). Estas práticas fora dos estabelecimentos destinados não escaparam da vigilância severa, sendo, por isso, encontrados entre esconderijos nas ruas.

O medievo é marcado pela prática do feudalismo: um sistema político/econômico que tinha por sua principal forma de riqueza a terra e seu cultivo. A posse de terras gerava guerras entre os senhores feudais que obrigavam os trabalhadores do campo a se deslocarem à procura de trabalho. Nos deslocamentos “havia um grande número de mulheres entre eles: viúvas, filhas e esposas desses servos itinerantes. Para elas, a prostituição seria um meio de sobrevivência” (ROBERTS, 1998, p. 90). Estes deslocamentos funcionavam como caravanas itinerantes e a prostituição fazia-se presente por meio de mulheres disponíveis para favores sexuais por toda Europa, com grande demanda. As mulheres deixavam a vida no interior para os centros urbanos na busca de trabalho ou mesmo para fugir de situações de violação. Viajavam pelos campos com os exércitos desempenhando um papel importante, pois as mesmas cuidavam da alimentação e da manutenção dos acampamentos. Eram subordinadas a um regime rigoroso de um líder, com o objetivo de mantê-las focadas em variadas atividades além das mencionadas. Elas realizavam serviços braçais como tapar os buracos ao longo das estradas por onde passavam e empurrar os canhões. Segundo Bassermann (1968, p.127), “vê-

se daí que elas não eram desnecessárias e que sua disponibilidade trazia solução a uma série de problemas constantemente suscitados pela moderna tática de guerrear”.

À medida que os peregrinos iam se firmando em vilas e cidades da Europa medieval, muitas mulheres sustentavam a família com o comércio do sexo, o que logo incomodou as autoridades, proibindo essa tipologia de trabalho. Pois as mulheres cidadãs moradoras das vilas e cidades não poderiam ser importunadas pelas práticas carnais. Como solução, as mulheres que se prostituíam estabeleceram casas na entrada das cidades, permitindo às autoridades reconhecerem sua importância e ganhando permissão para atuar. Dentro das cidades, foram mantidas em casa de prostituição e sentiam-se protegidas, porque dentro das cidades não lhes era permitida qualquer ação maldosa, como não pagarem pelos seus serviços ou preços estipulados. Até mesmo eram protegidas da concorrência ilegal, pois casas de prostituição ilegais eram fechadas e as concorrentes banidas da cidade.

Não obstante algumas prostitutas se recordarem com saudade da vida livre de outrora, ao tempo em que viviam pelas estradas, ainda assim as vantagens mencionadas não eram por certo de desprezar. Muito significava a segurança naqueles dias, e um quarto aquecido após tantos anos de vida errante representava verdadeira sedução. (BASSERMANN, 1968, p.114)

Percebe-se, mais uma vez, a imposição de regras ditando o caminhar da profissão que, na era medieval, era oferecida nas ruas, hospedarias, tavernas, quartos ou casas próprias. Roberts (1998, p. 95, 96) informa que “alguns relatos também citam as igrejas como lugares favoritos. [...] a prostituição permaneceu uma profissão de escala e, em grande parte, independente, que se adaptava às condições gerais do comércio naquela época”. Sendo uma época em que o meretrício pouco foi perseguido pela Igreja. Contudo, apesar da proteção e pouca perseguição, as profissionais do sexo desse período estavam sujeitas a tributação e a legislação praticada nas cidades, sob o domínio da Igreja que já não podia negar o mal necessário e tornou-se a responsável por alugar as casas que serviriam como casas de prostituição, e colocou os bispos como arrecadadores dos aluguéis. Guimarães e Bruns (2010, p. 30) afirmam que a própria igreja servia-se do trabalho dessas mulheres, recebendo prazer e um grandioso lucro por intermédio das casas de prostituição.

Para maior controle, havia nas casas um hospedeiro, pessoa que deveria recrutar estas mulheres para o labor em questão, além de regulamentos internos que diziam os tipos de homens impedidos de frequentar o estabelecimento. Neste período, a prostituição tornou-se uma instituição da Igreja, ou seja, a Igreja Católica lançou mãos à sua organização com normas e tentativas focadas não somente à manutenção de valores sociais, mas se permitiu pecar em função dos cofres municipais. O clero usava como estratégias o movimento da

conversão, que foi uma competição entre os pregadores, onde vencia aquele que mais convertesse o maior número de prostitutas. O clero ainda convencia seus seguidores a converter estas mulheres e casar com as mesmas, pois a eles era creditado “o fato de, por essa forma, salvar uma jovem da ruína moral, não precisando por esse motivo temer nenhuma quebra de seu prestígio social” (BASSERMANN, 1968, p.117). Mesmo com a conversão o número de prostitutas atuantes ainda era maior que o de ex-prostitutas. Dessa forma, estabeleceram e intensificaram novamente decretos reais para banir a profissão.

Uma prostituta não podia trabalhar em um bordel ou em uma casa, a menos que fosse dona da propriedade; não podia ter um marido ou amantes, com medo das punições em que eles podiam incorrer como alcoviteiros ou cafetões. E se uma mulher fosse surpreendida sustentando um cafetão, seria despojada de suas roupas e açoitada publicamente. (ROBERTS, 1998, p. 102)

A precaução não se dava apenas pelo cuidado com os valores, mas pelo fato de que as transgressões sexuais “podiam provocar a ira divina e colocar em perigo a salvação de todos os fiéis” (SILVA, 2011, p. 40). Então se condenava o prazer e reprimia a libido feminina. Em relação às vestimentas era proibido às profissionais o uso de determinadas roupas, objetos de ouro ou prata. Mesmo com as regras, para não serem notadas e ter um convívio social normal, algumas dessas mulheres vestiam-se como mulheres socialmente aceitas. Verifica-se que grande era o número de mulheres disponíveis para este labor e a diversidade de idades e características. Mas os clientes preferiam aquelas com idade entre 15 e 33 anos, que estavam em camada social mais inferior. Inclusive alguns pais vendiam suas filhas, meninas entre sete e quatorze anos, para a prostituição.

Em uma vida nômade, de exposição e humilhação, na qual eram comparadas com os enfermos de lepra, assassinos, ladrões, algumas cidades começaram a incomodar-se com a presença destas mulheres, não mais as aceitando andando livremente. Além disso, tentavam impedir os rapazes de frequentarem os prostíbulos e casas de banho. As casas de comercialização sexual dos corpos começaram a ser associadas “à dissensão e desordem públicas, pois eram o lugar onde as pessoas da classe trabalhadora podiam se reunir e expor suas queixas” (SILVA, 2011, p. 2).

Algumas cidades conseguiram cumprir o objetivo de acabar com estas casas. Mas havia aquelas em que o rei apoiava estas mulheres. Entretanto, a Igreja venceu os que eram contrários ao dogma da religião e os concubinatos, permitindo que teólogos percebessem a necessidade de ordenação da prostituição, já que não era possível evitá-la (SANTANA; NASCIMENTO; SILVA, 2011). A Igreja, então, tomou como ponto de partida a indulgência das relações entre solteiros e concubinas, que homens casados frequentassem e fizessem uso

dos serviços das casas de comercialização do sexo. Assim, houve certo incentivo legal. Para isso, lançou mão de vários discursos buscando garantir o controle do sexo (BASTOS, 2016). Todo esse esforço social predominava do objetivo de manter a ordem pública e moral, por isso fiscalizavam de perto essa classe, que espelhava uma separação entre o público e o privado. E que, contudo, era marginalizada socialmente, como revela Bastos (2016, p. 26) na afirmativa abaixo:

Somando a isso, as leis que deveriam proteger as mulheres coibindo as violações não alcançavam as prostitutas. Tanto em Portugal quanto em Castela, as leis que puniam o violador (estuprador) somente eram aplicadas quando o ato era realizado contra uma “mulher honesta”, logo, mulheres casadas, virgens, religiosas, viúvas, etc. Dentro desta ótica não haveria punições legais ao estupro das prostitutas, “mulheres de má fama”, mulheres públicas.

Enfim, pode-se afirmar que no medievo a prostituição foi uma atividade repulsiva, mas tolerada porque afastava os jovens da homossexualidade e da prática de estupro. Já na Renascença, um período de transição, revoluções que marcaram e inseriram mudanças sociais, econômicas e políticas, com o desenvolvimento das cidades estabeleceu-se um novo conjunto de questões e valores à prostituição, que pode crescer entre feiras e casas de comércio, sofrendo notável valorização, conquistando visibilidade e atuação na sociedade. Dois eram os tipos de profissionais, as *Cortegiana*, atendiam em casa para sustento da família, envolvidas com homens ricos, galgavam grandes fortunas. Contudo, esse privilégio não era para todas, somente aquelas com boa aparência, limpas, bem vestidas, inteligentes e musicistas Roberts (1998, p. 129). Muitas delas costumavam pintar os cabelos de louro imitando as prostitutas da Alemanha e Inglaterra que faziam sucesso com a cor.

Outro tipo eram as que trabalhavam em casas especializadas tabeladas pelo Estado. Em alguns casos tornou-se até um legado deixado de mãe para filha, esta quando considerada pronta, desfilava com a mãe na feira e mercado. Eram encantadoras e caras por serem virgens. Por outro lado, a *Puttana* das ruas eram as prostitutas de classe baixa. Estavam submissas a regulamentos e proibições, como não poderem frequentar estalagens, tavernas ou igrejas, nem podiam oferecer seus serviços a turcos, mouros e judeus. Se transgredissem eram punidas com açoite. No entanto com o cerco das terras, iniciado no século XVI, os padrões políticos e econômicos mudaram para os trabalhadores durante os séculos XVII e XVIII. Os camponeses ligados à terra começaram a ser substituídos pela força de trabalho contratada e sem-terra. As dificuldades maiores foram aos pobres, muitos ficaram desempregados, viraram vagabundos, as mulheres passaram a ser excluídas dos negócios. Nesse contexto coube a muitas mulheres recorrer à prostituição como trabalho. Entretanto, os tempos eram de

hostilidade, não havia mais segurança e surgiram leis com o empenho de restringir a atividade, o vínculo com o Estado não mais existia, agora era a burguesia que estava no comando.

Foi com o Iluminismo que ocorreu a desvalorização acentuada ao gênero feminino que se prostituía, visto como incapaz e irresponsável sexualmente. Com o advento da Reforma Protestante, a ideia de uma sociedade obediente e temente a Deus tornou-se mais incisiva, onde o sexo tivesse um caráter procriador, e fora do casamento deveria prevalecer a castidade (ROBERTS, 1998). Em Genebra, o conselho municipal impôs que estas mulheres deveriam converter-se, abandonando a vida como garantia de não serem exiladas. Muitos prostíbulo foram fechados e cruéis eram as punições às mulheres que exerciam a profissão, como revela Roberts (1998, p.146).

Na Inglaterra, [...], a prostituta perseguida podia ser punida tendo sua cabeça raspada, após o que seria carregada pelas ruas usando um chapéu de papel que anunciava o seu “crime”. Seria acompanhada durante toda a sua degradação por um bando de zombeteiros, cuja obrigação era bater em suas bacias para escarnecer dela. Se fosse desafortunada o bastante para ser presa mais de uma vez, a prostituta seria amarrada ao “eixo da carroça” e arrastada pelas ruas, frequentemente sendo açoitada ao chegar na Bridewell, ou “casa de correção”.

Esse período também se caracterizou pela disputa de poder entre as classes que se firmavam socialmente, a aristocracia e a burguesia, esta pretendia estabelecer-se como uma classe moral e exemplar com estratégia e foco na promoção do ideal de família como núcleo onde moral e bons costumes eram resguardados. Venâncio, Nóbrega e Rodrigues (2016, p. 2) informam que “com as novas configurações na economia, os burgueses ganhavam mais espaço, no âmbito social, e pretendiam aumentar suas influências no meio capitalista”. Os pensadores Iluministas foram os principais propagadores desse ideal, expandindo-o por meio da análise racional da vida, negação de Deus e qualquer poder absoluto. Jean Jacques Rousseau, por exemplo, foi um dos pensadores que enfatizou a importância das mulheres serem respeitáveis e destinadas à maternidade e educação dos filhos. Para ele as mulheres tinham uma carreira definida de tornarem-se mães, educar os filhos. As mulheres não podiam igualar-se aos homens, devendo ficar separadas, submissas aos mesmos. A liberdade era destinada apenas aos homens, aumentando a divisão de gênero no trabalho e colaborando para o molde de uma mulher angelical. Questões econômicas, trabalhos formais cabiam, exclusivamente, aos homens que eram considerados capazes para arrecadar lucros e construir carreiras.

“A família”, portanto, era a instituição através da qual a burguesia pretendia se ancorar e se estabelecer durante o caos potencial da transição de um passado

aristocrático decadente para um futuro capitalista próspero. No oásis da família nuclear, a herança patriarcal era preservada, os valores de classe média reproduzidos, e a anarquia do dinheiro aparentemente contrabalançada. Em tudo isso, o papel da mulher como eixo da família foi mais importante do que nunca. (ROBERTS, 1998, p. 200)

Quanto maior a consolidação da ideologia maior era a humilhação sofrida pelas mulheres que se prostituíam. Mesmo assim continuavam essenciais à sociedade, asseguradas pelas imoralidades da aristocracia e evitando a abstinência sexual dos homens, pregada através da ideologia do padrão familiar. A prostituição, por ser um tipo de relação sexual sem função procriadora, era socialmente condenada, porém tolerada e estimulada, pois ao passo que se exigia a virgindade feminina até o casamento, permitia-se aos homens o sexo antes do casamento para estimular e exaltar a virilidade masculina.

Do ponto de vista da prostituta, a história era depressivamente familiar. Por um lado, quanto maior a idealização da esposa e mãe, mais vilipendiada a prostituta. Por outro, a prostituta permanecia mais essencial que nunca à sociedade – como o acessório à família que permitia aos homens evitar praticar a abstinência sexual que eles pregavam. [...] (ROBERTS, 1998, p. 18)

E servindo como refúgio a mulheres solteiras ou casadas, muitas vezes tinham a má sorte de se envolverem com clientes violentos e desonestos. Aquelas, pobres ou não, recorriam à prostituição com a finalidade de ajudar os pais economicamente ou por estarem desiludidas em encontrar um casamento. No caso das moças pobres, algumas conseguiam tornarem-se amantes de um cliente regular, posto esse incensurável moralmente porque era reconhecido e honrável. Outras mulheres preferiam a indústria sexual a trabalhar cerca de 16 horas por dia como empregadas ou costureiras, e as ruas ficavam cheias de prostitutas, dentre elas as que iam do prostíbulo para o serviço e vice-versa. E as que trabalhavam uma semana em casa de família e na semana seguinte nas casas de prostituição. Esse enchimento no mercado do sexo não permitia às mulheres pobres conseguirem uma vida digna, em especial se tivessem filhos para sustentar, dessa forma tais mulheres viam-se obrigadas a cometer crimes. Para Roberts (1998, p. 205) as condições eram de “trabalho penoso, degradante e mal remunerado, desemprego, pobreza devastadora, prostituição, crime: este era o redemoinho social em que as mulheres da classe trabalhadora se viam aprisionadas; era neste contexto que tinham de fazer suas escolhas”. A Idade Moderna tem ainda como característica comum da vida nas ruas a prostituição infantil, motivada pela obsessão dos homens da classe alta pelas virgens. Sendo rara perseguição por esse tipo de prática. As meninas trabalhavam nas ruas como prostitutas e ainda furtavam carteiras.

Estas mulheres, que compunham o arsenal de alguma madame, procediam, em sua grande maioria da classe trabalhadora, para quem a reforma econômica burguesa foi-lhes prejudicial: expulsos das terras onde habitavam, os camponeses migraram para a cidade, que não podia lhes dar assistência em suas necessidades básicas uma vez que às vésperas da Revolução Industrial, as condições de trabalho eram desumanas e, mesmo assim, as famílias se submetiam a elas para que pudessem sobreviver. Mas, como não havia trabalho o suficiente, uma enorme onda de crimes se fez e, entre roubos e assassinatos, e, nas esquinas mais escuras ou sujas, muitas das mulheres da classe trabalhadora se prostituíam para garantir a sua sobrevivência. (Venâncio, Nóbrega e Rodrigues, 2016, p. 4)

Durante o Iluminismo é possível perceber que mesmo com as disputas sociais, políticas e econômicas da burguesia com a aristocracia, a sociedade se manteve conservadora em relação aos preceitos patriarcais. Apesar do decorrer das décadas e até séculos, a prostituição continua constituindo nossa história e sendo uma atividade que causa grande controvérsia entre os povos até os dias atuais. No Brasil do século XXI, por exemplo, emana a discussão de ser a prostituição um trabalho ou não, com isso foram elaborados dois subtópicos neste capítulo onde se apresenta as discussões daqueles que aceitam a prostituição como um trabalho e daqueles que não aceitam.

2.1 Por que a Prostituição Não Pode Ser Considerada Um Trabalho?

Muitos são os dilemas entre estudiosos a respeito da legitimidade da prostituição como trabalho. Dentre os que discordam da prática como um trabalho estão a escritora Tania Navarro Swain e a blogueira Lúcia Gomes. Swain (2013) alega que os benefícios da atividade são apenas para os homens enquanto organizadores das casas de prostituição e clientes que têm seus desejos sexuais atendidos, sendo as mulheres submetidas e assujeitadas como presa e objeto sexual ao patriarcado que impõem suas vontades sobre o feminino. E que tratar a prostituição como um trabalho não trará às prostitutas melhor status social, uma vez que tal prática é “um dos elementos de controle e de dominação das mulheres” (SWAIN, 2013). Faria, Coelho e Moreno (2013, p. 1) enfatizam essa ideia ao dizer o seguinte:

O patriarcado é um sistema social, político e econômico, no qual os homens controlam, individual e coletivamente, o trabalho, o corpo e a sexualidade das mulheres. São valores, regras, normas e políticas que se baseiam na suposição de que existe uma superioridade natural dos homens como seres humanos. Este sistema consagra o poder masculino, engendra violências e exclusões, e imprime ao capitalismo atual um viés extremamente sexista. Assim, capitalismo e patriarcado se alimentam reciprocamente e se fortalecem mutuamente para manter a grande maioria das mulheres em uma situação de inferioridade cultural, desvalorização social, desigualdade econômica, invisibilidade de sua existência e de seu trabalho, mercantilização de seus corpos.

A escritora lembra no passado as condições em que o comércio do sexo iniciou e cresceu por muito pautada na justificativa de compra e venda de mulheres, em especial escravas, e que nunca colocou ou coloca os clientes em questão, responsáveis por omitir a autonomia que têm de prostituir mulheres com o discurso de ser a prostituição uma forma de liberdade para elas. Isso porque “os homens patriarcais, como sabemos, temem a sexualidade liberada das mulheres; por isso, a prostituta, cuja visível independência sexual dos homens ameaça o poder masculino, é projetada como o principal símbolo desta perigosa sexualidade” (ROBERTS, 1998, p. 390).

Reforçam-se os conceitos patriarcais que alentam os papéis sexuais de dominação masculina e submissão feminina, permitindo que a atuação, o papel dos homens no sistema de prostituição seja ocultado, ignorado para que as cobranças destinem-se única e exclusivamente às mulheres que atuam na atividade. E permita a imposição de novos modelos de controle sobre o trabalho e corpo das profissionais do sexo para que se adequem aos interesses e ideais masculinos. Porque a prostituição nada mais é ao patriarcado do que um mal necessário para a manutenção da virilidade masculina, os desejos sexuais exorbitantes dos homens casados, a proteção às mulheres casadas e à pureza das moças de família. Desse modo a autonomia econômica é restrita e permitida apenas aos homens. Para Roberts (1998, p. 389) “condenar as mulheres por se tornarem prostitutas, ou continuamente desviarem a atenção de suas demandas para a pequena minoria que enfrenta essa vida, é ignorar a coragem das prostitutas e aumentar a sua carga”.

Com as fortes influências do patriarcado pode-se considerar difícil a caracterização da prostituição em um trabalho como outro qualquer, visto que nesse mercado, na maioria das vezes, estão centralizados nas mãos dos homens a organização e posse dos bens monetários conquistados pelas mulheres atuantes, ou seja, os homens buscam utilizar os corpos das mulheres para obter elevados lucros. O patriarcalismo é “um mecanismo de controle e exploração, no caso da prostituição. Mas o objetivo por trás dessa lógica é sempre que as mulheres não tenham autonomia” (FARIA; COELHO; MORENO, 2013, p. 5). Permanecendo dependentes às vontades e domínios masculinos na cadeia econômica.

A legalização e regulamentação também são fatores que não permitem a alguns autores o reconhecimento da prostituição como trabalho. No ano de 2002 a atividade foi inserida ao novo CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) regulamentado pela Portaria do Ministério do Trabalho nº 397, de 09 de outubro de 2002, válido em todo território nacional. A regulamentação ficou da seguinte forma:

- Grande Grupo 5: Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados;
- 51: Trabalhadores dos serviços;
- 519: Outros trabalhadores de serviços diversos;
- 5198: Profissionais do sexo;
- Sinônimos do CBO 5198-05: Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Puta, Quenga, Rapariga, Trabalhador do sexo, Transexual (profissionais do sexo), Travesti (profissionais do sexo);
- Descrição Sumária: Batalham programas sexuais em locais privados, vias públicas e garimpos; atendem e acompanham clientes homens e mulheres, de orientações sexuais diversas; administram orçamentos individuais e familiares; promovem a organização da categoria. Realizam ações educativas no campo da sexualidade; propagandeiam os serviços prestados. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam as vulnerabilidades da profissão.
- Condições Gerais de Exercício: Trabalham por conta própria, na rua, em bares, boates, hotéis, porto, rodovias e em garimpos. Atuam em ambientes a céu aberto, fechados e em veículos, em horários irregulares. No exercício de algumas das atividades podem estar expostos à inalação de gases de veículos, a intempéries, a poluição sonora e a discriminação social. Há ainda riscos de contágios de DST, e maus-tratos, violência de rua e morte.
- Formação e Experiência: Para o exercício profissional requer-se que os trabalhadores participem de oficinas sobre sexo seguro, oferecidas pelas associações da categoria. Outros cursos complementares de formação profissional, como por exemplo, cursos de beleza, de cuidados pessoais, de planejamento do orçamento, bem como cursos profissionalizantes para rendimentos alternativos também são oferecidos pelas associações, em diversos Estados. O acesso à profissão é livre aos maiores de dezoito anos; a escolaridade média está na faixa de quarta a sétima séries do ensino fundamental. O pleno desempenho das atividades ocorre após dois anos de experiência. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2012)

A classificação descreve as atividades desenvolvidas no mercado de trabalho brasileiro, baseada na cultura, economia e sociedade. Afonso (2017) discorda da inserção e reconhecimento da prática como trabalho pela Classificação Brasileira de Ocupações, e critica.

A iniciativa legislativa de elevar a prostituição ao estatuto de trabalho sexual revela ingenuidade política e uma grande falta de conhecimento das razões que levam as mulheres (e homens) à prostituição. Além disso, considerar a prostituição como uma via profissional seria um péssimo sinal para os mais jovens, já que são aqueles que estão mais expostos a este caminho, onde o corpo se transforma num mero instrumento de prazer sexual e nada de positivo se constrói. Os jovens — principalmente os provenientes de meios sociais mais desfavoráveis — ficariam mais vulneráveis aos abusos sexuais, e à manipulação por oportunistas perversos, já que passando a ser legal “vender serviços sexuais” a sua compreensão, sobre aquilo que é um comportamento ajustado, ficaria afetada por uma legislação imoral.

O reconhecimento da prática como profissão e sua legalização não acabarão com o preconceito e discriminação vividos por quem depende dela, assim como poderão comprometer o anonimato de muitas prostitutas que escondem o trabalho de amigos e familiares, visto que a regulamentação exigirá a identidade dessas pessoas, aumentando a resistência contra tal medida. Em países como Alemanha e Suíça, onde a prostituição é legalizada e regulamentada, a vida de muitas mulheres que vivem da prostituição não

melhorou, pois além do controle dos gestores da atividade, surge o controle do Estado. A prática ainda é entendida como uma violência social contra as mulheres, que a legislação não é capaz de conter.

Legalizada, torna-se um atrativo para muitos ingressarem em um trabalho que não dignifica nenhum ser humano e engana, porque, de acordo com Pedro Afonso (2017), a atividade não contribui para uma essência saudável das relações humanas, uma vez que desumaniza o indivíduo através da distorção da sexualidade, inserida na cultura do descartável, na qual o autor se refere com a expressão “usar e deitar fora”. O corpo é transformado em mercadoria, em objeto alugável, além de que a prostituição também transforma a vida da pessoa que a pratica, que tem seu futuro roubado, resultado este que não caracteriza proteção e dignidade para nenhum ser humano. Entende que a legalização da prostituição possibilita uma situação em que a pessoa “se autodestrua de forma higiênica e legal”. E que jovens da baixa classe social ficariam vulneráveis a abusos e manipulações sexuais. A indústria do sexo sem regras e sem limites, às escuras da sociedade, alimentada pela exploração não será contida, a rede criminosa continuará atuando e sendo chefiada por proxenetas que subornam policiais a fim de manter o poder sobre o comércio que funciona em pensões, bares, boates sem grandes incidentes, discretamente e seguro para os clientes, mesmo sendo proibido no Código Penal.

Lúcia Gomes (2016) também não vê na regulamentação um instrumento de proteção às prostitutas, mas um veículo de proteção aos clientes no tangente a anonimato, doenças e patriarcalismo, já que aos homens é uma garantia de conseguirem satisfazer seus interesses perniciosos. De forma que não concorda em considerar a prostituição um trabalho, porque entende a prática como uma forma de exploração do ser humano, destacando a frequência com que isso é feito com imigrantes ilegais, reforçando a ideia de que mulheres não podem ser uma propriedade alugada ou vendida. Enfatiza-se a ponte que a prostituição é para o tráfico de pessoas, uma prática desumana com bases históricas na escravatura, onde era conferido direito de propriedade a um ser humano sobre outro. Um crime contra a humanidade que tem a prostituição como a forma mais comum.

Toda definição de tráfico presume duas coisas: 1) que o traficante é um ser humano e não um Estado (o deslocamento forçado de indivíduos feito por ações governamentais nunca é considerado como tráfico); 2) o deslocamento problematizado consiste de indivíduos que são retirados de um local, tido como natural deles, e removidos para outro lugar. (THADDEUS BLANCHETTE et al, 2005, p. 163)

Mulheres e meninas são as vítimas mais vulneráveis, especialmente pobres, com baixa ou nenhuma escolaridade, aliciadas e enganadas com promessas de carreiras promissoras em outros países, como a carreira de modelo, oportunidades educacionais e uma vida melhor, caindo em mãos de máfias da prostituição ou ainda sendo traficadas como prisioneiras de guerra, algumas são vendidas ao tráfico por seus namorados, amigos, vizinhos e até mesmo por seus pais. Donos de casas de prostituição sequestram ou atraem mulheres e meninas para forçá-las a trabalhar no comércio sexual, outros podem sequestrar ou atrair com a intenção de vendê-las a um gerenciador da atividade, e ainda alguns proprietários de pequenos negócios compram mulheres e meninas traficadas e as forçam a trabalhar, atrás da aparência de um negócio legítimo. As trabalhadoras do sexo derivantes dessas situações têm condições mínimas de mudar de vida, pois são atribuídas a elas dívidas grandiosas que incluem taxas de recrutamento e transporte prendendo-as na prostituição e em condições não-humanas, ficando aprisionadas em cativeiros secretos que são casas de prostituição escondidas e sem identificação, disfarçadas através de locais públicos ou privados como salões de massagens e *spa*. Uma vez que ficam sob os cuidados dos traficantes, têm passaportes e documentos confiscados e retidos, levando uma vida ilegal longe de seus países de origem, como pessoas que não têm existência de um ponto de vista legal. Contudo, convém lembrar que existem vítimas traficadas domesticamente, dentro do próprio país, estado e até mesmo cidade.

Algumas considerações sobre o caráter do movimento apontam que o tráfico pode ser internacional, interno, ou generalizado. No primeiro caso, as vítimas do tráfico seriam somente pessoas que cruzam fronteiras internacionais; no segundo, são focalizados apenas os deslocamentos dentro das fronteiras de um determinado país; no terceiro caso, todos os deslocamentos, sem referências às fronteiras, podem ocultar traficados. (BLANCHETTE et al, 2005, p. 164)

Como vítimas de tráfico, essas pessoas passam por torturas física e psicológica, situações degradantes de carência alimentar, sono, habitação e higiene. Tendo que suportar ameaças estendidas aos familiares, em que os traficantes dizem executar danos ou matar familiares caso tentem escapar ou falar a alguém sobre a situação vivida; conviver com o fator estressante e de grande frustração que é a não compreensão e conhecimento da língua do país para o qual foram traficadas. O estupro e as drogas também são uma realidade dessas mulheres que, além de prestarem serviços sexuais aos clientes, são estupradas e abusadas pelos traficantes e algumas são drogadas como prevenção às tentativas de fugas, ficando mais vulneráveis à atuação sexual prestada a números exacerbados de clientes por dia, o que aumenta o risco de infecção por doenças sexuais, gravidez indesejada, dores físicas e até

abstinência por drogas. Entende-se que os grupos de tráfico de pessoas e exploração sexual geralmente estão envolvidos no tráfico de drogas, tráfico de armas de fogo, lavagem de dinheiro e usam a violência como instrumento de realização de suas atividades. Podendo receber apoio da corrupção policial que participa ativa ou passivamente das ações criminosas.

Os motivos que impedem as mulheres de denunciar a situação são muitos, entre eles está o medo, já que o uso da violência (estupro, surras) e a ameaça contra a família é comum. Além disso, a vergonha, já que muitas mulheres que acabam em situações de tráfico migram sabendo que vão se prostituir. O que não é dito é que elas terão seus passaportes confiscados, que serão obrigadas a cumprir uma “carga horária” extensa e intensa e que, para suportá-la, serão induzidas ao uso de drogas, como álcool e cocaína. (FARIA; COELHO; MORENO, 2013, p. 15)

Os homens são os principais compradores nesse tipo de comércio e o maior incentivador do crescimento do tráfico sexual é o turismo sexual, uma indústria que movimenta milhões de dólares por ano e tem como principal público-alvo pedófilos e homens que possuem fetiches com virgens. Esse tráfico também tem implicações econômicas e sociais, já que promove a desagregação social com a remoção de mulheres e meninas de suas famílias e comunidades. Afeta negativamente os mercados de trabalhos nacionais e internacionais por meio da perda de recursos humanos, cria epidemia localizada de doenças sobrecarregando os sistemas de saúde pública e estimula corrupção e ameaça a segurança das populações vulneráveis.

O turismo sexual também é uma forma de prostituição, mas muitas das mulheres e adolescentes não se definem como empregando esse expediente e não cobram para manter relações sexuais com os turistas, mas aceitam presentes, colocando-os na categoria de namorados, e não de clientes. As mais jovens romantizam esses relacionamentos, sonhando em viajar, casar e ter filhos. Muitas são iludidas pelas promessas de casamento com estrangeiros, são levadas para fora do País e lá são destinadas à prostituição. O turismo sexual ocorre mais comumente em países pobres, principalmente nas áreas de grande concentração populacional urbana, representando um risco real para as DST e aids. (ANA MOURA et al, 2009, p. 143)

Sobre o envolvimento com drogas, alguns agentes do mercado sexual realizam a atividade para manter o vício ou fazem uso de drogas lícitas e/ou ilícitas para poderem trabalhar na noite, amenizando o sofrimento que isso lhes causa, cooperando direta ou indiretamente com a criminalização, manutenção e benefício de grandes máfias, sejam como dependentes ou traficantes, podendo usar também para atender ao pedido de clientes, o que funciona, em alguns casos, como moeda de troca, visto que alguns recebem drogas como forma de pagamento pelo sexo. Juliano Tonetto e Danielle Bonella (2009, p. 2734) revelam que “a droga tornou-se um forte aliado de pedófilos e traficantes, que usam a droga para primeiramente viciar inocentes e depois recrutá-los para o crime e a prostituição”. Uma

realidade difícil de ser mudada porque as vítimas de tal frequentam ambientes onde as drogas são consumidas rotineiramente.

Todas fazem uso constante de drogas, seja ela lícita e/ou ilícita. Elas estabelecem, portanto, um padrão de uso, que causa danos na saúde física e mental. Uma vez que se encontram nas ruas fazendo “programas”, o consumo de drogas aparece como algo tentador e indispensável, que vai amenizar o sentimento ruim que a profissão possa causar. Uma vez vivendo na prostituição e com o uso exacerbado de drogas, torna-se muito mais difícil a liberdade em relação ao vício, pois essas duas circunstâncias se retroalimentam. Ressalta-se também que nas ruas existem aquelas que se prostituem para poder manter o vício, o que constitui a prática de troca de sexo para a manutenção do consumo de drogas. (MOURA et al, 2010, p. 551)

O uso de drogas proporciona a perda de bom senso e eleva a exposição dos trabalhadores do sexo ao risco de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, já que o sexo pertence ao cotidiano dessas pessoas e envolve diversos clientes, o sexo é sua matéria prima. Assim as prostitutas compõem um grupo na sociedade com grande necessidade de educação sexual abordando a importância do uso de preservativos como uma segurança à saúde, considerando as doenças sexualmente transmissíveis um risco decorrente de seu trabalho e o preservativo um objeto indispensável para o exercício da profissão. Apesar da importância da prevenção, nem todas as prostitutas utilizam preservativos em suas relações sexuais, permitindo a disseminação de doenças através de si mesmas, de parceiros e clientes.

Entende-se que o uso do preservativo não é uma fácil alternativa para as profissionais do sexo, uma questão que não pode ser discutida nem negociada antes da prestação do serviço, se o cliente for contra o uso, uma vez que, na maioria das vezes, é ele quem utiliza, ou proíbe que elas usem o feminino, deixando as prostitutas a mercê de suas decisões carregadas de valores, iniciativas preconceituosas e até agressivas, dificultando a adoção do sexo seguro. A prostituta também pode optar por não usar o preservativo como uma forma de fidelidade a um cliente ou parceiro fixo. Existe ainda oferta de propostas irrecusáveis tendo por troca a não utilização de preservativos e até práticas sexuais diferentes das tradicionais, pois assim o cliente impõe o tipo de prática sexual que deseja realizar, tendo em consideração que a prostituta foi paga e a subjetividade dela é desconsiderada, ela se torna um objeto da imposição, submissão e exploração pelo cliente. Roberts (1998, p. 393) afirma isso ao dizer que “as prostitutas sabem que o problema não são elas, mas os homens que usam os seus serviços, muitos oferecendo duas a cinco vezes o preço combinado para fazer sexo sem preservativo”.

O cliente que mantém uma relação fixa com uma prostituta, muitas vezes exige que não seja usado o preservativo. Assim sendo, elas recorrem ao uso de dois métodos de contracepção: a cartela de pílulas, com o objetivo de não engravidar, e o preservativo, para usar com os clientes. (MOURA et al, 2010, p. 550)

A citação mostra como as profissionais tentam se prevenir, proteger, apesar de algumas exigências e investidas de clientes. As doenças sexualmente transmissíveis são um dos pontos desfavoráveis e constatados da prostituição, que dificulta sua caracterização e aceitação social como trabalho. Considera-se ainda o fator violência como indispensável de ser comentado, uma vez que é um fenômeno presente na história da humanidade. E no caso do comércio sexual revela que a mulher, sendo prostituta, não foge ao contexto de violência construído historicamente, já que para sociedade, a atividade exercida por ela é ilícita e moralmente reprovável.

O tipo de ambiente onde atua também aumenta a vulnerabilidade à violência. Se for à rua as prostitutas estão sujeitas às agressões da polícia, dos agenciadores, de clientes, que gira em torno principalmente ao acerto do serviço e uso do preservativo. Dentre os tipos de violência estão a verbal, moral, agressões físicas, roubos, abusos sexuais, estupros e até sequestros, formas que crescem diariamente, mas que a sociedade parece “fechar os olhos” por se tratar de profissionais do sexo e haver repressão do comportamento feminino. Entre os vários riscos estão a não escolha de clientes, assim as profissionais do sexo continuam sendo alvo de violência pelos clientes que entendem o pagamento como um instrumento de poder para o abuso físico, sexual e psicológico.

Enquanto vítimas, muitas optam por não apresentar queixa, considerando que não resulta em punição para o agressor, visto que a própria polícia condiciona a agressão ao fato da vítima ser prostituta. Entretanto, existem casos particulares em que a situação da vítima é o fator que a impede de recorrer às autoridades, como é o caso de imigrantes ilegais que precisam manter sigilo dessa situação em relação à justiça. Mesmo assim, constata-se abuso de poder de alguns policiais que perseguem, espancam e tentam banir as prestadoras de serviços sexuais de seus locais de trabalho, seja na rua ou em algum estabelecimento. São incalculáveis os prejuízos econômicos, os dias perdidos no trabalho, os danos sobre a saúde mental, sofrimentos e a dor dos familiares e vítimas acometidas pelo temor por algo inesperado como ser estuprada ou morta e o horror a clientes que quebram o acordo, utilizam a força física, imposição de medo e humilhação por bel prazer em aterrorizar ou para terem seus desejos atendidos.

Roberts (1998, p. 355) alerta que “praticamente todas as prostitutas, especialmente as de rua, têm histórias de estupro para contar; e a ameaça de assassinato está presente assim que um cliente se torna ostensivamente violento”. Observam-se, nesse cenário, relações desiguais e de desvalorização, nas quais predominam a superioridade masculina e discriminação à prostituta, pelo fato de ser mulher, na maioria pobre e exercer tal atividade.

Logo, exercer a atividade de prostituição coloca a mulher numa posição vulnerável às agressões sociais como um todo, comportamento reforçado por preconceitos pautados no senso comum que repudiam a imagem da prostituta e reforçam a consideração de que seus comportamentos são imorais. Existem ainda as questões religiosas, que preservam as influências morais da sociedade, contribuem para rejeição do comércio sexual e consequentemente sua legalização e regulamentação.

Religiosamente (em especial nas religiões de ordem cristã), as prostitutas são vistas com um duplo olhar, o de vítimas e o de pecadoras, no qual recebem o julgamento de ameaça à instituição familiar e aos valores morais. Reforçou-se neste tópico a preocupação com a exploração e tráfico humano na indústria do sexo, que trata pessoas como meros objetos de troca comercial, roubando a liberdade e direitos (explícita ou implicitamente), mesmo quando a prostituição é legalizada. Os riscos ocupacionais com as doenças sexualmente transmissíveis, a batalha de cada dia na prestação de serviço correndo risco de serem alvos de todo e qualquer tipo de violência, a carência de proteção, o preconceito, a marginalização social, compreendem de que mudanças nas legislações nem sempre implicam em mudanças ou influências culturais.

2.2 Por que a Prostituição Pode Ser Considerada Um Trabalho?

Na contramão desses autores existem aqueles que defendem e acreditam ser a prostituição um trabalho. Autores como Roberto Guimarães e Maria Bruns (2010) buscaram considerar e entender as causas que levam muitas mulheres a optarem pelo comércio do sexo. Antes, porém, de tratar a prostituição como um trabalho, é importante compreender os conceitos e significações que este tem. O trabalho, enquanto atividade laboral se caracteriza como um exercício material ou intelectual para a realização de algo. Conforme o Minidicionário da escritora Ruth Rocha (1996, p. 611) um dos significados atribuídos ao trabalho é “aplicação das atividades físicas ou intelectuais; serviço; esforço”. O principal fator de produção de riqueza, com extrema importância por dignificar o homem, desempenhando “um papel central na estruturação da identidade, é nele que se afirmam as competências e é por meio dele que se realizam os projetos de vida ou concretização dos sonhos” (HIRIGOYEN, 2010, p. 198).

Conforme Aristóteles, na antiguidade, a importância dada ao labor era algo que era destinado aos escravos, por ser um atributo indigno, mesmo uma arte inferior. Por outro lado, na modernidade, Hegel afirmou que o espírito humano se expressa como trabalho, uma

vez que para o mesmo se caracteriza e se desenvolve com o espírito. Sendo, pois, o trabalho da consciência, o esforço para o reconhecimento do desejo e este pode ser consciente de si. Em outras palavras, para Hegel é preciso trabalhar, assim o homem se realiza como espírito, na graça divina.

Em uma crítica a Hegel, Marx desenvolve a ideia de que há o consentimento, na sociedade capitalista, de que haja a exploração do homem pelo homem. E por isso, o trabalho pode ser alienado ou produtor de alienação. Mas concorda com Hegel, de que o homem realiza-se na matéria. Na perspectiva marxista, o trabalho pode ser compreendido, de forma genérica, como uma capacidade de transformar a natureza para atender necessidades humanas, contudo, pode ser algo alienador e que resulta na perda da capacidade do trabalhador para determinar a sua própria vida. Para Max Weber, (apud SOUTO; SILVA; SANTIAGO, 2006) o indivíduo não luta somente pelo poder com a finalidade de enriquecer economicamente, mas é um artifício usado pelo homem para impor suas próprias vontades.

Logo, percebe-se que na relação sujeito e objeto, onde o homem assume por vezes ambos os papéis, até mesmo o de objeto de trabalho, se assemelha a situações vivenciadas pelas profissionais do sexo. Independente da posição que o indivíduo assuma na relação, o trabalho tem sentido para cada profissional e permite conservar um lugar na sociedade, já que o modo como trabalham e os resultados produzidos refletem pensamentos e percepções acerca da liberdade e independência. Assim como corrobora na construção e conhecimento da própria identidade. Estelle Morin (2011, p. 14), em sua pesquisa, *Os Sentidos do Trabalho*, destacou as seguintes motivações para que o indivíduo tenha interesse em trabalhar:

1. Para realizar-se e atualizar seu potencial: trabalhar é interessante e satisfaz em si, permite exercer a criatividade e realizar-se, possibilita concretizar e desenvolver seus talentos.
2. Para adquirir segurança e ser autônomo: trabalhar permite suprir as necessidades de base, dá sentimento de segurança, possibilita ser autônomo e independente.
3. Para relacionar-se com os outros e ter o sentimento de vinculação: trabalhar permite ter contatos interessantes com os outros, possibilita fazer parte de um grupo.
4. Para prestar um serviço e fazer sua contribuição à sociedade: trabalhar dá a oportunidade de prestar um serviço aos outros, permite contribuir à melhoria da qualidade de vida da comunidade.
5. Para ter um sentido: trabalhar mantém ocupado, é um modo de preencher as funções espirituais, dá um sentido à vida. A simples leitura desses resultados mostra o trabalho como um meio de emancipação. Pelo salário que ele possibilita o indivíduo afirma sua independência; por meio de suas atividades, o trabalho desenvolve o potencial e fortalece a identidade dos indivíduos; pelas relações que o trabalho gera, ele consolida a identidade social; pelos seus resultados, permite ao indivíduo contribuir ao mundo e dar um sentido à sua existência. O trabalho, assim apresentado pelos estudantes, é muito mais que um simples “ganha-pão”.

O interesse no trabalho também resulta das possibilidades de desenvolver e aumentar autonomia, funcionando como uma fonte de emancipação ou uma particularidade no enfrentamento de problemas pessoais, financeiros, sociais, quaisquer que sejam. Esses sentidos do trabalho tornam-se ainda mais significantes em regiões que passam por crises econômicas, em sociedades e comunidades pobres e marginalizadas com elevado índice de analfabetismo, situações de desorganização, nas quais as pessoas envolvem-se com oportunidades que possibilitem sustento, subsistência e fuga da miséria. Para Silva, Silva e Mafra (2013, p.4) “o trabalho orienta caminhos a serem seguidos e aproxima as pessoas, logo quando não trabalha o indivíduo se vê deslocado na sociedade à qual pertence, e por isso, muitas vezes assume trabalhos periféricos e desqualificados”. A necessidade de obter dinheiro para se manter (aqui se englobam também as questões de status e desejos de consumo) ou manter a família tem justificado o ingresso e crescimento do número de mulheres no mercado do sexo. É o que se verifica entre as mulheres das classes mais baixas com poucos meios de sobrevivência, que se veem obrigadas a entrar no mundo da prostituição:

[...] a necessidade de obter dinheiro e de o obter o mais rápido possível. Aliás, como iremos verificar adiante, 3 em 4 prostitutas fazem-no para ganhar o dinheiro necessário à sua subsistência, e frequentemente à dos seus filhos. Nestes termos, a determinante económica agrava-se quando existem filhos. (MORIN, 2001, p. 36)

Simon (1999) citado por Guimarães e Bruns (2010, p. 43), “aborda que a entrada da jovem na prostituição deve levar em conta fatores como situação financeira, contato com a prostituição, necessidade de independência econômica, pobreza e outros”. Os argumentos pautam-se no contexto da sociedade de consumo, firmada nas políticas capitalistas de mercantilização, urbanização, concentração de propriedade privada, acumulação para uns e pobreza para outros. Dessa forma, diminui-se e até retira-se a resistência que possa existir à entrada na prostituição, visto que esta surge e é potencializada pela união de diversas causas e fatores, dentre eles o uso do corpo e do sexo para firmar a sobrevivência. É importante frisar que para maioria das trabalhadoras do sexo essa profissão é algo passageiro, temporário.

Para grande parte das prostitutas, a prostituição ainda é considerada como algo transitório, apenas para garantir sua subsistência. [...] para aquelas oriundas de camadas sociais mais baixas, a perspectiva de mudança de atividade torna-se mais difícil em virtude do contexto da crise do capital, da reestruturação produtiva e do desemprego estrutural. Desse modo, a profissão deixa de ser uma opção individual, para se estabelecer enquanto alternativa na busca da sobrevivência. (DINIZ, 2009, p. 90 apud CORRÊA; HOLANDA, 2012, p. 430)

A prostituição em si não consiste apenas na troca de sexo por dinheiro, mas ao acesso acordado do homem ao corpo da mulher ou vice-versa, onde envolve um conjunto de

regras conhecidas e que devem ser respeitadas, não sendo uma prática natural ou espontânea, mas acessível mediante uma quantia negociada de dinheiro, o tempo de programa, as práticas sexuais, localização das mulheres para a execução da atividade em si. A prostituição não é a compra do corpo de um alguém para satisfações e necessidades sexuais, mas uma prestação de serviço no qual o corpo é alugado temporariamente, a fim de cumprir com o objetivo de satisfazer as questões sexuais de um cliente. João Soares et al (2015, p. 63) explicam a prostituição a partir do conceito traçado por França (2012, p. 145) que diz ser um termo derivado “do latim *prosto*, que quer dizer ‘estar às vistas, à espera de quem quer chegar ou estar exposto ao olhar público [...] é a prática sexual remunerada habitual e promíscua’.” Para Lúcia Gomes (2010, p. 10) a prostituição é definida como uma atividade profissional baseada na exploração do corpo através de atos e práticas sexuais.

[...] compreende-se o trabalho como uma ação humana sobre a natureza, que muda sua morfologia e constrói a identidade do sujeito, realizado histórica e socialmente. Nesse sentido, o trabalho de natureza sexual deve ser entendido como uma prática laboral, caracterizada por significados sociais, históricos e culturais construídos sobre influências da época e do local em que é praticado. A definição de trabalho sexual, como um comércio popularmente conhecido como prostituição, refere-se à prática de comercializar serviços de natureza sexual, como prazer, fantasias, sexo, carícias etc. É exercido mediante negociação direta com o cliente sobre os serviços a serem prestados, e os preços variam de acordo com a *performance* do profissional. (SILVA; COSTA; NASCIMENTO, 2010, p. 110)

A realidade na indústria do sexo possibilita perceber que o capitalismo penetra cada vez mais nas vidas das pessoas e leva muitas a enxergarem seus próprios corpos e mentes como mercadorias. Assim a prostituição passaria a ser considerada um trabalho, uma fonte de renda e sustento de prioridades básicas ou não. A prostituição é tratada como uma boa opção para muitas mulheres, que apenas querem uma vida fácil, dinheiro fácil, *status* social e saciação dos próprios prazeres. Todavia, muitos pensamentos têm referência em concepções moralistas e preconceituosas que estigmatizam as mulheres que exercem a profissão do sexo. Falsas oposições que neutralizam a atuação masculina nesse mercado enquanto organizadores, gestores, clientes principais, incentivadores entre outros, e depositam na mulher toda e qualquer responsabilidade sobre a situação vivida e crescimento do mal necessário. Tudo isto influenciado por valores e visões de um mundo patriarcado e hierarquizado, no qual o padrão normal justifica-se pelo masculino vinculado à produção, à política, à razão e o feminino responsável pela reprodução, família e emoção.

O registro histórico da sociedade ocidental mostra a impossibilidade de erradicar a prostituição. Toda tentativa de fazê-lo, quer por monarquias absolutistas, vigilantes da moral ou Estados policiais, obteve fracasso; há simplesmente demasiados fatores positivos motivando as mulheres a vender sexo: razões compulsórias de sobrevivência econômica e independência pessoal acima de tudo [...]. À luz disso,

não tem sentido debater a moralidade da prostituição quando a questão fundamental da pobreza das mulheres não é tratada; entretanto, é isso que tem acontecido no decorrer dos anos. Críticos e moralistas de todas as convicções têm simplesmente negligenciado a economia e optado, em vez disso, por se concentrar na suposta imoralidade sexual das mulheres como um fator subjacente que as predispõe para a prostituição. Mas em uma sociedade que é dominada pelo mercado, e que para sobreviver, é *inevitável* que algumas mulheres – e homens – continuem a proporcionar serviços sexuais. (ROBERTS, 1998, p. 413)

De forma geral, a sociedade lança sobre as prostitutas um olhar de julgamento e condenação sem buscar as causas dessa situação, silenciando em qualquer discussão as opiniões em torno do homem que paga, e por isso mantém o comércio dando voz ativa, foco e responsabilidade lançados sobre a mulher. O sistema capitalista consegue transformar tudo em produto e, conseqüentemente, valor monetário, inclusive a vida e as relações pessoais, pela atribuição de preços e comércio mercantil. Além disso, a aliança que possui com o patriarcado permite beneficiar-se das diferenças de sexo e gênero, e vulnerabilizar o sujeito feminino e potencializar sua exploração. Roberts (1998, p. 414) ressalta que “a prostituta é vista como perigosamente livre: sua autonomia financeira e sexual atinge as raízes do patriarcado, ameaçando os interesses dos moralistas e legisladores homens – alguns deles entre seus melhores clientes”.

Ignora-se que na busca pelo sentido da vida, a mulher prostituída, por vezes, é vítima de tráfico humano, sobrecarga de trabalho, inconstância de horário e local, condições de trabalho precárias, perde sua dignidade, direitos humanos, porque esconde seu exercício laboral por não estarem em um trabalho considerado formal. Algumas fazem uso de um pseudônimo para se identificar dentro do local de trabalho e esse nome pode ser mudado conforme a casa em que estão exercendo a atividade, facilitando assim o anonimato, em função do preconceito vivido por elas. Então, ficam vulneráveis ao não reconhecimento, discriminação social, sofrimento e desgaste mental, assim como violências físicas e verbais em público ou não. Guimarães e Bruns (2010, p. 39) consideram a prostituição um trabalho como outro qualquer, mas que possui uma especificação relacionada à maneira que a sociedade vê essa atividade, pois “o que diferencia a profissional do sexo de outro trabalhador é o estigma que a sociedade lhe atribui”. Já Goldenberg (2015, p.15) compara a submissão feminina no século XX à do século XXI, naquele a mulher era vista como destinada apenas às tarefas de manutenção do lar, e neste são reveladas as influências que o capitalismo tem sobre as mulheres ao explicar que “a mulher deixou de ser ‘escrava’ do casamento e passou a ser escrava de uma sociedade de consumo que dita regras e receitas de felicidade”.

Diante dessa realidade é necessário não dar espaço para julgamentos, mas para estratégias de resgate da dignidade e direitos das mulheres que exercem a prostituição, independente das causas que as fizeram ingressar em tal mercado. O que justifica a luta pela existência de sindicatos, registros, legislações a fim de que possam ter encorajamento, segurança e qualidade de vida no trabalho. Trabalho este que é impulsionado por inúmeras razões. O estigma da prostituição é para Roberts (1998, p. 416) uma maneira de controle sobre a sexualidade feminina, um instrumento de opressão com características patriarcais que as separam e subordinam aos homens. Uma vez que é difícil tolerar as fugas dos padrões sexuais impostos pela sociedade. Como dito, a prostituição é a prestação de um serviço remunerado, contudo não se pode afirmar ser pela livre escolha e consentimento das mulheres prostituídas, considerando as situações de exploração e tráfico de pessoas. Anulando essas questões é possível trabalhar com algumas motivações gerais para aqueles que escolhem esse trabalho. Cristiano Raykil (2010) informa sobre causas que levam as mulheres a sobreviver de prostituição.

- São provenientes de famílias em situação de miséria, desestruturadas, com abandono de filhos e as meninas encontram na prostituição um meio para ganhar o sustento. Algumas mulheres já fazem parte da segunda ou terceira geração de mães prostituídas.
- Um grande número delas sofreu violência sexual por parte de familiares, pessoas próximas ou nos locais onde trabalhavam como domésticas.
- Iniciaram a prostituição na puberdade e adolescência, provocando distúrbios no seu desenvolvimento afetivo-emocional e obstáculos no aprendizado escolar básico e habilidades profissionais; são em sua maioria analfabetas ou semi-alfabetizadas.
- São rejeitadas socialmente pela atividade de prostituição e assimilaram de forma profunda os preconceitos e desvalorização social, fatores que agravam as dificuldades de procura e entrada no mercado de trabalho.
- Em situação de abandono, são submetidas e exploradas por mulheres e homens que vivem da prostituição (cafetões) e traficantes de drogas. Envolvidas nessas situações, são constantemente presas e vítimas de abusos e violência policial.
- Mulheres adolescentes, usuárias de drogas, principalmente álcool e crack, utilizam-se da prostituição para conseguir dinheiro para as drogas.

Cada profissional do sexo possui um motivo que justifica a prática da profissão, os mais comuns estão no desemprego, autonomia (como morar sozinho, sair da casa dos pais), prazer por dinheiro, pagar os estudos, manter a família, baixa escolaridade (consequentemente baixa competitividade no mercado) e a busca por *status* social. Autores como Molina e Kodato (2005) citados por Corrêa e Holanda (2012, p. 429), não ignoram a relevância da crise econômica e social, afirmando que

[...] é uma das principais causas de entrada na prostituição, e nesse espaço encontram uma possibilidade real de geração de renda suficiente e rápida. Essa escolha teria como fortes influências a necessidade de sustentar a família, em virtude da autorresponsabilização pela manutenção do grupo doméstico (o próprio, o dos

filhos e de outros membros da família), e o baixo nível de escolarização, que dificulta sua inserção no mercado de trabalho.

Ou seja, não existem motivos universais para que uma mulher se prostitua, cada uma tem seus próprios motivos. Algumas acreditam que não há maneira mais prazerosa de ganhar a vida, outras não possuem alternativas além de alugar o próprio corpo. Algumas precisam colocar comida dentro de casa, outras querem apenas pagar a mensalidade da faculdade em dia e realizar o sonho profissional com a graduação, seja qual for a motivação, os questionamentos crescem ao passo que as reflexões sobre o assunto também.

Os argumentos baseados na realidade de desigualdade no mercado de trabalho são os mais empregados e favoráveis. De acordo com Faria, Coelho e Moreno (2013, p. 17) as trabalhadoras do sexo “utilizam argumentos de que a prostituição proporciona uma remuneração maior que muitos outros empregos majoritariamente femininos, como o emprego doméstico ou o telemarketing”. Mais que uma escolha, um trabalho, a prostituição é uma estratégia de sobrevivência e satisfação de necessidades básicas, é o refúgio para desesperança em encontrar um emprego quando não há abertura a todos no mercado de trabalho e não se tem a escolaridade e qualificação exigidas. O dinheiro, fator principal nesse contexto, é adquirido de forma fácil e rápida, gerando renda para as trabalhadoras e familiares, tornando esse mercado cada vez mais atrativo e rentável, uma espécie de indústria milionária que movimenta muito capital financeiro na economia e tem como forte álibi o turismo. Soares et al (2015, p. 72) dizem que

Em termos gerais, percebe-se nos depoimentos das participantes, que a prostituição como profissão surge da insatisfação, do desejo de mudar de vida, e esperança que esta atividade possa atribuir-lhes um caminho, permitindo-lhes de certa forma, juntar dinheiro para algum empreendimento, o sustento da família e o delas próprias. Porém, é notável o sentimento de incerteza sobre o futuro...

A submissão a essa realidade pode ser explicada ainda pelo anseio de uma vida onde se está a procura de um elevado *status* social, onde a necessidade em manter um padrão, muitas vezes de luxo, exige dinheiro fácil e rápido para compra de roupas, acessórios de marcas conhecidas, frequentar lugares destinados à alta classe da sociedade e festas. Um prazer e adoração pelo dinheiro e o que ele pode proporcionar de melhor. Um dos aspectos positivos da profissão, que para alguns não se encontra em outras profissões.

[..] consideramos que o sistema capitalista (o dinheiro) é o principal fator tanto de entrada, quanto de permanência na prostituição. O importante para essas mulheres é lucro, não os meios pelo qual ele foi conseguido; sendo assim, todo ato realizado por essa profissional na relação com seus clientes tem como objetivo a obtenção de dinheiro, ou seja, *os fins justificam os meios*. Portanto, o seu corpo é utilizado como mercadoria, onde os favores sexuais são pagos em dinheiro pelo cliente,

assegurando a profissional sua sobrevivência nessa sociedade. (GUIMARÃES; BRUNS, 2010, p. 44)

Para o alcance de qualquer um dos objetivos que motivam a prostituição, o protagonista não é a mulher, mas o seu corpo, que de acordo com Mirian Goldenberg (2015, p. 9) os “indivíduos das camadas médias urbanas e também das camadas mais pobres, percebem seu corpo como um importante veículo de ascensão social”. Na prostituição o acesso sexual ao corpo é o objeto de contrato, de negócio, objeto a ser comercializado, onde há uma clara transformação do corpo em coisa, uma coisa alugada a outrem, aos fetiches sexuais sem amor. Nesse jogo a trabalhadora busca ser profissional e não deixar que o aspecto pessoal seja envolvido, de modo que da parte dela não existe prazer, apenas um teatro de sedução, satisfação com o objetivo de motivar e atender aos clientes, para isso sua performance é mecânica e serial como uma proteção ao envolvimento pessoal com o cliente. Um jogo de influência em que “os profissionais do sexo, incluindo homens e mulheres, atuam no imaginário das pessoas através da oferta de prazeres e práticas sexuais diferenciadas, especiais e incomuns” (SILVA, SILVA, MAFRA, 2013, p. 3). Atuação esta que como qualquer peça teatral, além de atores, possui palco e clímax, de modo que para Bruns e Gomes (1996, p. 8) “o palco da encenação teatral é a cama e o clímax da peça é falso gozo”.

Quando se transforma em objeto, coisa, a prostituta descarta a possibilidade de prazer consigo mesma, mas cumpre com o objetivo do seu trabalho, existindo uma dicotomização corpo e mente, em que Roberts (1998, p. 390) ajuda a compreender as estratégias que as profissionais do sexo usam para essa separação ao revelar que “na verdade, as prostitutas colocam barreiras estritas entre seu trabalho e seu prazer, reservando suas reações sexuais para os homens ou mulheres com os quais eles escolhem se relacionar em suas vidas privadas”. O corpo é o instrumento de trabalho das mulheres que estão na indústria sexual. Considerando Bruns e Guimarães (2010, p. 39) tem-se a seguinte afirmativa:

[...] ao manter relações sexuais com seus clientes, a prostituta se porta como um objeto, ou seja, ela presta serviços utilizando seu corpo como uma ferramenta de trabalho, dissociada de qualquer engajamento afetivo. [...] ela se coloca como um “isso”, e o prazer dessa mulher é o dinheiro que receberá pelo serviço prestado.

Um aspecto interessante abordado por Bruns e Gomes (1996, p. 9) é que as prostitutas não assumem somente o papel de saciar os desejos sexuais dos homens, mas atender às carências de carinho, conversa agradável, escuta, atitudes descompromissadas e diversificação na maneira de praticar o sexo, fuga de cobranças e responsabilidades.

Parece que a sexualidade do homem fica muito mais circunscrita à sua genitália, exigindo, então, uma manutenção específica e periférica, feita por um agente específico. Ao exigirem das prostitutas o sexo oral, anal e algumas outras variações, buscam dar vazão às suas fantasias com um alguém que historicamente, vem cumprindo o mesmo papel por séculos e séculos. Ele não se aprofunda e muito menos a prostituta. Ambos empenham-se em lidar com aquilo que é superficial, que pode ser tocado, “gozado”, visando cada um o seu benefício. No caso da prostituta, o dinheiro, no caso do homem, um gozo legal. (BRUNS; GOMES, 1996, p. 9)

O espaço fora da prostituição, fora do exercício laboral é, então, direcionado para as questões sentimentais, envolvimento amorosos, emocionais, a fim de não misturar ou conturbar a relação profissional, tentando delimitar o espaço entre o profissional e o pessoal. Para a prostituta tudo está em apenas um alvo, o dinheiro. Contudo, pagam um preço elevado na sociedade, onde assumem uma postura de vítimas já que não são acolhidas pela mesma. E conseqüentemente a profissão não é reconhecida socialmente. Adentrar nesse território delicado é tocar em alguns tabus muito sensíveis e enraizados da sociedade, o que torna o tema cada vez mais polêmico, gerando discordâncias, incômodos, interesse, curiosidade e até repulsa. Demonstram ignorar a existência de um grande movimento de trabalhadores sexuais em todo o mundo, que já é apoiado por inúmeros aliados, dentre eles organizações governamentais e não-governamentais, institutos, núcleos de pesquisa, grupos e associações de prostitutas. Ou seja, a prostituição sempre foi tema de diversas discussões em todo o mundo, por meio do poder público, religiões, academia e organizações sociais.

2.3 Histórico da Prostituição em São Luís - Maranhão

Este subtópico aborda os aspectos históricos da prostituição na São Luís (capital Maranhense) do século XX com foco na Zona do Baixo Meretrício (ZBM), e do século XXI com os reflexos das mudanças motivadas pelo crescimento urbano e econômico da cidade. A título de informação algumas das expressões típicas da época, na cidade, para se referir à profissionais do sexo eram primas, mulheres da vida fácil, mariposa, meninas da 28, musas, meretrizes e damas da noite; as proprietárias das casas de prostituição eram as madames, alguns clientes recebiam a denominação de boêmio, gigolô ou xodó e a ZMB por muitos era chamada de Cidade do Pecado ou República da Boemia São-luisense, sendo o nome Zona do Baixo Meretrício uma denominação depreciativa, conforme José Almeida (2015).

Com a finalidade de ilustrar de forma poética o que foi a ZBM de São Luís para os que dela fizeram parte, apresenta-se um poema de José Chagas citado por José Reis (2002, p. 49) na obra “ZBM: O Reino Encantado da Boemia”, onde o autor conta, descreve de forma

saudosa o que foi a Zona do Baixo Meretrício no século XX e as transformações que sofreu ao longo do tempo de declínio e como é a prostituição do século XXI na capital maranhense. Informa-se que, além de José Chagas, outros poetas também são citados na obra.

A Alegre Zona

No bairro do Desterro, a alegre zona
 Do meretrício dava a São Luís
 Um ar não propriamente de matrona,
 Mas certamente de madame X,
 E era ali que a libido vinha à tona
 Para o quanto se faz e não se diz,
 E tudo aquilo que o destino abona
 No coração de cada meretriz
 A sustentar-se no pulsar da cona
 Aberta ao fogo das paixões servis,
 Quando a razão do amor se desmorona
 E a árvore do ser perde a raiz,
 Mas sobre o nu das que se vêm na lona,
 A cidade vibrava e era feliz.

José Chagas

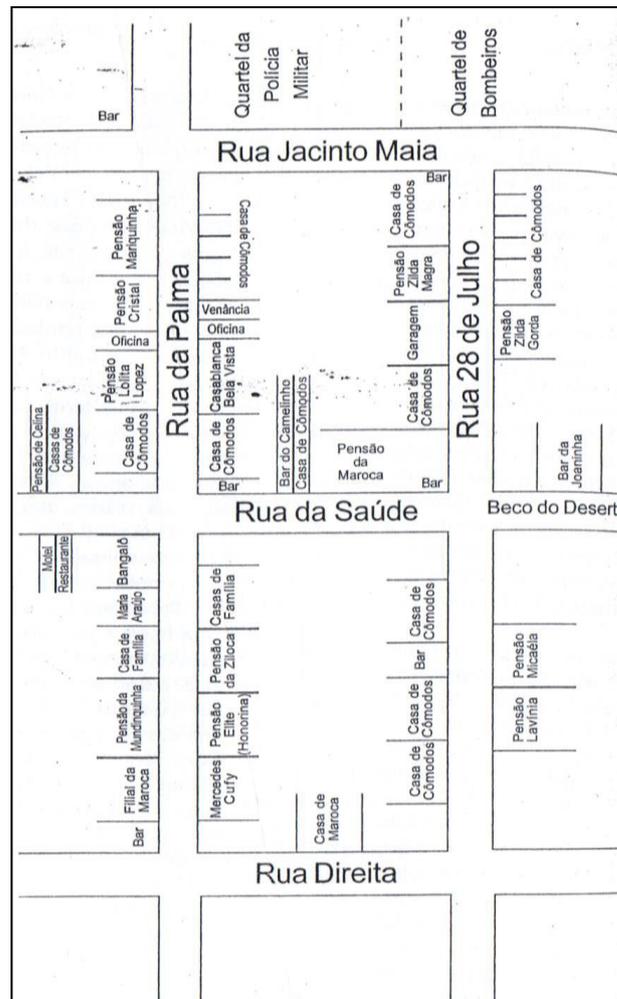
A prática da prostituição no século XX em São Luís dava-se no Centro Histórico, em meio às obras arquitetônicas deixadas de herança pelos colonizadores portugueses e fundadores franceses, o que permitiu à cidade o título de Patrimônio da Humanidade. Especificamente, a atividade concentrou-se em uma área histórica conhecida como Zona do Baixo Meretrício, também chamada de Cidade do Pecado, a referência em boemia e lazer nas décadas de 40, 50, 60, 70 e começo dos anos 80, que abrangia quatro quarteirões e algumas vielas do bairro Desterro, dentre as quais estavam as ruas Herinques Leal, da Saúde, da Estrela, Palma, Vinte e Oito de Julho, parte da Jacinto Maia, Afonso Pena, Travessa da Lapa, Travessa Feliz, Travessa do Portinho e Rua da Manga. Geografia esta que transformava seus grandes casarões, sobradões e sobradinhos em hospedarias para as trabalhadoras do sexo, restaurantes, pensões, boates, bares e as casas de prostituição conhecidas como cabarés, pensões ou boates. Registra-se que na rua Henriques Leal e entrada da Rua da Estrela estavam

localizadas as casas de *status* mais baixo, na Rua Afonso Pena situavam-se casas baratas com prostitutas falidas encerrando a carreira e jovens vindas do interior. Estas jovens, em sua grande maioria, vinham do interior chamado Pedreiras e permaneciam hospedadas nas casas baratas assim que chegavam à cidade, por não conhecerem o setor, “mas logo que tomavam conhecimento dos locais mais evoluídos, se mudavam, deixando as balzaquianas quebradas, que permaneciam nas espeluncas muitas das quais acabaram por morrer naqueles fétidos ambientes, anti-humanos” (REIS, 2002, p. 54). Ou seja, as mulheres consideradas feias ou portadoras de doenças sexualmente transmissíveis eram dispensadas e as selecionadas recebiam um quarto para dormir e alimentação, começando a trabalhar após fazerem exames de saúde e receberem orientações de como tratar os rapazes no atendimento. Na Rua Vinte e Oito de Julho havia melhora no nível de tais e as melhores casas de prostituição estavam na Rua da Palma e no centro da ZBM. A Zona do Baixo Meretrício foi fruto dos poderes ditatoriais do interventor federal Paulo Martins de Souza Ramos e do chefe de polícia Flávio Bezerra, que juntos decidiram confinar as prostitutas em uma zona exclusiva, na década de 40 (REIS, 2002, p. 9).

A Zona do Baixo Meretrício ludovicense, localizada no perímetro das ruas da Palma e Vinte e Oito de Julho, e algumas vielas adjacentes, era o templo sagrado a céu aberto da Vênus Libertina que abrigava, numa espécie de incaroável e incasto cativo, as meretrizes no século XX e acolhia todas as demais personagens da cidade ligadas à boemia e à prostituição. (ALMEIDA, 2015, p.23)

A figura a seguir demonstra de forma simples o que o autor da citação acima exprime em sua fala, permitindo visualizar e compreender a área reservada para a Zona e as ruas que dela faziam parte.

Figura 1 – Localização e ocupação da área onde funciona a ZBM



Fonte: Reis, 2002, p. 138

Essa área tornou-se o ponto de concentração de homens de toda ordem e de segregados da sociedade, uma vez que existiam poucos lazeres em São Luís, apenas alguns bares e clubes no centro e subúrbios, como o Casino Maranhense e o Litéro Clube Recreativo Português. Então, a Zona ganhou o destaque, já que se podia começar a divertir onde fosse, mas o término era na ZBM com seus casarões iluminados e sob a discreta permissão das autoridades. Inclusive, no período da Segunda Guerra Mundial soldados norte-americanos vieram a São Luís para a construção da base aérea no bairro do Tirirical e à procura de lazer, corriqueiramente, visitavam o centro da prostituição ludovicense.

Em verdade, a velha ZBM era, nas décadas de 50/70, o único ponto de diversão noturna, o local dos salões elegantes, dos conjuntos musicais que haviam escapado ao dismantelo do Jazz Alcino Bílio, as “bases” para encontros entre amigos, jornalistas de peso e medida, poetas e declamadores, gramáticos, magistrados de os graus, parlamentares das três esferas político – constitucionais, estudantes “lisos”, vendedores de quase tudo, meninas da Ilha, do interior e de outros estados, som, luzes, cores e, às vezes, faca, bala e muito sangue. (REIS, 2002, p. 14)

A atração desse local também estava no chamamento usado pelas prostitutas que lá trabalhavam e deixavam suas roupas do ofício estendidas nas sacadas dos sobrados, o que fazia com que não fosse necessário, aos clientes, aguardar a noite chegar. Com isso, a qualquer hora um cliente apaixonado tocava violão e cantava músicas românticas pelas ruas. O que revela que o trabalho nas casas de prostituição era o dia inteiro, contudo começava, de fato, às 19 horas devendo estender-se até às duas da madrugada, horário oficial, que não era cumprido e se prolongava até o amanhecer. Durante o horário oficial de funcionamento predominava o som das músicas, uma espécie de aviso aos clientes de que o lazer estava começando e era embalado pelo romantismo através do samba, samba-canção, tango, bolero, foxtrote, rumba, mambo e guarachá, um repertório inspirado em músicas que relatavam tristes histórias de amor.

Apesar da variedade de estilos, Reis (2002, p. 133) informa que as discotecas das “pensões não eram tão diversificadas, pois os repertórios de todos os cabarés eram bastante parecidos... A ZBM em matéria de músicas para dançar era eclética”, tudo o que estava nas rádios da cidade tocava na noite, o que fazia com que houvesse pouca música instrumental nesse local. Já a música ao vivo começou a fazer parte da realidade das casas, primeiramente, através da Boate da Maroca e depois tomou conta das outras. Aquelas de primeira classe possuíam orquestras com a participação de músicos famosos, já as menores lançavam mão das radiolas com sucessos de seresteiros famosos. Em meio a muita música não poderiam faltar bons dançarinos, muitos deles aprenderam a dançar nas pensões da Zona com as profissionais do sexo que eram verdadeiras dançarinas e davam grandiosos shows nos salões, como uma forma de atrair os olhares dos homens e garantir o consumo das bebidas, alguns homens iam às casas apenas com o objetivo de dançar, além disso, muitos conjuntos musicais foram formados na Zona e nela atuavam, além de em outros lugares. Àqueles que não se garantiam na pista, bastava admirar ou gozar de partidas na jogatina.

As mulheres que exerciam a profissão em maior parte eram aquelas que a faziam pela necessidade, que viam a prostituição como forma de vida fácil, confirmando a certeza de que o corpo pode ser usado como instrumento para garantir a sobrevivência, visto terem sido algumas delas expulsas dos lares pelos pais ou maridos ou serem mulheres jovens, muito pobres, que trabalhavam na roça ou estavam desempregadas, filhas de lavrador e pescador, vindas do interior ou não, às vezes com a própria roupa do corpo. Iludiam-se, sendo obrigadas a comercializar o sexo por todo tipo de oferta, e morando em casas onde a incerteza de permanência e a falta de tranquilidade as cercavam, estando submissas às ordens e vontades das donas dessas casas, as madames.

Sob a ilusão de uma vida fácil, a mulher pobre e sem trabalho se entregava, desde jovem, ao comércio sexual, como mercadoria exposta a preço vil, em qualquer balcão, sujeita a todo tipo de oferta, de glória ou de infortúnio. Algumas, inteiramente vocacionadas ao meretrício, nada reclamavam. Outras, expulsas de seus lares por pais tirânicos, por mães impiedosas ou por maridos traídos, sem qualquer alternativa, despiam-se da decência de outrora e buscavam alento na vida mundana, à sombra de um teto inseguro e intranquilo, onde se tornavam reféns e prisioneiras das ignominiosas vontades das donas dos cabarés, conhecidas pelo nome de madames, mas que na verdade eram cafetinas ou proxenetas que lucravam com o comércio sexual das infelizes meretrizes. (ALMEIDA, 2015, p. 17)

A rotina noturna da prostituta era ficar, no início da noite, à porta ou esquina do casarão em que trabalhava, esperando o primeiro cliente, quando não conseguiam clientes nesse local iam às boates para uma nova tentativa. As prostitutas mais bonitas e atraentes quando garantia um dinheiro extra dividiam-no com a chefe da casa e seu namorado, e o restante gastavam com muita diversão regada a cigarro, bebida e comida a fim de exibir a todos a condição. Elas, por serem bonitas e disputadas, permitiam-se dispensar clientes que não lhes agradavam ou não pagavam o que queriam, mesmo desobedecendo às ordens das madames. Todavia, aquelas vistas como feias e tímidas levavam horas para conseguir pelo menos um cliente na noite, então se conformavam com o pouco que conseguiam. Considerava-se que o suficiente para uma noite eram três programas, mas as mulheres torciam para fazer apenas um por noite, encontrando para isso uma boa companhia que proporcionasse a elas uma noite de glamour, um cliente tivesse boas condições financeiras sendo empresário ou tendo um bom emprego.

Sobre as casas de prostituição é possível inferir que se dividiam em duas classes, as de primeira e as de segunda, por ser a Zona frequentada por todas as classes sociais, e tomando por base os custos que, por sua vez, influenciavam os valores dos programas ou das saídas. As de primeira classe tinham funções que ultrapassavam as questões sexuais, pois serviam como ponto de acerto de negócios, conversas, encontros políticos, entre outras funções. Dentre as principais casas do ramo estavam “a Lolita; a Elite; a Dona; Casa Branca, bem como era de primeiro destaque a Maroca, todo pessoal que chegava se deslocava para Maroca devido ser a mais falada, da época” (REIS, 2002, p. 33). Existia ainda a Regina, que junto com a Lolita e a Maroca, pela proximidade, eram o maior foco da área, sendo Maroca um privilégio para as classes mais elevadas da capital. Os nomes das casas, geralmente, traziam os nomes das madames (dona das casas de prostituição), dessa forma devido ao sucesso de seu empreendimento o nome da madame Maroca foi exaltado e respeitado, sendo ela considerada a Rainha da Zona, em prol do uso de sua inteligência e dedicação ao ofício,

tendo seguidoras que também eram madames. Tamanha era sua influência que seu aniversário era um dos maiores e principais eventos de toda a Zona.

Maroca para alcançar o estrelato, passou por poucas e boas, vivendo intensamente todos os estágios do cabaré, até se tornar uma progressista madame-empresária, que além de seus empreendimentos na ZBM, do qual se relacionavam a Pensão da Maroca – Matriz e outras tantas filiais, ainda exportou para a capital piauiense, Teresina, sua arte de prostituição, instalando, também, cabarés no vizinho Estado do Piauí. (REIS, 2002, p. 83)

Dentre outras pode-se citar Zilda Branca e Zilda Preta, Chiquinha Navalhada, Honorina, Lolita, Perpétua e Zuca. O destaque das madames estava em sua cordialidade, organização e experiência no ramo por terem sido prostitutas, fator que permitia tornarem-se proprietárias ou gerentes das casas de prostituição. Algumas se davam ao luxo de possuírem gerentes, geralmente mulheres e presentes nas casas de primeira classe, cujas responsabilidades envolviam controle e supervisão das profissionais em atuação, vendas, cobranças, entre outras tarefas, para que as madames pudessem dar maior atenção aos clientes. Contudo, quando se tratava das mulheres que trabalhavam na satisfação dos prazeres dos homens, algumas madames chegavam a maltratá-las, caracterizando em alguns casos escravização no trabalho, obrigando-as a fazer qualquer coisa em prol dos lucros do empreendimento, como atender a todos os tipos de homens, independente de gostarem ou não, estivessem bêbados, fedendo ou até mesmo agredissem a mulher, influenciá-los a gastar bastante dinheiro com bebidas, em especial as mais caras. A fim de não ficarem bêbadas e não prejudicarem os lucros da noite, as profissionais do sexo bebiam chá com gelo, imitando uísque. Os maus tratos e humilhações eram estendidos às prostitutas adoecidas e, às vezes, de forma pública e quando a doença era venérea ou engravidavam, chegavam a ser expulsas das boates. No caso da gravidez, algumas com medo de serem expulsas praticavam aborto de forma perigosa e não resistiam.

As madames consideradas boas conscientizavam as mulheres sobre a importância de oferecer um bom tratamento aos clientes e exigiam o cumprimento de tal, em caso de reclamações por parte de cliente, chamavam prontamente a atenção da prostituta que poderia ser dispensada do trabalho. Aconselhavam as prostitutas para não ficarem andando pela Rua Grande durante o dia, o principal centro comercial de São Luís, a fim de evitar o desprezo social em público, conselho este que quando não cumprido irritava as madames. Em contrapartida, defendiam-nas de clientes importunos, não permitindo que se submetessem a eles, chamando atenção dos mesmos e solicitando que se retirassem da boate, em casos mais complicados solicitavam ajuda da polícia. As boas madames preocupavam-se com a saúde de

suas funcionárias, providenciando consultas, exames e medicamentos todos os meses, e aquelas que estavam doentes eram afastadas do exercício e cuidadas até ficarem boas.

Boas ou más, quase tudo que as trabalhadoras do sexo sabiam sobre o ofício haviam aprendido com as madames que ensinavam, conforme Almeida (2015), a usar batom, andar de salto, vestir-se de modo atraente, ornamentar os cabelos com flores e deixá-los cheirosos, dançar bem, fumar maliciosamente e, até mesmo, fazer reverências a santos. Elas tinham a figura de mãe, defendendo suas trabalhadoras sempre que possível ou quando julgavam conveniente, já que moravam nas pensões mediante pagamento de diárias ou aluguéis mensais, dessa forma constituíam uma função social que girava em torno de disciplinar a vida das moças. Como mães eram idolatradas e obedecidas pelas prostitutas “que entregavam seus dotes físicos para serem negociados como um produto fabril pronto para consumo, igual a mercadoria exposta em qualquer balcão” (ALMEIDA, 2015, p. 34).

Outra informação sobre as chefes das casas é que cada uma possuíam um namorado, mas a relação era discreta e até escondida, de modo que poucos sabiam, pois sempre chegavam pela madrugada ou tinham acesso aos aposentos por outras entradas que não a principal. Visto que a descoberta deles geraria grande polêmica por serem homens importantes na sociedade ludovicense e que bancavam as despesas das madames para ajudá-las. Muitas autoridades da época, como o governador, não visitavam a Zona, mas mandavam seus assessores até lá para buscarem belas mulheres e levarem às suas mansões. A exigência dos clientes atrelada à experiência das donas das casas aumentava a exigência na escolha das trabalhadoras do sexo. Essas mulheres “acima de tudo respeitavam o homem que a escolhia como acompanhante” (REIS, 2002, p. 26), sendo eles de classes sociais e funções diversas, como escritores, políticos, fazendeiros, jornalistas, médicos, policiais à paisana, universitários, empresários, pessoas simples, e adolescentes levados por familiares para terem sua primeira relação sexual. Os homens já comprometidos, casados ou com namorada iam à busca de novidade, já os solteiros buscavam a alegria, a diversão de um ambiente musical, atraente.

Em um bom período de tempo, a Zona do Baixo Meretrício – ZBM, foi polo centralizador de intelectuais, artistas, mulheres, malandros, cabarés, prostíbulos, empresários, homossexuais, enfim, de todos os segmentos da sociedade são-luisense, nas décadas de 40, 50, 60, 70 e início dos anos de 80, formando o mito da ZBM, a vida noturna e boêmia da Cidade dos Azulejos (REIS, 2002, p. 53).

Os homens que lá frequentavam buscavam também boas ouvintes para a confissão de suas mágoas e desilusões, assim como carícias e afagos combinados com relações sexuais, alguns sequer faziam uso dos serviços das mulheres, queriam somente “conversar e ser

ouvidos no quarto da pensão ou na mesa do bar” (ALMEIDA, 2015, p.36). Geralmente, após a prestação do serviço contratado, os homens iam embora, mas existiam aqueles que permaneciam na Zona e na ilusão de um amor não correspondido com alguma trabalhadora da noite, e aqueles que financeiramente não tinham como retornar a seus lares por terem gastado todo dinheiro, por terem sido furtados pela mulher com quem haviam deitado, por terem perdido ou sido enganados na jogatina ou porque tinham sido expulsos pela esposa que descobrira sua hábito libidinoso, ou até mesmo porque fora traído pela própria esposa.

No século XX, muitos eram os estivadores na cidade, uma classe de trabalhadores com as melhores rendas e que, por isso, gastavam muito na Zona e exibiam luxo andando com as tendências da última moda. Assim, sendo frequentada por homens famosos, de alta reputação, boa condição financeira, afirma-se que tal região da prostituição em São Luís possuía a maior circulação monetária e servia de inspiração para criação literária de grandes artistas e escritores da sociedade maranhense. Inspiração que não se restringia apenas aos escritores, mas que motivava grandes romances entre prostitutas e clientes, nascidos nos salões e quartos das casas, o que dera origem à figura do gigolô e do xodó, o primeiro conforme Reis (2002, p. 56) eram aqueles que

[...] não tinham como arrumar aquele dinheiro todo para gastar nas pensões e similares. Com simpatia, uma boa lábia e dançando bem, não era fácil entrar na graça de uma das belas mulheres e se tornar parceiro predileto, sem ter que pagar, muito pelo contrário recebiam seus gordos e robustos presentes, com uma condição ímpar de estar em forma todas as noites, logo após o encerramento dos expedientes dos prostíbulos, que era oficialmente às duas da madrugada. Esses elementos que viviam dos favores das mulheres prostitutas eram denominados de gigolô.

Os gigolôs também conhecidos como namorados da noite, dependiam exclusivamente da companheira nas questões financeiras e, de fato arrancava dinheiro dela, pela noite ficavam de longe esperando o término do trabalho delas para poderem namorar e as acompanhar pelo resto da noite, em geral, a cada encontro eram eles presenteados com roupa ou sapato, da moda, e deveriam usá-los em presença da companheira. Se não o fizessem, as mesmas ficavam muito magoadas e os expunha à vergonha pública revelando que o homem era um gigolô, um homem que vivia à custa delas, atitude esta que por muitas vezes resultou em brigas verbais e corporais e até assassinatos passionais. Outro problema estava quando ele era visto com outra prostituta ou esta, simplesmente, desconfiava disso, gerando grandes discussões em público com ofensas verbais e brigas físicas entre as prostitutas e para gigolô restava a desmoralização e ser espancado pela mulher que o sustentava.

O gigolô constituía, por assim dizer, um autêntico vagabundo. Uma espécie de parasita que vivia às custas da prostituta que se apaixonava por ele. Era o símbolo da

ociosidade e da inoperância, porque nada sabia fazer, nem buscava, nas longas horas de folga, o aprendizado de algum trabalho útil e lucrativo, porque sabia que todos os dias havia de lhe servir com cama, mesa, banho e sexo, a dedicada meretriz. (ALMEIDA, 2015, p. 60)

Os gigolôs além de serem namorados das prostitutas tinham a função de auxiliares de furtos praticados contra clientes. Almeida (2015, p. 76) descreve como o ato era praticado:

1) Primeiramente, a rameira atraía o cliente para seu quarto; 2) depois que o mesmo se despia e pendurava suas vestes em u cabide fixado próximo à porta, a meretriz fazia com que o cliente ficasse de costas para a entrada do quarto; 3) em seguida, o gigolô da prostituta esgueirava-se sorrateiro no quarto, subtraindo dos bolsos do vestuário as quantias ali guardadas; 4) finalmente, quando o ato sexual era concluído e o cliente ia pagar a despesa, surpreendia-se com a ausência de dinheiro em sua carteira, ocasião em que a meretriz iniciava uma terrível confusão, acusando o cliente de golpista.

Para solucionar o caso sem ter que sair do quarto e aumentar a confusão, alguns clientes ofereciam como pagamento seus próprios pertences como relógio ou qualquer objeto de valor que tivessem, outros buscavam solucionar o problema na delegacia, porém nem sempre tinham êxito e acabavam sendo motivo de piada e divertimento para o delegado, ficando ainda sob ameaças de lesão com navalhas ou similares por parte da prostituta.

No tangente ao xodó, em geral, eram jovens e isso permitia às prostitutas moldarem-nos ao seu bel prazer, essa categoria de namorado não era sustentada pelas trabalhadoras do sexo, estavam com elas por amor, apenas, namoravam, dormiam de graça e não usavam as prostitutas como objeto. A fala de Reis (2002, p. 132) diz que o xodó

[...] fazia romance com prostituta, tratava muito bem, pagava jantar, quando tinha dinheiro, quando não tinha namorava, beijinho, beijinho ia embora e não leva nadinha! Assim, ia ganhando a mulher aos poucos com carinho, bom tratamento, acabava por gostar de mim e quando amávamos não queria o dinheiro. Aí, sim. Era o xodó!

Tanto o gigolô como o xodó se dominassem a arte da dança saíam na frente, conquistando as mulheres mais belas como amantes, visto que ao dançarem com elas faziam-nas o centro das atenções. Registra-se ainda que desses romances diversas famílias foram formadas e assim muitas mulheres puderam ter uma outra realidade que não a da Zona. O escritor Almeida (2015, p. 59), apresenta os amantes como “aqueles que se enamoravam das prostitutas e as bancavam para que não ficassem com nenhum outro homem enquanto estavam sob suas expensas. O amante era o provedor”.

A respeito das confusões, brigas na ZBM eram constantes e, costumeiramente, pela mesma razão que girava em torno de ciúmes pelos gigolôs, xodós ou algum cliente de preferência das mulheres que lá trabalhavam e pela disputa de espaço. As armas eram

improvisadas e estavam à disposição a qualquer hora, pois se tratavam de garrafas quebradas, pedaços de pau, pedras, cadeiras, facas e outros objetos cortantes como navalhas, lâmina de barbear, barras de ferro, garfos e tudo que houvesse por perto caracterizando arma branca, sem esquecer dos socos, chutes, puxões de cabelo.

Tanto as mulheres como os homens eram vaidosos no quesito vestimenta. As mulheres costumavam estar bastante arrumadas, conforme a moda, bem cheirosas, adornadas e trajando elegantes soirées (vestido longo com decote chamativo) que segundo Almeida (2015) eram feitos de brim ou tafetá e sapatos Luís XV. Já os homens desfilavam bem vestidos com seus paletós saco feitos com um dos tecidos da moda que eram o linho acetinado ou panamá, acompanhado sapatos de duas cores (na maioria marrom e branco), sola fina e bico fino (adequado para dançar), e chapéu de palhinha, as calças poderiam ser com pregas, boca de sino, boca larga ou boca pequena e colete. Isso porque além de ficarem elegantes e atraentes, algumas casas só permitiam a entrada de homens usando tal vestimenta, como a Lolita, Onorina e Maroca.

A Zona não era frequentada por qualquer “João Ninguém” e sim pelos ilustres homens da elite social da cidade, com uma ressalva, vestidos muito bem com paletó e gravata, era um senhor desfile da moda masculina da época, enquanto que as mulheres não ficavam pra trás na elegância, coisa chique! (REIS, 2002, p 111)

A elegância e beleza das mulheres que trabalhavam na prostituição durante o século XX não as poupava da repulsa das outras mulheres, aquelas que não faziam parte desse contexto não apenas por preceitos sociais, mas porque sabiam que seus maridos e companheiros usavam dos serviços da prostituição como um hábito e pelo fato de as mulheres que praticavam a profissão em questão andarem muitas vezes mais bem vestidas que as principais senhoras da cidade. Desse modo, eram excluídas da sociedade pela maioria das mulheres, que sequer passavam perto de onde houvesse uma trabalhadora do sexo, ou quando o faziam as repeliam com violência ou chamavam a polícia para retirá-las. Conforme Almeida (2015) a sociedade não as considerava o perfil ideal de mulher, assim eram consideradas desonestas e ocupavam o último *status* da escala social, já que não possuíam família nem estavam submetidas ao patriarcado. Reis (2002, p. 130) posiciona-se contra o preconceito:

Pelo fato de uma mulher ser prostituta, não quer dizer que ela não seja uma mulher de respeito! Pois se ela souber, impõe respeito, apesar de prostituta... Conheci muitas prostitutas sérias, estavam lá por uma questão de sobrevivência e não porque fossem sem-vergonha. Muitas foram se acabar lá, realmente por sem-vergonhice, viviam para aquilo mesmo, tinham dom, índole para o ramo... As outras não estavam lá por conveniência social, sei lá! Acabaram na prostituição.

Vale comentar que um aspecto que ajudava a aumentar o preconceito era o fato de no século XX a região do Desterro abrigar um dos maiores pontos de venda e consumo de drogas da cidade, onde iam jovens viciados, políticos, empresários, artistas e as próprias prostitutas.

Mesmo com todo repúdio houve prostitutas que conseguiram tornar-se madames e outras mulheres comuns na sociedade, estas sentiram, no começo, reservas por parte da sociedade, mas com o tempo, mediante seus comportamentos, passaram a ser aceitas no convívio. Entretanto, algumas pereciam sozinhas abandonadas em hospícios ou asilos por não conseguirem sequer satisfazer suas próprias necessidades alimentares e de moradia, revelando que não haviam conquistado um amor ou verdadeiros amigos e aos poucos eram tomadas pelo mal da loucura, esquecimento, depressão, isolamento até o fim de seus dias. Destinos estes que para Almeida (2015) ainda se mantêm nos dias atuais.

Contudo, apesar da euforia e atração da Zona do Baixo Meretrício, o passar dos anos trouxe o progresso, a urbanização e o seu declínio motivado, principalmente, pela inauguração em 1968 da Ponte José Sarney ligando a antiga São Luís com o crescente bairro São Francisco, pela inauguração do Porto de Itaqui, o aterramento do Anel Viário e avinda da UFMA para o Campus Bacanga, que possibilitou o povoamento do bairro São Francisco e dessas outras regiões com conjuntos residenciais, lojas, comércios, restaurantes, boates e motéis, inchando a cidade e exigindo adaptação à nova realidade, de modo que o movimento na Zona caiu, pois os rapazes iam em busca de mulheres diferentes no outro lado da ponte. As mulheres da ZBM ficaram abandonadas à própria sorte e coube sair em direção ao São Francisco na esperança de terem melhores oportunidades. Assim a prostituição ludovicense que se restringia a uma faixa específica, espalhou-se de forma ampla e imensurável, perdendo a característica boêmia e dando espaço à exploração sexual, onde mulheres sozinhas que administravam seu próprio negócio ou sob o poder das famosas figuras de cafetinas e cafetões, e atividade passou a ser praticada em ruas, avenidas, casas noturnas. Assim a Zona foi deixando de existir e tornando-se história que sobrevive da fama dos tempos de auge, do registro na lembrança de seus moradores, nos prédios que foram reformados, tombados e agora usados como ocupação por famílias, e nas ruínas dos prédios que insistem em resistir à ação do tempo e do abandono.

Ruas quase que desertas, prédios escorados, ruínas. Outros sobradões em uma transformação muito lenta e tímida são tomados pela atividade comercial, outros tantos servem de habitações coletivas para famílias. Pouquíssimos são os bares que ainda tentam negociar, mesmo assim para os saudosistas ainda dá para ouvir músicas das décadas de 50 e 60. (REIS, 2002, p. 144)

Prédios que antes foram fundamentais para a economia, comércio e turismo da capital maranhense, em especial pela prática do turismo sexual. Como a queda da ZBM não trouxe perspectiva de recuperação, madames como a Maroca mudaram-se da cidade, ela, por exemplo, foi para Teresina onde montou duas casas de prostituição. Posteriormente, retornou a São Luís com o objetivo de continuar seu sucesso na cidade, todavia isso não foi possível.

No século XXI, a prostituição em São Luís está situada nos arredores e no próprio Centro Histórico e as trabalhadoras são mulheres que vivem na pobreza, em sua maioria são negras e estão marginalizadas na sociedade sem a segurança e disciplina presente outrora na ZBM do século XX. Para Tatiana Silva (2015, p. 20)

[...] as prostitutas, em sua maioria negras, relacionam-se frequentemente com clientes brancos, dos quais alguns são turistas estrangeiros. O Centro Histórico de São Luís é um dos pontos turísticos mais visitados da cidade e é também um local com grande concentração a prostituição. Segundo algumas prostitutas, clientes brasileiros, maranhenses e turistas do exterior, geralmente, preferem as “morenas”, as “mulatas”.

Apesar do declínio da ZBM, o bairro Desterro continua tendo a prostituição como uma de suas principais atividades econômicas, ao lado da atividade gráfica, do comércio automobilístico e da pesca. Destacam-se também como principais locais de prática da prostituição, o bairro Praia Grande, a Praça Benedito Leite, o Reviver, a Avenida Beira Mar e dentro do Desterro tem-se a Rua da Saúde, o Inferninho, a Praça do Pescador e o Oscar Frota (Xirizal), que junto com o Reviver são os principais pontos da atividade. O Oscar Frota é uma área do Desterro, cujo nome faz menção a um antigo comerciante de materiais de construção, que possui aproximadamente oito bares que possuem quartos para serem alugados para prestação do serviço em foco, todos de propriedade de mulheres, sendo que algumas delas são ex prostitutas, e há grande circulação de prostitutas de todas as idades, formas e tamanhos que passam o dia bebendo e fumando enquanto os clientes chegam. A partir das 8 horas da manhã já é possível observar o movimento de trabalhadoras do sexo e seus clientes, que costumam pagar o aluguel dos quartos. A maior parte dos clientes são trabalhadores ou moradores da região. Esse lugar é conhecido pela prática da prostituição intitulada “prostituição de baixo nível”, justificada pela condição social e financeira dos clientes, do próprio local e da estrutura física deste.

Com isso, o preço do serviço prestado gira em torno de vinte a sessenta reais, podendo variar sob a influência das práticas sexuais acordadas. A maioria das prostitutas que atuam nesse local são casadas e sustentam a família com a renda que obtém do ofício, uma vez que possuem baixa escolaridade, maridos desempregados e consideram baixa a

remuneração para prestação de serviços domésticos. Almeida (2015) informa que os maridos não são cientes de que as mulheres conseguem manter a família por meio da prostituição, acreditando eles que o dinheiro é conseguido por meio de trabalhos como faxinas e diárias. Com maior independência, sem subordinação à dona da casa em que atuam, costumam fazer seus horários de trabalho, comparecendo ao Xirizal quando lhes convém, mas geralmente nos finais de semana, pois o movimento é melhor. Quando vão ao Oscar Frota, costumeiramente de ônibus, têm cuidado redobrado para não encontrarem parentes e conhecidos no trajeto, e algumas usam dois chips no celular, um para agendar os serviços sexuais e outro para manter a comunicação com parentes e amigos.

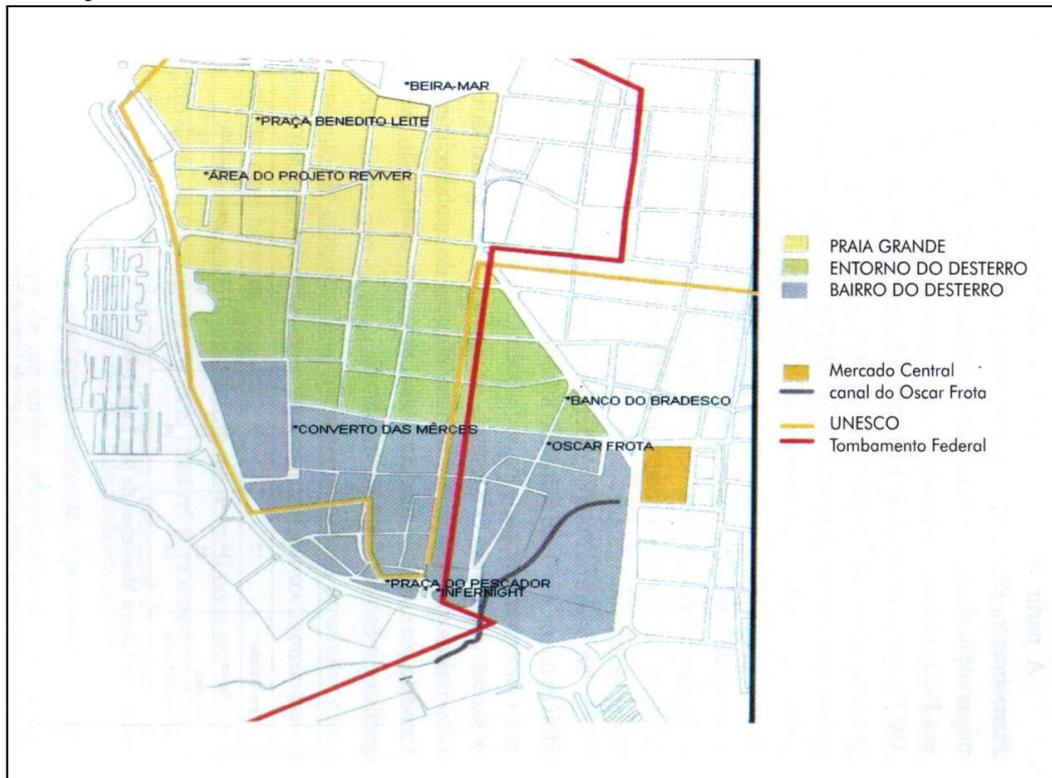
Vão pro “Xirizal” de ônibus, e por isso, precisam ter muito cuidado com parente e pessoas conhecidas que encontram no trajeto. Certa vez, uma delas, que vou chamar de “Diana”, foi seguida pelo marido. Mas, por pura sorte, Diana, que sempre usa óculos escuros, percebeu a presença do esposo e, ao invés de descer do coletivo no ponto que vai dar no “Xirizal”, desceu em outro. Simulando que estava indo pra casa da mãe dela, tomou outro ônibus com destino ao bairro onde fica a residência da genitora, afastando, assim, a suspeita do consorte. [...], asseverou que frequenta o cabaré do “Xirizal” há 11 anos, causando-nos perplexidade quanto ao fato de o marido não ser conhecedor da situação reinante. (ALMEIDA, 2015, p. 105)

Mulheres que possuíam muitas dívidas antes de entrar na prostituição, conseguiram pagar todas trabalhando no Oscar Frota. Este ponto da cidade destaca-se, ainda, por ser ponto de tráfico de drogas, o que contribuiu para motivar diversas tentativas do Poder Público por meio da Prefeitura de São Luís em acabar com a atividade das prostitutas, para isso fecharam alguns bares, mas outros sempre são abertos no lugar. No Reviver em relação ao Oscar Frota o preço cobrado é superior em razão da clientela local e em especial pela concentração de turistas, com estes as mulheres costumam ficar juntas durante toda sua estadia na cidade, acompanhando-os em viagens, passeios locais e bares.

Não obstante, existem prostitutas que exercem o ofício por prazer, sem a necessidade do dinheiro, assim como outros pontos de comercialização na cidade tais como os bairros Cohab, Forquilha, Olho D’água, Turu, São Cristóvão, entre outros.

A figura seguinte é um mapa que mostra a localização e extensão dos dois principais pontos de prostituição atuais da cidade, o Oscar Frota e o Reviver, situados, respectivamente, no Desterro e na Praia Grande.

Figura 2 – Mapa da Praia Grande e Desterro



Fonte: Silva, 2015, p. 49

O atual cenário da prostituição ludovicense exigiu maior organização dessas mulheres que reforçaram a participação no movimento associativo a fim de melhor reivindicarem problemas práticos do ofício. De acordo com Silva (2015) esse movimento surgiu entre as décadas de 70 e 80 a nível mundial quando em diversos países as prostitutas organizaram-se motivadas pelas dificuldades em enfrentar os estigmas, abuso de autoridades militares e assédio. Com isso, criou-se em 1987 a Rede Brasileira de Prostitutas que congrega as associações atuantes nos estados brasileiros, visando a luta por leis, reformas legislativas que abordem benefícios às profissionais do sexo, como saúde, questão da violência, respeito, dignidade, discriminação, entre outras. E no estado do Maranhão a APROSMA (Associação das Profissionais do Sexo do Maranhão) foi fundada e regularizada em 2003 com o apoio das Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, entretanto os esforços para a concretização da ASPROMA iniciaram em 1991 a partir de um projeto de educação e prevenção sexual desenvolvido com as prostitutas pela Companhia Francesa Inter-Aide. Conforme Silva (2015, p. 32) entende-se que

[...] o trabalho desenvolvido, não apenas pela APROSMA, mas também por algumas Associações, cujo maior interesse é proporcionar às mulheres inseridas na prostituição uma outra fonte de renda, no intuito de complementar o que ganham em

cada programa. Daí a necessidade em manter convênios com determinadas instituições para a realização de cursos profissionalizantes.

Julga-se importante que as mulheres não dependam apenas da prostituição, mas que tenham uma fonte de renda complementar. A Associação atende aproximadamente 1200 trabalhadoras do sexo e junto com as Coordenações Estadual e Municipal da Saúde vem desenvolvendo projetos, distribuindo preservativos, tomando ciência e visitando vários pontos de prostituição na cidade de São Luís, levando palestras de educação sexual. Como complemento e forma de capacitação profissional, em parceria com o SEBRAE, são ofertados cursos de corte-costura, culinária e cabeleireiro. Mesmo com esse esforço algumas prostitutas não têm conhecimento do trabalho da Associação, porque o trabalho é quase sempre assistencialista e as vagas para os cursos são poucas e, no geral, preenchidas pelas mulheres que moram nos arredores da sede da Associação, onde também se realizam eventos, encontros, seminários e festividades para as mulheres que trabalham com prostituição. Sendo liderada pela profissional do sexo não atuante Maria de Jesus conhecida como Dona Djé. Ela ocupa o cargo de presidente da APROSMA, é representante nordestina da Rede Brasileira de Prostitutas e concedeu entrevista para a pesquisa deste estudo, apresentada na análise de dados.

Ainda se consideram as novas roupagens que a prostituição tem assumido nos dias atuais em âmbito internacional, nacional e até local, em que algumas trabalhadoras do sexo utilizam meios de comunicação como sites, redes sociais e mesmo jornais para divulgarem propagandas de seus serviços sexuais e assim alcançar independência na atividade, um público maior, diversificado ou selecionado de clientes conforme seus interesses. Uma estratégia que permite o afastamento das ruas, uma vez que a prestação do serviço pode ser na residência do contratado ou contratante, em motéis, hotéis, pousadas, diminuindo ainda a exposição e gerando maior anonimato. Fala-se, também, em prostituição virtual que é a comercialização do sexo pelos canais de comunicação, onde o sexo é vendido em filmes, imagens, salas de bate-papo virtual com *web cam* ao vivo para se proporcionar relações sexuais em tempo real mediante pagamento. Logo, é possível perceber que o comércio sexual, apesar das tentativas de bani-lo socialmente, continua influenciando e ajustando-se conforme os desenvolvimentos social, político, econômico e até tecnológico.

3 ASSÉDIO SEXUAL

Neste capítulo a violência assédio sexual poderá ser mais bem compreendido com a abordagem de conceitos, características, aspectos de influência histórica, social e legal, além de ser associada ao desengajamento moral e entendida dentro do contexto do comércio sexual.

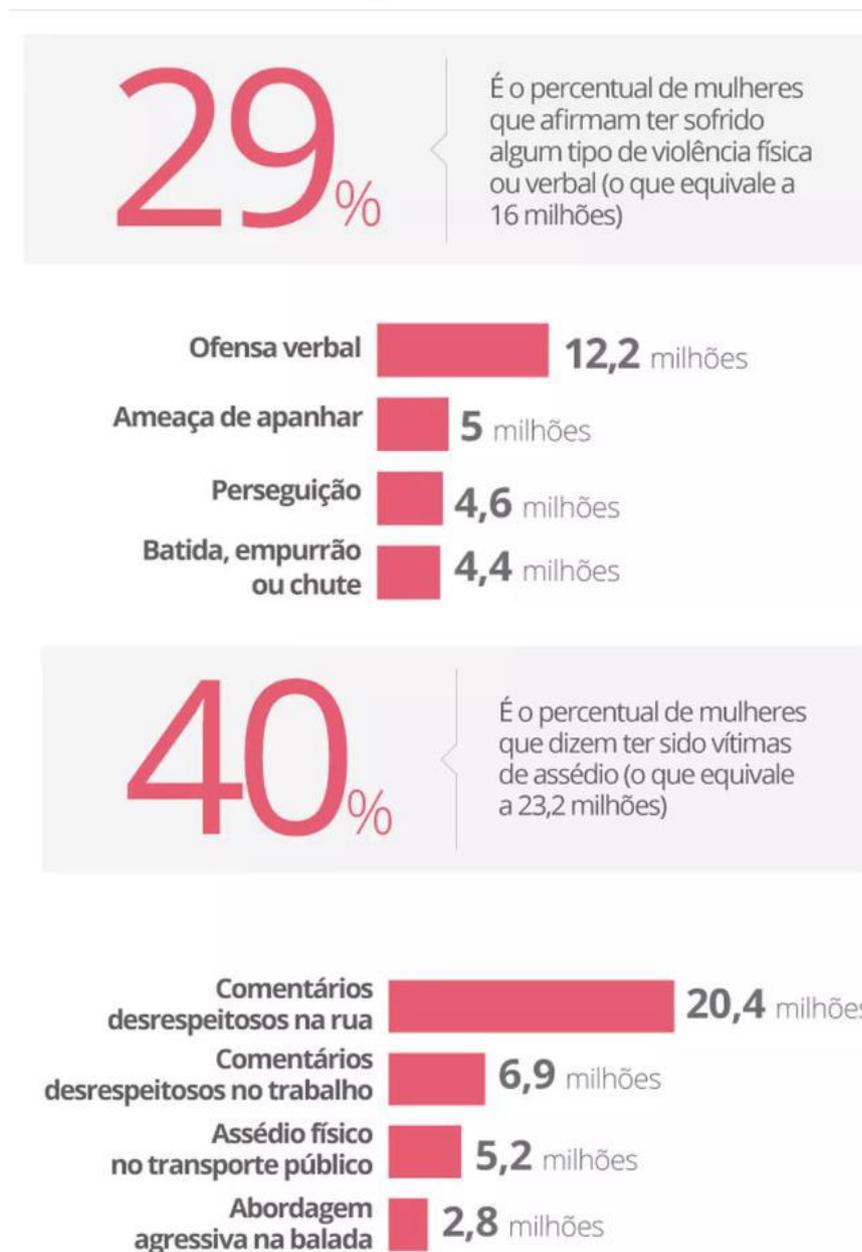
Uma das características da humanidade, desde sua existência, é a manifestação de atitudes violentas com variados objetivos, e tais atitudes são um dos instintos do homem. Rachel Fukuda (2012) cita Freud para explicar que o ser humano possui dois tipos de instintos, os eróticos que, em geral, objetivam unir e preservar, e o instinto agressivo ou destrutivo que visa destruir e até matar, logo a violência é um instinto porque pode ser compreendida como agressividade proposta ou empregada com finalidade e desejo de destruir, de aniquilar, ou de dano à integridade do outro ou de si mesmo, de intencionalidade consciente ou inconsciente (FUKUDA, 2012, p. 12 apud MONTAGNA, 2004). Esse desejo de destruir a integridade do próximo provém da intolerância, do prazer pessoal, da incapacidade de compreender e aceitar a dor, a frustração, dando espaço para variadas vítimas e variadas formas de violência.

Dentre as violências destaca-se o problema da violência masculina contra a mulher que é constante e crescente em toda sociedade, carregando traços patriarcalistas que refletem a imposição de poder e domínio do homem sobre a mulher. Uma relação que se tornou frequente não apenas na esfera familiar, mas na social e trabalhista, através de agressões, humilhações, abusos e assédio, violências estas que podem ser manifestadas de forma direta ou indireta e multifacetada, trazendo como elemento constituinte as diferenças entre os sexos. Para Isabel Moreira e Claudete Monteiro (2012, p. 2) “essa relação estabelecida entre homens e mulheres, tendo como mecanismo a desigualdade de poder, constitui violação dos direitos humanos e gera problemas de ordem social, de saúde pública e de saúde da mulher, colocando-a à mercê de outros tipos de violência [...]”.

A figura 3 apresenta o percentual de mulheres que sofreram violência, no Brasil, no ano de 2016, uma informação adquirida pelo *site* G1 através de uma pesquisa realizada pelo Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O percentual de entrevistadas que afirmaram ter sofrido algum tipo de violência verbal ou física é de 29% com variadas formas de agressão, destacando-se a ofensa verbal como a mais predominante sofrida pelas brasileiras. Mas quando se questiona sobre ter sido vítima de assédio sexual, o percentual de mulheres aumenta, passando para 40%, sendo que a atitude mais predominante de assédio são os comentários desrespeitosos na rua sofrido pela maioria das entrevistadas.

As informações de tal figura possibilitam perceber o quão comum é a violência contra as mulheres no Brasil, mesmo com leis específicas para prevenir, punir e coibir os agressores e potenciais agressores no âmbito doméstico e familiar, como a nº 11.340/06 conhecida como Lei Maria da Penha. O assédio sexual também se mostra preponderante e revela que muitos são os homens que não se intimidam com as legislações criadas, colocando acima o seu prazer em violentar e impor dominância sobre a mulher.

Figura 3 – Relato de brasileiras agredidas e assediadas em 2016



Os históricos de violência contra mulher revelam que esse é um problema cultural no Brasil e está inserido na questão de gênero cada dia mais assimétrica nas relações de trabalho, independente do tipo de atividade laboral exercida e construindo cenários de desigualdades, desvalorização, discriminação e tentativa da superioridade masculina, que interfere na saúde, bem-estar e motivação das vítimas. Ao analisar um pouco da história brasileira é possível perceber a formação de um povo sob a égide de uma violência que até hoje tem as mulheres como maiores vítimas e que em séculos passados foi manifestada pelas índias violentadas pelos colonizadores e pelas negras africanas e escravas que estavam sob a tirania de seus senhores, períodos em que a violência contra a mulher era justificada pela necessidade de obediência aos homens.

Quando retrocedemos um pouco mais no passado, e especialmente no passado escravagista brasileiro, encontraremos o senhor, dono não apenas do trabalho, mas também do corpo e da alma da sua serva. Não podemos dizer que a relação senhor-escrava era da mesma natureza do assédio, pois nela a imposição do domínio trazia implícita a noção de desobediência paga com a morte, [...]. (FREITAS, 2001, p. 14)

A realidade atual se “sucede devido à influência da ideologia patriarcal, que sustenta a autoridade dos homens sobre as mulheres, legitimando todo o tipo de abusos de que elas possam ser alvo, quer no espaço privado, quer no profissional” (DIAS, 2003, p.13). Essa cultura de violência em ambiente doméstico ou profissional é mantida por estereótipos de inferioridade feminina e afronta a dignidade de trabalhadoras que se sentem lesadas, traídas em uma situação intolerável e complexa.

A presença das mulheres no mundo do trabalho sempre foi motivada por lutas e esforços na busca de um espaço equitativo com os homens, na luta contra o preconceito da sociedade e seus tradicionalismos, pela necessidade de paciência e muita dedicação, provocando mudanças em situações que anteriormente eram de domínio masculino ou de julgamentos como no caso de mulheres consideradas sem reputação e que sofriam calúnias por trabalharem fora de casa e quando conseguiam um emprego as humilhações continuavam dentro do local de trabalho.

A maior participação da mulher no mercado profissional e a maior liberalização dos costumes provocaram uma reviravolta nos domínios anteriormente masculinos, especialmente nos locais de trabalho. Há bem pouco tempo, a mulher que trabalhava fora do lar era considerada uma séria candidata a “vadia”, pois a moral da época interpretava que, para a mulher vencer uma seleção ou merecer uma promoção, era condição *sine qua non* ter de se submeter ao famoso “teste do sofá”. Quanto mais uma mulher era bem-sucedida no trabalho, mais era mal-vista e caluniada. (FREITAS, 2001, p.13)

Apesar da sociedade brasileira ainda possuir alguns traços machistas, deixando claro que o machismo não é um pensamento único de homens, mas também de mulheres, é possível perceber que nos últimos anos a inserção de mulheres no mundo profissional aumentou e conseqüentemente o acesso à renda, direitos, busca pela educação profissional. Essa crescente presença feminina no ambiente laboral ajudou a modificar o perfil das organizações, o que todavia não garantiu às mulheres segurança nos postos de trabalho, pois com esse crescimento aumentou também a violência no âmbito trabalhista, predominante de forma velada e psicológica. As trabalhadoras assujeitam-se a essa situação pela necessidade de si manter financeiramente, manter a família ou complementar o orçamento familiar e pela articulação do trabalho profissional com o doméstico, o que lhes exige maior resiliência, mas não evita as conseqüências das violências sofridas. Dentre estas, umas das mais comuns e que tem ganhado cada vez mais repercussão e atenção é o assédio sexual, que conforme Dias (2008, p. 20) “trata-se de um fenômeno que atenta contra a dignidade da pessoa humana, constituindo, ao mesmo tempo, um obstáculo à produtividade e ao desenvolvimento econômico e social”. E que está fundamentado em um construto sociocultural a respeito da importância da dominação masculina, ofuscando a equidade entre homens e mulheres, como forma perniciosa de agressão às mulheres. Além disso, a cultura brasileira é rica em erotismo, sensualidade, malícia, humor com duplo sentido manifestados nas músicas, no modo de dançar, em algumas vestimentas, na informalidade, entre outras formas, o que dá espaço para que se pense atitudes como o assédio de modo ingênuo. A prática do assédio é uma violação aos direitos fundamentais de dignidade humana e valores sociais do trabalho contidos no art. 1º, incisos III e IV da Constituição Federal de 1988, contrariando, ainda, a boa fé que se espera nas relações de trabalho. Pois viola a liberdade, igualdade, privacidade e intimidade.

As formas de assédio, seja na tipificação sexual ou na conceituação do assédio moral, são práticas violadoras de princípios e direitos constitucionais, da dignidade, honra e moral inerente aos seres humanos, gerando constrangimento, cerceamento da liberdade de autodeterminação, danos à integridade física e psíquica do (a) trabalhador (a), e a conseqüente degradação do ambiente de trabalho, que deve ser mantido sadio e de responsabilidade dos seus integrantes e conviventes e, sobretudo, do empregador e seus prepostos. (BARRETO; BARRETO, 2018, p. 25)

É fundamental saber que o assédio sexual pode ser dirigido a qualquer pessoa, pois legalmente independe de opção sexual e sempre existiu em variados contextos organizacionais. Contudo, há pouco tempo foi caracterizado como um tipo de violência sexual e apenas em 1970 a expressão assédio sexual começou a ser utilizada. Logo, a sua prática não é nova e nem uma conseqüência do desenvolvimento da economia nos últimos anos, mas as discussões a seu respeito sim e o empenho de punir e criminalizar também. Permitindo

entender que até meados do século XX tolerar o assédio sexual era algo comum para as mulheres, pois o entendiam como uma premissa para a manutenção do emprego, sustentando um sofrimento em silêncio. Na década de 80, o assédio sexual passou a constituir-se como um comportamento discriminatório voltado contra as mulheres e tratado como violência direcionada ao gênero feminino e como uma questão de direitos civis, uma vez que tal violência também é praticada e já foi vivida por muitas em locais públicos. Assim, de acordo com Fukuda (2012, p. 5) os crimes de assédio sexual revelam “[...] a existência de um transbordamento das regras impostas socialmente à esfera privada para a pública, e a exigência de adequação do papel social feminino, antes confinada à esfera doméstica, ao espaço público”. E para Freitas (2001, p. 13)

À medida que as sociedades se democratizam, os indivíduos, aliados ao maior acesso à informação, ficam mais conscientes de seu papel como cidadãos, tornando mais difícil a convivência com práticas repressivas e autoritárias. O direito de recorrer de uma decisão ou prática injusta, ou considerada injusta, é garantido em quase todas as sociedades modernas.

No que concerne o conceito, essa violência diz respeito a um comportamento de aspecto sexual que é indesejado, podendo ser manifestado fisicamente, verbalmente e de modo não verbal, mas intimidatório, humilhante, hostil e ofensivo que viola a dignidade humana. É um problema social sério que atinge sobretudo as mulheres, por ser um comportamento comum nas culturas de aspectos machista e patriarcal, onde se tem as mulheres como objeto sexual e a desigualdade de poder é utilizada de forma exploradora. Que Dias (2008, p. 12) afirma ser um

[...] comportamento de conotação sexual, não desejado pela destinatária, que ofende a sua integridade física e moral, o seu desempenho e progresso profissionais, violando o seu direito, constitucionalmente garantido, ao trabalho e ao emprego em igualdade de circunstâncias.

Para Barreto e Barreto (2018, p. 19) essa violência “trata-se de um crime contra os costumes, especialmente, contra a liberdade sexual, considerado próprio e puro, [...] cuja consumação dá-se por uma única conduta, que constrange e é suficiente para produzir o resultado, independentemente da obtenção do favor sexual”. Uma violência que acontece, principalmente, quando o homem em posição hierárquica superior, não aceita ser negado, rejeitado pela mulher subordinada e assim insiste e pressiona com a finalidade de conseguir o que almeja.

Entende-se, então, que esse comportamento não recíproco tem a premissa de impor condições, pedidos, exigências pautadas na sedução e sexualidade, manifestadas

geralmente num âmbito de relações de poder com tentativa de obter benefícios, impor privações no ambiente laboral, uma forma de violação das mulheres, que são tratadas como objeto das prerrogativas sexuais masculinas. Existem algumas semelhanças entre o assédio sexual e outras formas de violência que têm por alvo as mulheres, como o fato de ser uma manifestação de poder, controle, dominância e subordinação, se comparada com a agressão física e a violação. O sigilo, a natureza privada da experiência da vítima também é uma semelhança, já que muitas mulheres tratam a violência como um assunto privado por temerem retaliação, não serem acreditadas ou duvidarem da efetividade jurídica e em situações laborais por temerem a perda do emprego que é uma proteção contra a pobreza e exclusão social. O que pelo constrangimento profundo pode gerar consequências bastante danosas. Moreira e Monteiro (2012, p. 3) tratam o assédio sexual como

Um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde e conceituada como qualquer ato que resulta ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade em público ou na vida privada, assim como castigos, maus-tratos, pornografia, agressão sexual e incesto.

Essa agressão para ser identificada requer a presença de constrangimento com o objetivo de obter vantagem ou favorecimento sexual sobre a vítima. Outro aspecto necessário de ser comentado é que no ambiente de trabalho o assédio sexual nem sempre está relacionado ao abuso de poder, porque não é uma regra a existência de superioridade hierárquica, mas pode ser uma situação entre pares. O poder está na imposição de algo, de um comportamento, etc.

Logo, se comumente há uma relação de poder entre assediante e assediado, esta relação não é um requisito essencial para sua configuração, pois o assédio sexual trabalhista poderá ocorrer também entre colegas de serviço, entre empregado e cliente da empresa e até mesmo entre empregado e empregador, figurando este último como vítima. Como já afirmamos e aqui reiteramos, o assédio sexual deve ser encarado cientificamente como um efetivo problema de discriminação e de cerceio da liberdade sexual, e não simplesmente como uma mera questão de abuso de poder. (PAMPLONA FILHO, 2005)

Judicialmente o assédio sexual é tido como crime pelo Código Penal Brasileiro, no art. 216-A, apenas quando ocorrido nas relações de trabalho subordinado. E foi integrado ao Código Penal somente em 2011, como um crime sujeito a pena de detenção de uma dois anos, além de tratar-se como uma conduta de responsabilidade civil sujeita a indenização por danos morais. Entendendo que dano moral é a violação de um dos direitos da personalidade, assegurados no artigo 11 do Código Civil, como direito ao nome, à boa fama, à dignidade, à imagem, à honra, entre outros.

Sobre a caracterização do assédio sexual vislumbra-se os elementos a seguir como fundamentais e básicos, sendo cada um comentado e explicado, consoante Rodolfo Filho (2005):

- Sujeitos: agente (assediador) e destinatário (assediado)

Uma das exigências para a caracterização do assédio sexual é a presença de pelo menos dois envolvidos, um agente que é o assediador, também conhecido como sujeito ativo, e o destinatário que é o assediado, conhecido como sujeito passivo. O constrangimento aqui trabalhado pode ser inferido por mais de uma pessoa, por mais de um colega de trabalho e na maioria dos casos o sujeito ativo é o homem e as vítimas as mulheres, não sendo uma regra, pois podem haver casos em que os papéis se invertem ou o assédio seja entre pessoas do mesmo sexo. Caracterizar a ação do agressor, ou seja, comprovar o assédio sexual é difícil, pois a violência, na maioria dos casos, não ocorre de maneira pública, mas quando assediador e assediado estão sozinhos, sendo por isso uma violência velada e uma questão muito sensível que requer atenção e bastante cuidado.

No entanto, para a criminalização do assédio sexual alguns aspectos referentes aos sujeitos são diferentes conforme o art. 2016 – A do Código Penal, onde diz que o sujeito do crime não pode ser mulher; o sujeito ativo deve ter superioridade hierárquica; o assédio só é consumado com a prática da vantagem ou favorecimento sexual; não há aplicabilidade quando ambos os sujeitos, ativo e passivo, são do mesmo gênero; e para a caracterização é necessário que o sujeito ativo se utilize de violência ou grave ameaça.

- Conduta de natureza sexual

Quando se trata de assédio sexual essa conduta está relacionada a um comportamento sexual agressivo, uma violência física, pois foge dos objetivos compartilhados de gerar vida ou satisfazer a libido e então magoa, fere, é uma violência moral, pois destrutura a psique, amedronta e angustia, causando diversos danos à vítima. Ou seja, a conduta de natureza sexual são comportamentos sexuais desviados em que o homem ou a mulher visando a satisfação do desejo carnal, ameaça de forma direta ou velada, ilude o próximo com promessas que não serão cumpridas, age de forma astuciosa com o objetivo de arrasar, eliminar a possibilidade de resistência da vítima para não ter a chance de dizer não.

- Rejeição à conduta do agente

Para a plena configuração do assédio sexual somente a conduta de natureza sexual não basta, porque é necessário que tal conduta seja repelida, rejeitada pelo destinatário. Como

já dito o assédio sexual diz respeito a condutas impostas não desejadas, não correspondidas e desagradáveis para o receptor.

- Reiteração da conduta

Alguns estudiosos como Vólia Bonfim Cassar e Rodolfo Pamplona destacam que a conduta de natureza sexual não desejada deve ser reiterada, contudo Barreto e Barreto (2018, p. 20) discordam desse posicionamento defendendo que a abordagem do assediador pode ser “tão contundente, grave, direta e seguramente comprovada, que não restem dúvidas da presença do nefasto fenômeno assédio sexual”. Para Filho (2005), como regra geral, o assédio sexual depende de uma conduta reiterada, de forma que um ato isolado geralmente não caracteriza a violência, entretanto existem precedentes jurisprudenciais que compreendem que se a conduta do assediador trazer graves consequências, a ponto de serem insuperáveis é passível a anulação da necessidade de reiteração.

Além das características mencionadas acima, existem características marcantes que permitem a classificação do assédio sexual em duas espécies, o assédio sexual por chantagem e o assédio sexual por intimidação. A primeira, também chamada de assédio sexual *quid pro quo* trabalha com o pressuposto do abuso de autoridade a partir de exigências de cunho sexual, favores sexuais, feitas por um superior hierárquico, pautadas em ameaças de perda de emprego, posto de trabalho ou benefícios e direitos trabalhistas. Sendo a espécie mais comum e a única tratada pelo Código Penal no Direito Brasileiro, mesmo que limitada às relações trabalhistas. Nessa espécie de assédio o agressor exige da vítima que pratique atitudes de natureza sexual, sem consentimento e desejo, para não sofrer perdas de algum benefício. Filho (2005) fala de outro enquadramento de comportamento nessa espécie e o motivo de receber a denominação assédio sexual *quid pro quo*:

Da mesma forma, enquadra-se também nesta espécie a aplicação do raciocínio a contrario sensu, ou seja, a hipótese em que o assediador pretende que a vítima pratique determinado ato de natureza sexual, não com a ameaça, mas sim com a promessa de ganho de algum benefício, cuja concessão dependa da anuência ou recomendação do agente. Justamente em função desta "barganha" de natureza sexual, é que esta forma de instigamento é conhecida como assédio sexual *quid pro quo*, que quer dizer, literalmente, "isto por aquilo".

Logo essa espécie de assédio está ligada ao abuso de poder devido uma posição hierárquica superior e ocorre com muita frequência no local de trabalho. No que diz respeito ao assédio sexual por intimidação, também conhecido como assédio sexual ambiental, ele é caracterizado por estimulação sexual inoportuna, pedidos sexuais de forma verbal ou física, abuso no ambiente em que é intentado, com o objetivo de prejudicar a vítima, ofender, hostilizar e intimidar.

O "assédio sexual ambiental" é aquele que se caracteriza por incitações sexuais inoportunas, solicitações sexuais ou outras manifestações da mesma índole, verbais ou físicas, com o efeito de prejudicar a atuação de uma pessoa ou de criar uma situação ofensiva, hostil, de intimidação ou abuso no ambiente em que é intentado. Trata-se, em verdade, de uma forma de intimidação, muitas vezes difusa, que viola o direito a um meio ambiente de trabalho sexualmente sadio (daí, a expressão "assédio sexual ambiental") (FILHO, 2005).

Para esse tipo de assédio o poder não é tão relevante, pois é praticado de forma horizontal, pelo companheiro de trabalho, de mesma posição hierárquica, do assediado. Nesse caso considera-se a violação do direito que a vítima tem de dizer não, tendo ainda causas mais amplas e caracterizadores como comentários sobre aparência física, abuso verbal, frases ofensivas, frases de duplo sentido, exibição de material pornográfico, apalpar, beliscar ofensivamente a vítima. Situações que criam um ambiente de hostilidade, ofensa e stress. Vale lembrar que esta forma de assédio não é tipificada como crime pela justiça brasileira.

Independente da espécie, considera-se a fala de Fukuda (2012) que diz que quando as vítimas confrontam de modo afirmativo a atitude dos agressores ou quando estes estão em situação onde seus comportamentos são julgados como indevidos, eles costumam tornar-se agressivos, por se verem perdendo o controle da situação e o domínio sobre a vítima. Isso além de gerar o desgaste do ambiente de trabalho como uma das consequências do assédio sexual, contribui para as principais que são de cunho psicológico ligadas exclusivamente às vítimas, que além de sentirem sua dignidade perdida, podem ter comportamentos de receio, dúvida e desconfiança com outras pessoas, medo de retaliação, sentimentos de humilhação e vulnerabilidade, isolamento social, desmotivação no trabalho, queda na qualidade das tarefas desempenhadas, perda de autoestima, autoconfiança assim como os danos mais comuns que são a depressão, ansiedade, síndrome do pânico e desejos de autodestruição como o suicídio. Fisicamente, as mulheres queixam-se de dores de cabeça, fadiga, náuseas, inibição sexual, distúrbios alimentares, entre outras consequências. Moreira e Monteiro (2012, p. 5) informam que por ser um tipo de violência, o assédio sexual é uma questão social “cujos resultados afetam a integridade biopsicossocial, com manifestações que vão desde as doenças nos sistemas digestivos e circulatórios, ansiedade, depressão, uso de entorpecentes, bem como ao surgimento de lesões físicas”.

O assédio sexual pode ser uma experiência traumática e humilhante. Contudo, as mulheres que sobrevivem a este tipo de violência revelam um intenso sentimento de resiliência. Para algumas, o fato de terem sobrevivido ao assédio sexual resultou no aumento da sua capacidade de superação de dificuldades e numa melhoria significativa do seu orgulho pessoal. (DIAS, 2008, p. 19)

Algumas das formas de manifestação da violência em questão são apresentadas por Dias (2008) e por Múrias, Sales e Moraes (2015), e algumas são citadas a seguir:

- Repetição de insinuações ou comentários e olhares maliciosos, assim como piadas: reforçando a reiteração da agressão, contudo não tem aqui um período predeterminado ou um número de repetições necessárias para que se tome por base assim como é sugerido pelos autores que falam sobre assédio moral;
- Exposição à vítima de imagens ou fotografias pornográficas: muitos agressores lançam mão dessa atitude, colando cartazes pornográficos no local de trabalho da vítima, mandando imagens de cunho pornográfico à vítima por e-mail, por redes sociais ou pelo celular, pode acontecer até mesmo a vítima receber das próprias mãos do agente o conteúdo. Todavia, ressalta-se que as ações costumam ser em momentos em que a vítima está só com seu agressor, de forma velada;
- Uso das redes sociais ou de comunicação para envio de mensagens indesejadas e de cunho sexual: mensagens podem ser mandadas à vítima com convites ousados, com informações das pretensões eróticas do assediador, com chantagens, subornos e ameaças. Os assediadores que fazem uso desse comportamento esquecem que estão criando um depósito de provas que se a vítima quiser e decidir denunciar poderá usar para incriminar o mesmo;
- Contato físico não desejado ou forçado: vão de passar as mãos nos cabelos da vítima, acariciar o rosto a beliscões ousados em partes íntimas, sempre sem consentimento;
- Solicitação de favores sexuais, assim como pressão para saídas: o interesse pelos favores sexuais é uma das principais motivações de quem assedia e para isso costumam ser insistentes em suas investidas e convites para fazer com que seus desejos ultrapassem as paredes do ambiente de trabalho.

Existem circunstâncias, contextos, que favorecem a ocorrência do assédio sexual, como ambiente de trabalho sexualizado, cultura organizacional que não proíbe, combate comportamentos abusivos, comportamentos discriminatórios e a própria precariedade e insegurança no emprego. Sobre este último aspecto Dias (2008, p. 15) informa que “a taxa de vitimação do assédio sexual aumenta para as que trabalham em horário noturno”. Caracterizando a realidade das profissionais do sexo que têm a noite como principal e, às vezes, único horário de trabalho. É um trabalho em que a violência é uma realidade característica desse mundo, visto que a mulher como prostituta não foge do contexto de violência, mas se insere e expõe a ele, porque socialmente a atividade exercida é imoral e

ilícita, pensamentos que dão margem para que clientes vejam o assédio sexual como algo merecido ou aceitável pelas prostitutas vulneráveis não só pelo teor da atividade, mas pelo ambiente onde atuam, a rua, um espaço público onde sofrem agressões policiais, dos agenciadores, clientes em maior frequência, e qualquer outra pessoa, independente de sexo, que esteja disposto a importunar ou demonstrar preconceito e indignação com o trabalho delas.

A seguir tem-se a figura 4, que retrata aspectos das agressões sofridas pelas prostitutas brasileiras, divulgada pelo Repórter Unesp, onde foram entrevistadas, no ano de 2014, 450 profissionais do sexo em 850 pontos de prostituição sobre os tipos de violência sofridas, o número de episódio e os episódios recentes.

Figura 4 – Agressão a prostitutas



Fonte: Reporter Unesp, 2014

Percebe-se na figura 4 que dentre as 58% das prostitutas que sofreram agressão, o tipo de violência mais frequente foi a psicológica e no número de episódios, novamente, tem-se a violência psicológica (61%) em destaque com a física (23%), assim como destaca-se também nos episódios recentes. Entende-se, pois, que o assédio sexual está inserido nessas respostas, uma vez que se configura como uma violência manifestada física ou psicologicamente e até de ambas as formas. Dados que permitem, ainda, compreender que o assédio sexual é um tipo de agressão comum e rotineira no comércio sexual, e faz das mulheres vítimas constantes da violência praticada pelos clientes que julgam que o fato de estarem pagando lhes dá o direito e poder para agir ultrapassando os limites e direitos básicos de ser humano a que as prostitutas têm assegurados como cidadãs, e ser agressivo na busca da satisfação de seus desejos íntimos.

Moreira, Monteiro (2012, p. 04) explicam que “a relação prostituta/cliente é expressa como encontro permeado de humilhação, repulsa e aversão, pois, além de ser agredida, é obrigada a fazer ‘coisas’ contra sua vontade e aceitar qualquer cliente”, onde se percebe uma relação comercial pautada em um medo revestido de temor, pois muitas prostitutas já foram agredidas ou presenciaram colegas de trabalho sofrendo agressões, assim vivenciam e estão aprisionadas às ameaças contra a integridade física e psicológica. E a um cotidiano de acusações, preconceito, vexame, estigma e desprezo provenientes de todos os lados, até de quem deveria ser segurança para todo e qualquer cidadão, sem seletividade, as autoridades policiais, colocando essas mulheres em lugar de vulnerabilidade. Comportamentos sociais que parecem “ser reforçado pelas representações preconceituosas que o senso comum detém da imagem da prostituta e estão relacionadas aos comportamentos considerados como imorais pela sociedade”. (MOREIRA; MONTEIRO, 2012, p. 5)

As dificuldades vividas pelas prostitutas no contexto de trabalho e relacionadas ao assédio sexual revela a banalização delas como mulheres que podem ser vitimadas pela justificção da atividade que exercem. E a rua, apesar de ser o local de trabalho delas, não é um ambiente agradável, pois nela as humilhações são públicas, diárias e não vêm somente dos clientes. Outro aspecto é que a rua é um local de exposição, onde todos ficam cientes da atividade que praticam e reforçam a rejeição e marginalização social por serem, essas mulheres, consideradas uma ameaça à moral, princípios e valores da família.

Logo, as profissionais do sexo têm pouco amparo e apoio para combaterem a violência que sofrem ou escaparem dela porque mesmo com uma legislação começando a ser moldada a respeito do assédio sexual, é possível notar que o sistema judiciário brasileiro ainda possui ineficiência, inadequações, e que pouco se progrediu no combate à violência contra as

mulheres. A sociedade continua com práticas patriarcais, como crimes contra as mulheres sendo comuns, diários e seus agentes muitas vezes absolvidos sem qualquer punição.

Os pressupostos de que “onde há fumaça, há fogo” ou “algumas vítimas fazem por merecer o que lhes acontece” ou “há sempre uma ponta de provocação por parte da assediada” tornam a mudança muito mais lenta. Pior que isso, a pessoa agredida acaba sendo levada a acreditar que é a sua reputação, e não a do agressor que ficará manchada, que é ela quem deve envergonhar-se e que será ela o objeto de censura e de desaprovação social. Tal deslocamento vai agravar o desrespeito e o trauma sofridos; a inversão dos papéis, ou seja, a vítima que se transforma ré, é só mais um requinte de crueldade que aumentará o prazer perverso. (FREITAS, 2001, p. 19)

Porque a prática ainda encontra suporte não só no preconceito, mas na desinformação e no machismo presente nos valores sociais

3.1 O Assédio Enquanto Desengajamento Moral

O assédio sexual é uma forma de violência recorrente sofrida pelas mulheres do Brasil, conforme dados das figuras 3 e 4, mas que nem sempre é compreendido como violência por receber influência e amenização das causas, cultura de proximidade dos brasileiros que se julgam e são julgados por outros povos como calorosos. Entretanto, independente disso e da forma como é manifestado, o assédio sexual sempre é uma forma de desengajamento moral, visto que o agressor pode usar mecanismos psicossociais que tornam pessoal e socialmente aceitáveis atitudes que são prejudiciais, desconsiderando e ainda fazendo com que outros desconsiderem a sua culpa, responsabilidade pelo mal que causa, “podendo também diminuir, distorcer ou até questionar o dano causado por seus atos prejudiciais” (BANDURA; AZZI, POLYDORO, 2008, p. 28).

Conforme Bandura, Azzi e Tognetta (2015), o desengajamento é uma prática autorregulatória, ligada à reestruturação cognitiva de comportamentos tidos como avessos aos padrões morais internalizados. Um conceito proposto com o objetivo de mostrar a capacidade do ser humano elaborar explicações para justificar atos antissociais, de forma a eliminar ou minimizar a sensação de culpa ou censura. Trata-se de um convencimento de si e do outro pautado em construções ideológicas morais. Pode obscurecer a responsabilidade munindo-se da difusão e deslocamento de responsabilidade de forma que os agentes não se sintam responsáveis pelo mal que causam. Ou ainda minimizar, distorcer e até mesmo negar o mal resultante de atividades prejudiciais (BANDURA; AZZI; TOGNETTA, 2015).

O uso do termo desengajamento revela a possibilidade de nos atos o ser humano desprender-se, desvincular-se dos seus padrões morais e conseguir comportar-se de modo

antissocial, sem se autocondenar. Contudo, a tentativa de explicar a conduta antissocial por intermédio da omissão dos aspectos negativos, não retira o aspecto antissocial da conduta. Percebe-se o engano da autocensura quando se age de modo imoral e isso só funciona para o agente que se sente em relação às transgressões. O sujeito não se coloca no lugar do outro ou comove-se com a sua dor, como quem usa uma espécie de estratégia cognitiva capaz de reduzir qualquer desconforto e o pensamento de auto desaprovação que venham a ser causados pela transgressão cometida (GÜNTHER; IGLESIAS; NETO LUIZA, 2012). Qualquer indivíduo está sujeito a vivenciar ou praticar o desengajamento moral em atos corriqueiros, visto não se tratar de um fenômeno utilizado para justificar somente atos de condenação grave. Além disso, o desengajamento moral possui aspectos coerentes com a agência moral.

O desengajamento tem lugar na agência moral, que de acordo com a Teoria Social Cognitiva de Albert Bandura, cumpre tanto funções inibitórias quanto proativas, de um lado zelando pela inibição de comportamentos antissociais e por outro incentivando comportamentos socialmente desejáveis. “Isso só é possível porque temos a capacidade de antecipar uma extensão temporal especialmente importante em relação às ações morais” (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008, p. 167). Existe a necessidade das pessoas preservarem uma autoimagem positiva e exemplar relacionado ao comportamento humano e ao que os outros esperam dela. Por isso, as explicações para atos desengajados. A construção moral na sociedade permite compreender tais comportamentos. O processo de socialização apresenta-se aos indivíduos como fundamental para a interação e integração em sociedade, uma vez que por meio dele adotam-se hábitos culturais e guias de conduta, sobre o que é certo ou errado, a monitorar, julgar e regular ações conforme os modelos morais estabelecidos nos grupos sociais. Nesse processo os sujeitos sofrem influências comportamentais por meio da aprendizagem, imitação e identificação, fazendo coisas que lhes satisfazem e corroboram para a construção do senso de autovalor e autorregulação. Evitando comportar-se de maneira que viole seus padrões morais porque tais condutas irão trazer autocondenação.

Os padrões morais são parte da vida humana. A moral é a prática das pessoas se expressarem pelos costumes, hábitos e valores estabelecidos culturalmente que regem a conduta humana e as relações saudáveis e harmoniosas. Formando o caráter e conferindo o perfil das pessoas. No entanto, a agência moral permite ao homem ser ativo no meio em que atua profissionalmente, ou seja, atribui a ele a capacidade de interferir no ambiente, e no caso dos assediadores a interferência é negativa no ambiente de trabalho e na vida profissional e pessoal daqueles envolvidos nesses casos de violência. O agressor enquanto indivíduo

desengajado possui traços narcisistas e destrutivos, ambiciosos e invejosos, mas se pauta em justificativas que para si são aceitáveis, uma vez que julga estar valendo-se de brincadeiras inofensivas, não ter conhecimento de estar praticando assédio, entender como necessário defender seu status, emprego diante das pressões do mercado. Porque estão frequentemente inseguros sobre a competência profissional, podem ter personalidade paranoica projetando nos outros o que não conseguem aceitar em si mesmos.

E para agir o agressor possui um leque de formas disponibilizadas pelos oito mecanismos de desengajamento moral propostos por Bandura. Os mecanismos são divididos conforme alguns esquemas, o primeiro esquema faz menção à transformação de uma conduta prejudicial em uma conduta boa.

O primeiro esquema de mecanismos funciona como uma forma de reconstrução e envolve os mecanismos de justificação moral, linguagem eufemística e comparação vantajosa. Ele se caracteriza basicamente pela transformação de uma conduta prejudicial em uma boa conduta, e mostra-se o mais efetivo no desengajamento moral. (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008, p. 169)

O primeiro mecanismo é a Justificação Moral, que se baseia no dito os fins justificam os meios, operando aquilo que é passível de culpa, erro, e pode se tornar aceitável em sociedade. A probabilidade de autocensura é reduzida, podendo ainda o ato analisado ser reconhecido e valorizado socialmente. Exemplo: praticar assédio moral para garantir a permanência no cargo e afastar a ameaça de ascensão de um colega para aquele cargo (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008). Outro mecanismo é Comparação Vantajosa, manifestado quando consequências de uma conduta repreensível são minimizadas quando comparadas com ações mais prejudiciais que ela, buscando diminuir sua importância. Exemplo: considerar que não há mal em insultar um subordinado fazendo menção a uma dificuldade profissional, porque demiti-lo seria pior, uma vez que não consegue fazer tarefas mais complexas (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008). A Linguagem Eufemística também é um mecanismo, no qual o agente tenta mascarar o erro através do modo como nomeia tal. Exemplo: Chamar um deficiente físico de cocho é normal, é só um apelido (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008).

No segundo esquema, tem-se um agente que distorce a relação de causa com a conduta antissocial e os efeitos da mesma. Para Bandura, Azzi e Polydoro (2008, p. 170), esse esquema:

Funciona como uma distorção do agente da ação e envolve os mecanismos de difusão da responsabilidade e deslocamento da responsabilidade. Ele opera obscurecendo ou distorcendo a relação causal entre a conduta e seus feitos, já que a

auto-censura é mais forte quando a responsabilidade por um ato anti-social é reconhecida.

O mecanismo Difusão da Responsabilidade baseia-se na defesa de recorrer à ideia de que outras pessoas também estão praticando a mesma ação. Exemplo: “Aqui é uma cervejaria, todo mundo bebe, só ela que não. Precisa se adaptar ao grupo.” (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008). Há o mecanismo de Deslocamento da Responsabilidade que é usado para mostrar que o ato antissocial é uma consequência de pressões sociais originárias de terceiros e assim tirando a responsabilidade da ação realizada. Exemplo: “Eu estabeleci minutos para que ela use o banheiro, pois precisa produzir mais, perder menos tempo. A chefia está cobrando resultados.” (BANDURA, AZZI, TOGNETTA, 2015).

O terceiro esquema objetiva reduzir ou desconsiderar os efeitos prejudiciais dos atos. O mecanismo de Distorção das Consequências manifesta-se quando se acredita em fazer o mal pelo bem. Visa à minimização do mal causado. Exemplo: O assédio sexual não é nada demais para uma profissional do sexo, pois demonstra interesse do cliente em relação a ela. (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008). O último esquema do desengajamento moral ajuda a distorcer a percepção que o infrator tem de sua vítima ou de si mesmo. A Desumanização é um mecanismo que prima à retirada de qualidades das pessoas e no lugar atribuem características não humanas. Exemplo: Já que ela é prostituta, não merece ajuda da polícia por ter sido assediada sexualmente (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008). O mecanismo da Atribuição da Culpa manifesta-se quando o indivíduo vitimiza-se sem culpa, devida a pressão para responder de modo prejudicial a uma provocação. Exemplo: Não estou perseguindo-a, apenas faço com que cumpra suas obrigações (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008).

Mostrou-se em cada mecanismo justificativas e exemplos práticos de como o indivíduo pode lançar mão ao desengajamento moral, contudo é importante lembrar que independente do mecanismo utilizado, o resultado poderá trazer consequências que se prolongam por gerações pela disseminação comportamental e a curto, médio ou mesmo longo prazo trarão resultados como sofrimento, prejuízo à saúde daqueles sobre os quais a atitude desengajada recai.

Em aspecto de assédio sexual, o comportamento desengajado geralmente provém de homem contra mulher por influência cultural, social em que o homem por muito foi tido exclusivamente como superior à mulher, em inúmeros fatores, mas que hoje vêm sendo rompidos e amenizados.

4 MÉTODO

A pesquisa teve por base uma investigação histórica e qualitativa, visto que seu objetivo é entender a natureza social de um fato. Não obstante, essa análise permitiu penetrar e descrever a complexidade, por meio de um olhar particular, do mundo da prostituição na cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, dentro de um recorte temporal (século XX e século XXI), analisando variáveis características dos objetivos específicos deste estudo. Sendo ainda um indicador de dinâmicas históricas e sociais (RICHARDSON, 2012). Que aproxima o pesquisador com o pesquisado.

É importante para relacionar o indivíduo com a sociedade e abstrair informações não esperadas, mas relevantes, que possivelmente não o seriam em um aspecto quantitativo. Haja vista a obtenção de dados descritivos sobre o significado que os participantes atribuem às coisas e à vida.

A pesquisa qualitativa preocupa-se com uma realidade que não pode ser quantificada, respondendo a questões muito particulares, trabalhando um universo de significados, crenças, valores e que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (SPINDOLA; SANTOS, 2003, p. 120)

Dentro dessa abordagem metodológica existem vários métodos e usei para atingir os objetivos definidos no estudo, o método história de vida e a técnica recorte e colagem. Spindola e Santos (2003, p.121) ressaltam que não há necessidade de averiguar os fatos contados, pois “o importante é o ponto de vista de quem está narrando”, é compreender a história em conformidade com o relato e interpretação do próprio autor.

Uma vez que o método história de vida possibilita a obtenção de informações subjetivas sobre uma pessoa, como suas perspectivas e experiências, através da sua própria voz. Pois fornece riqueza de detalhes sobre o tema trabalhado, usando veredas pessoais no campo das relações humanas com o objetivo de conhecer ou detalhar aspectos diversos da vida de um ou mais entrevistado que disserta livremente sobre uma vivência relacionada ao que o entrevistador está perguntando. Dessa forma, “as histórias de vida traduzem um modo narrativo próprio do autor (de seus saberes, suas influências, inspirações, determinações) em seu tempo e espaço vividos” (SOUZA, 2014, p. 43).

Esse método é caracterizado pela obtenção de dados descritivos através do contato do entrevistador com o entrevistado, onde aquele traz consigo a preocupação de relatar as perspectivas do pesquisado e sua maneira de significar as coisas e fatos vividos. Souza (2014,

p. 42) enfatiza a importância desse método para a compreensão da subjetividade do indivíduo, visto que as histórias de vida

recolocam o ser humano na dimensão concreta de sua experiência, no centro da cena, o que significa colocá-lo diante de seu próprio desdobramento especular, que é o relato de todos. Ou seja, o que se manifesta através do relato e nele se reconstrói é o campo da subjetividade, com seu caráter individual, singular, único, construído concretamente na experiência do coletivo.

“O método, história de vida, é bastante utilizado na psicologia e na enfermagem, onde buscam compreender os aspectos subjetivos do indivíduo em suas temáticas” (NICOLE MACCALI et al, 2013), logo o uso de tal método permitiu neste trabalho conhecer aspectos subjetivos, experiências e percepções pela própria voz da entrevistada sobre o assédio sexual no exercício laboral de uma profissional do sexo, entre outros aspectos vinculados com a sua vida profissional e enriquecer com detalhes o tema da pesquisa.

É importante informar que o método história de vida é um tipo de biografia, e esta pesquisa não pretendeu focar apenas em aspectos relacionados ao assédio sexual, mas relatar de fato a vida profissional de uma profissional do sexo não atuante e com esse relato os dados obtidos foram tratados e analisados. Onde se buscou inferir a mensagem, explorando seu sentindo com base em contextos sociais, históricos, políticos entre outros que modularam e ainda modulam aspectos sexuais e de violência como assédio sexual às profissionais do sexo.

Evidencia-se aqui a dimensão sociopsicológica do processo de constituição histórica do sujeito: as histórias pessoais não são redutíveis a jogos afetivos de ordem psíquica, mas confrontadas pelas relações sociais – culturais, econômicas, ideológicas –, indissociáveis umas das outras. Ou seja, toda a experiência biográfica do indivíduo marca o seu desenvolvimento (SOUZA, 2014, p.49).

Assim como buscou-se nas falas identificar e dar sentido aos mecanismos de desengajamento moral definidos por Albert Bandura. Ou seja, a análise das falas parte dos conceitos de desengajamento moral de Bandura.

4.1 Aspectos Éticos

Por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, o estudo em questão segue as orientações sobre aspectos éticos conforme a Resolução nº 510/2016, da Comissão Nacional de Saúde (CNS). Dessa forma, antes da realização da entrevista, a participante foi informada sobre o objetivo da pesquisa e a necessidade e motivo de sua escolha para participação. Logo se apresentou e explicou à participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), que contém as informações principais do projeto como justificativa,

objetivos, instrumentos de coleta de dado, além de deixar claro que a participação na pesquisa é voluntária. E ter a escolha pelo sigilo ou não de dados pessoais, conforme vontade do voluntário.

4.2 Participante e Local da Pesquisa

Trabalhou-se com um único participante, que neste estudo foi a presidente do movimento das prostitutas no Maranhão. A escolha por tal pessoa deu-se à importância que tem nas lutas de manutenção e direitos às trabalhadoras do sexo no estado em questão, na região nordeste e no Brasil, pela sua representatividade comunitária no bairro Desterro e pela sua disponibilidade em contribuir com pesquisas e entrevistas sobre o tema. Dessa forma, a pesquisa foi realizada em São Luís – MA.

4.3 Procedimentos de Execução da Pesquisa

4.3.1 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os instrumentos de coleta de dados são de fundamental importância por preservarem e registrarem o dito e o não dito, reações e expressões faciais do depoente e permitir ao entrevistador rever quantas vezes lhe forem necessárias o conteúdo obtido. Então, utilizei gravador de voz com o consentimento do participante da pesquisa, um instrumento bastante prático e que atende às necessidades de informação do método de investigação usado, permitindo a preservar e registrar os detalhes da fala da entrevistada. Levei impresso o roteiro da entrevista e pude fazer anotações de detalhes, percepções não verbais no decorrer da entrevista.

4.3.2 COLETA DE DADOS

Em 2017, ao definir a problemática e os objetivos, consegui o contato com a entrevistada via telefone e marcamos um encontro pessoal onde pude explicar o que pretendia com a pesquisa e ter seu consentimento prévio para contatos futuros, assim como a disponibilidade da mesma para contribuir como participante da pesquisa. Ao chegar no momento da coleta de dados, fui a sua residência, de posse do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), mas não a encontrei, então refiz o contato por telefone e marcamos de

conversar pessoalmente em sua casa. Todavia, em duas tentativas o encontro não ocorreu devido compromissos da entrevistada, que mesmo assim se manteve colaborativa e remarcamos data, local e horário conforme sua disponibilidade, de modo que em uma manhã fui à sua casa.

Para a entrevista utilizou-se um roteiro (Anexo A) que possibilitou orientar e abstrair dados históricos, pessoais, familiares e profissionais do depoente, assim como alcançar dados voltados aos objetivos específicos da pesquisa. Ressalto que essa coleta de dados não seguiu apenas o roteiro, dando espaço para acréscimos de informações e até mesmo ocultação de algo que a entrevistada não quisesse abordar.

Na complementação de dados foram buscados documentos locais como livros, sites, jornais que falavam sobre a prostituição em São Luís – MA, ajudando a contextualizar os relatos no tempo.

4.3.3 ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados obtidos pautou-se nos conceitos da teoria psicológica de Albert Bandura sobre desengajamento moral e em alguns momentos lançou mão de conceitos da Teoria Social Cognitiva, do mesmo autor. Nesta etapa os dados foram transcritos, assim como silêncios durante a fala, entonação da voz e as próprias palavras, buscando preservar a autenticidade e essência dos relatos. Santos e Santos (2008) julgam fundamental que a transcrição seja realizada pelo próprio pesquisador, porque terá a possibilidade de se auto avaliar enquanto entrevistador e visualizar ajustes no decorrer do estudo.

Logo, a primeira ação após a coleta dos dados, foi a transcrição dos mesmos no dia posterior para que a nitidez das falas na memória não fosse perdida. Palavra por palavra foi transcrita, de forma a conservar erros de português a fim de manter espontaneidade, a originalidade, sinalizando as percepções e lembranças sobre a comunicação verbal, não verbal, e entonação de voz. Registra-se que não encontrei falha na gravação. Necessitou-se ouvir de novo a gravação, lendo o texto da transcrição e focando encontrar diferenças de registro, onde se acrescentaram informações não percebidas na primeira audição e modificaram-se aquelas que julguei inadequadas.

Com a transcrição concluída, foi realizada a leitura da entrevista duas vezes destacando os pontos relevantes com grifo, aqueles que mais chamaram atenção, onde busquei identificar também o assunto que mais fora abordado, retomado pela depoente. Com a técnica recorte e colagem as falas similares foram agrupadas por afinidade temática formando

possíveis categorias que totalizaram onze categorias, sendo elas: infância, vinda do interior, apoio, família, cultura, prostituição, assédio sexual, violência, preconceito, militância, líder comunitária. As falas da entrevistada foram relidas em tais categorias, buscando encontrar aspectos similares e complementares entre as categorias, assim, mais uma vez com a técnica recorte colagem pode-se construir as categorias analisadas neste estudo, juntando as falas de algumas categorias, logo formaram-se essas novas categorias: infância, família e cultura, prostituição, violência e preconceito na prostituição, militância e líder comunitária.

Cada categoria foi tratada separadamente para que a diacronia histórica, temporal dos fatos relatados fosse preservada, assim como a disposição sequencial das categorias também buscou preservar esse fator. As falas foram analisadas, comentadas, ganharam significado de acordo com os aspectos culturais, sociais, políticos, morais, entre outros, com atenção para a identificação e relação com fatos, contextos e registros de violência como assédio sexual durante o exercício da prostituição pela entrevistada, vinculando com as informações apresentadas no referencial teórico. Posteriormente, os blocos foram tratados com foco na teoria do desengajamento moral de Albert Bandura, onde se identificou e analisou os mecanismos de desengajamento moral expostos, assim como os conceitos da Teoria Social Cognitiva, do mesmo autor. Então, usou-se de um trabalho de construção e reconstrução contínua, em que a cada leitura foi possível olhar com mais veracidade os dados obtidos e eliminar percepções preconcebidas.

5 ANÁLISE DE DADOS

Este tópico é voltado para a apresentação dos resultados obtidos na pesquisa qualitativa através de entrevista com roteiro para a construção da história de vida de uma profissional do sexo não atuante, nesse trabalho exercido por ela. O roteiro tomou por base os objetivos geral e específicos do projeto de pesquisa, sem forma enrijecida, mas fornecendo espaço para que entrevistador e entrevistada fizessem intervenções, adaptações, acréscimos ou omissões quando necessário.

A entrevista aconteceu na manhã do dia 28 de dezembro de 2018 na casa da entrevistada e usei para o registro das falas gravador de voz o meio digital (MP3), assim como fiz anotações a punho de expressões, tons de fala, que durou aproximadamente 1 hora e na análise as informações foram complementadas com relatos adquiridos em uma entrevista que a depoente deu ao Jornal “O Imparcial” publicada no dia 23 de outubro de 2017 por Patrícia Cunha e cujo título é “Ex-prostituta vira militante de causas feministas”. Junto com o referencial teórico deste estudo pautado no desengajamento moral, na história da prostituição e nas violências vividas por essas mulheres através do assédio sexual permitiu a construção da história de vida da militante.

A seguir o resultado da análise, onde se buscou identificar os mecanismos de desengajamento moral, usados em violências como o assédio sexual. E para isso dividiu-se as falas afins em blocos através da técnica recorte e colagem que resultou nos seguintes blocos, respectivamente: Infância, Família e Cultura, Prostituição, Violência e Preconceito na Prostituição, Militância e Líder Comunitária.

INFÂNCIA

Natural de Bequimão, interior maranhense, Maria de Jesus Costa, conhecida como Dona Djé, solteira, 61 anos, com ensino médio completo, mãe de três filhos e uma neta, hoje é militante, funcionária pública, fundadora e presidente da Associação de Profissionais do Sexo do Maranhão (APROSMA) e representante no nordeste da Rede Brasileira de Prostitutas, traz em sua história de vida relatos e vivências de uma mulher que sobreviveu a traumas, que enfrentou grandes dificuldades em uma sociedade e século onde o machismo, mais do que hoje, parecia ser a base social do Brasil, assim como viu mudanças em lidar, reconhecer e construir aspectos morais que caracterizaram e caracterizam o Brasil das décadas de 60, 70, 80, 90 e o atual milênio dois mil.

Dessa forma, buscou-se compreender a história de vida da entrevistada com foco em sua vida como profissional do sexo e a própria depoente trouxe à memória situações de sua infância que direta ou indiretamente contribuíram com seu trabalho na Zona do Baixo Meretrício na cidade de São Luís – MA, durante 30 anos. Maria veio para São Luís aos 12 anos e ingressou na prostituição quando tinha 16 anos. Informou que aos 12 anos perdeu a virgindade em uma relação sexual não consentida.

Na verdade, eu, eu cheguei do interior eu tinha 12 anos e... Mas com 12 anos eu não comecei a me prostituir, só com 16, mais ou menos isso. Mas, na verdade mesmo, eu fui, eu perdi minha virgindade com 12 anos (falou com tom de cuidado, cautela), que não foi uma relação, uma primeira relação consentida, foi uma primeira relação que hoje caracterizava estupro, né?! Mas naquela época não.

Durante a entrevista, ao falar sobre a primeira relação sexual, usou tom de cautela, cuidado, baixando um pouco a voz, o que permitiu inferir aspectos morais ensinados em nossa sociedade às mulheres por muitas décadas e que são trazidos e guardados no século XXI. No século passado, XX, o contexto cultural tinha como correto que as mulheres casassem virgem, ou seja, sem nunca terem tido uma relação sexual antes do casamento. Não seguir esse padrão caracterizava para a sociedade o que Albert Bandura chama de desengajamento moral e que Almeida (2017), conceitua como ações que impõem sofrimento a terceiros sem que o autor das ações se autocondene pela atitude danosa. A figura do homem como dominante e a figura feminina, às vezes oprimida, inferiorizada e restrita sobretudo em aspectos sexuais, entendia que o papel da mulher estava voltado para a geração de filhos, educação dos mesmos e cuidados com o lar. Apesar das mudanças sociais, políticas, econômicas ocorridas no século XX como o lançamento da pílula anticoncepcional, movimento feminista, ditadura militar, entre outras, a disciplina marcou-se como fundamento desse período. Os processos disciplinares foram a base geral de dominação exercida nas mais variadas instituições, como escolas, hospitais, família, a Igreja, o Estado e no próprio comércio sexual. As instituições eram como um controle social e controle moral, sob o olhar vigilante que se impunha pelo cumprimento de regras e manutenção da ordem. Nota-se, na verdade que o corpo e o comportamento dos indivíduos são adestrados pela sociedade disciplinar.

Logo, é possível perceber que Maria traz ensinamentos morais em sua fala e que tomou cuidado ao falar, pois poderia fazer-se entender como apoiadora de tal situação que fugia do padrão, cometendo, pois, desengajamento moral. Visto que os conceitos de perder a virgindade solteira e menor de idade, estando atualmente menos enraizados, continuam presentes. Mas se considera o costume de algumas pessoas por serem adultas aproveitarem da

ingenuidade de crianças e assim satisfazerem através delas os desejos sexuais, cometendo o que hoje caracteriza-se como abuso sexual ou estupro.

Outro ato de desgajamento moral sofrido e encontrado na fala da depoente é a situação da relação sexual não consentida, logo uma relação forçada, sem que Maria quisesse, autorizasse e que legalmente é crime, no qual a Constituição Federal trata no artigo 227, o Código Penal nos artigos 213 a 216, o Estatuto da Criança e do Adolescente conforme a lei nº 8.069 de 13/07/1990. Maria afirma que no período de sua infância relações sexuais entre menores de idade e adultos, sem consentimento, não tinham o mesmo teor de gravidade que hoje têm, a ponto de não ser considerada por muitos como uma violência. Que enquanto desgajamento moral a atitude do agressor e daqueles que não compreendem sua atitude como errada é vista como um mecanismo de justificação moral, o qual opera quando o que é passível de culpa pode se tornar uma conduta pessoal e socialmente aceitável, por meio de uma reconstrução cognitiva que representa a conduta antissocial.

Da mesma forma que reconhece o erro da pessoa que tirou sua virgindade, ela também não o julga como culpado por ter começado a trabalhar na prostituição, e quando não o julga assim, ela mesma faz uso do mecanismo de justificação moral. Para a presidente da APROSMA esse trabalho surgiu como uma consequência de não ter tido apoio adequado de seus familiares quando foi morar em São Luís.

Eu vim pra cidade, só que eu vim com uma pessoa que me trouxe né?! Que... A pessoa não me trouxe pensando em me jogar na prostituição, a que me trouxe pra cidade... Eu queria vir pra casa da minha tia e acabei vindo, realmente, vindo pra casa da minha tia e lá eu tive um certo apoio entre aspas né?! Mas nunca é aquele apoio mesmo, e eu acabei vindo parar no cabaré.

A partir da fala acima pode-se ainda inferir um pensamento cultural brasileiro de distinção entre concepção de vida no interior e na cidade. Comumente, depara-se com pensamento de que a vida na cidade é melhor que no interior, por haver maior dimensão geográfica, arquitetônica, mais variedade e oportunidade de emprego, diversas formas de lazer entre outros encantos e atrações que rompem a corriqueira calma tida como vida do interior. Aspectos esses que podem ter sido atraentes e decisivos para que quisesse morar na casa de sua tia, em São Luís. E que Maria informou a diversão como uma forma de atração ao chegar na cidade: “*Daí eu vim do interior pra cá, conheci uma colega, daí a gente começou a sair junto pra se divertir e acabamos se divertindo no cabaré, né?!*”. Essa fala reforça que, conforme dito no capítulo que fala sobre Histórico da Prostituição em São Luís – MA, a Zona do Baixo Meretrício era uma das principais fontes, opções de diversão e atração durante o século XX, antes que outros bairros além do entorno do centro da capital fossem criados.

Em entrevista no site do Jornal “O Imparcial”, um jornal de grande circulação de São Luís, encontrei uma fala da entrevistada que reforça e explica melhor como se deu o primeiro contato com a prostituição: *“Daí encontrei uma colega e resolvemos ficar juntas para procurar emprego. Encontramos um policial que disse que tinha um lugar para a gente ficar. E esse lugar era a Zona do Meretrício. A gente foi para um barzinho. Éramos muito crianças [...] Não tive infância”*.

De posse desses relatos pode-se pensar que movimentos e reivindicações das mulheres por espaço político e social surgidos no século XX como o Feminismo que prima por direitos, reconhecimento e valorização às mulheres de forma igualitária aos homens, pode ter influenciado a atitude de Maria junto com sua colega em procurar emprego, um ato errado da parte delas, já que trabalho infantil é crime e elas eram menores de idade. O policial citado na fala agiu também de forma desengajada, por meio do mecanismo linguagem eufemística, em que tem o foco de mascarar comportamentos repreensíveis no modo como são faladas para amenizar o peso da gravidade, ainda é possível pensar que se esse policial fosse questionado sobre seu ato poderia lançar mão do mecanismo minimização, ignorância ou distorção das consequências, que de acordo com Bandura, Azzi e Tognetta (2015, p. 210) são “meios pelo qual iludimos nossa autocensura.

Obscurecendo ou desconsiderando os efeitos negativos gerados pelo comportamento e autocondenação é dificultada”, uma vez que incentivou e deu como opção de resposta à busca das meninas, a prostituição, onde se apura que foi de encontro a leis que proíbem e punem o uso de crianças no trabalho infantil, na profissão do sexo, apologia sexual e até mesmo assédio sexual de forma velada, entendendo-se que entre linhas e de forma ambígua o policial assediou, sim. Além disso, ele já demonstra que o apoio, proteção da polícia às profissionais do sexo era inadequado, e atitude preconceituosa diante de pessoas do sexo feminino que queriam emprego, pois no século XX, a sociedade via como rebeldia o desejo de mulheres que queriam trabalhar e até que mulheres que trabalhavam não passavam de prostitutas, utilizando, muitas vezes, o mecanismo de desumanização pois degradam as qualidades humanas dessas mulheres, desconsiderando seus sentimentos e interesses, possibilitando menor censura e respeito humano por elas (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008).

A entrevistada conta também que foram a um bar e reconhece como uma atitude inadequada ao dizer que eram muito crianças, fazendo entender que carecia de apoio e orientação durante sua infância e que pessoas menores de idade não devem frequentar locais de venda e consumo de bebida alcoólica. E que por ter buscado uma fonte de renda logo

enquanto criança, isso lhe tirou a infância. Usando mecanismo de justificação moral, já que os fins justificam os meios e assim se reduz a probabilidade de autocensura; e o mecanismo de difusão da responsabilidade, no qual se entende seus atos desengajados como resultado de pressões sociais ou de terceiros, indo além do que são responsáveis no aspecto pessoal (AZZI, 2011). É cabível compreender que a fala “*éramos muito crianças*” e “*não tive infância*” justificam o envolvimento e prática de atos que foram de encontro à moral social, praticados por Maria. Na entrevista cedida ao Jornal “O Imparcial”, ela diz: “*A zona tinha muita festa, música e gente. Eu queria luxar, usar sapato alto, sentar na mesa do bar e tomar cerveja. Aí, acabei entrando nessa vida*”. Conforme a Teoria Social Cognitiva, a pessoa pode moldar seu comportamento de acordo com as consequências, mesmo não as tendo experimentado, de comportamentos de outras pessoas, optando por agir ou não da mesma forma. Ou seja, toma-se por base um comportamento de terceiros e sua consequência para agir de forma similar. Logo, a presidente da APROSMA faz entender que controlou seus comportamentos conforme a referência das profissionais do sexo que observava, o comportamento delas influenciou o querer comportar-se da mesma forma.

Ainda no tangente a sua infância ela reforça a carência de apoio e orientação familiar. Encontrando acolhimento nas casas de prostituição, mas deixando claro que esse acolhimento mesmo tendo sido importante, bom e necessário para sua vida, não é correto e é ilegal, porque para se manter nas casas é necessário que trabalhe, logo encontra-se a exploração sexual infantil, a exposição de menores crimes de cunho sexual cujo mecanismo de distorção da responsabilidade explica que o acolhimento nas casas de prostituição pelas donas de tais é uma forma de “fazer o mal pelo bem [...] minimizando o mal que causam, evitando encará-lo ou negligenciando seus efeitos nocivos”. (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008, p. 171)

Na verdade, assim, o cabaré é... Acaba acolhendo, não de uma forma má, né?! Mas de uma forma de acolher, né?! É... que na verdade muita gente acolhe sem saber o grande mal que... Que, na verdade, não é nem mal, mas é uma grande coisa ilegal, que 12 anos, 13, 14 até 20 é ilegalidade. Mas como acabei de te frisar, com 12 anos foi essa situação e no prosseguir até 16 anos as coisas foram acontecendo na minha vida.

O bloco seguinte analisa os aspectos familiares e culturais identificados nas falas da depoente durante a entrevista.

FAMÍLIA E CULTURA

A questão familiar na vida de Maria de Jesus reflete características culturais de uma sociedade disciplinar, como já dito, do século XX, da Era da Modernidade e testifica questões citadas quando se analisou a infância da depoente como a violência sexual, ensinamentos sexuais quando se diz respeito a relações sexuais antes do casamento, preconceito, entre outros.

Para Foucault (2009), a sociedade disciplinar fazia uso de um sistema de exclusão, rejeição, recusa do que não queriam, que limitava, suprimia, repreendia coisas, pessoas, processos a fim de deixar afundar no esquecimento. Estratégia essa usada contra as manifestações da sexualidade, em especial no âmbito feminino, dando espaço para que o machismo crescesse e controlasse as mulheres de um modo tão incisivo que atitudes desengajadas como abuso sexual, adentrassem ao mecanismo justificacão moral por serem compreendidas como normais e aceitáveis, de acordo com a fala a seguir:

Eu sofri abuso quando tinha 12 anos. [...] Era uma época muito machista de que o homem podia tudo. E a errada sempre era a vítima. [...] Naquele tempo era tudo muito errado, mas era normal. Era normal vir menor do interior para trabalhar e engravidar do filho do patrão...

Com a fala acima, a submissão feminina e infantil na esfera privada e pública é vivida pela depoente e fez com que se reconhecesse como vítima não só de uma pessoa, mas de uma cultura em que, atualmente, o que é errado aos olhos da sociedade, naquela época era normal. Esse reconhecimento de atos errados como normais atribui a quem o faz a característica de indivíduo desengajado, visto buscar justificar a atitude errada de quem lhe abusou pelos hábitos, práticas culturais da época. O machismo também é frisado como marca da cultura da época de sua infância, interferindo direta ou indiretamente nas famílias onde a criação fazia de muitos homens o poder central e dominante, permitindo romper as individualidades, privacidades e dignidade dos que eram vistos como inferiores e frágeis.

A família é nossa primeira instituição, logo nosso primeiro canal de socialização e para muitos a principal base, estrutura, elo pessoal, de relacionamento, instrução, apoio e acolhimento. Todavia, algumas pessoas não encontram esse significado em sua família ou se encontram não lhes é adequado ou suficiente. Maria durante a entrevista demonstrou enxergar em sua família, que ficou no interior e nos parentes que possuía na capital do Maranhão, a falta de apoio, instrução e acolhimento ao afirmar que “*quando você não tem uma formação, não tem ninguém que te oriente, você acaba é... Aonde as pessoas te acolhem, você acaba ficando lá, né?!*” Uma fala na qual ela usa o mecanismo atribuição de culpa por de certa

forma retirar de si a responsabilidade sobre as consequências de suas decisões de ter ido morar em casas de prostituição e exercer o trabalho. No Jornal “O Imparcial” ela afirma:

E te digo uma coisa, tudo tem que ter uma base familiar e eu não tive. Os meus pais me deram e a pessoa que era para tomar conta de mim, me abusou. Mas isso não me afeta hoje e eu também não culpo meus pais. Isso me levou a sofrer discriminação da minha própria família. Eu achava que a minha família era culpada. Mas não tem culpados. Teve situação.

A citação revela mais detalhes sobre sua relação e situações vividas com a família, onde os próprios parentes a discriminavam por ter sido abusada e que na busca de resposta para o que aconteceu culpou a família por tê-la dado, quem sabe sentindo-se abandonada por tal. Ela explica e aceita, hoje, que não há culpados, mesmo tendo entendido ter sido vítima, não culpa ninguém, provavelmente por focar no contexto e costumes machistas da época em que a violência aconteceu, apenas retorna à necessidade de apoio familiar como algo que a incomodou e ainda incomoda, mesmo tendo encontrado na prostituição uma pessoa (dona da casa de prostituição) que a acolheu muito mais, porque a ligação sanguínea com a tia não a fazia se sentir acolhida, não havia confiança, aproximação.

O lance da família é uma coisa, é assim, porque, deixa eu te falar, há quarenta anos atrás, é vou falar 50 anos atrás. Na verdade, eu vou te falar 60 anos atrás, nós não tínhamos nada que pudesse nos amparar em nada que a gente pudesse é... ter essa coisa de apoio né?! É, não por que a família era desestruturada, é porque a família, ela não tinha esse direcionamento, essa coisa que tem hoje, olha a mulher paria filho, era pra casar, o filho era pra casar, não paria filho pra ser gay, a filha pra ser prostituta.

Na próxima fala reitera a importância do apoio familiar e influência dos costumes do século XX, tais quais o conservadorismo, a rigidez, e os aspectos políticos da época, onde pode-se citar a Ditadura Militar, como um deslocamento da responsabilidade (mecanismo) da família sobre o abandono e violência sofrida, onde ela atribui como causa de tais ações o contexto social, político do momento. Da mesma forma que refletiu lamento e incômodo por não ter sido entendida sobre a violência vivida, uma vez que relatou ter sofrido discriminação dos parentes e por sua vida ter sido dirigida para a prostituição. Fatos em que é possível perceber o mecanismo de desumanização em que se percebe a vítima como culpada e a desrespeita ou reduz o respeito sobre ela (NETO; IGLESIAS; GÜNTHER, 2012)

A partir da hora que, e sendo que nós estávamos mais na vulnerabilidade, porque muita das vezes quem acabava te prostituindo era o padrasto, o irmão, um tio, começava em casa, é tipo a violência, a prostituição começava em casa, porque não tinha educação, eles não eram culpados de não ter essa educação, então assim, é uma coisa que a gente vem construindo essa coisa de lá pra cá, mas a gente não pode condenar o que rolou porque a gente não pode condenar mesmo, era uma questão política, uma questão de estrutura, uma questão de desentendimento também, então assim, a minha família não entendeu, é... E entendeu, porque assim

eu nunca fui assim eu é que da minha livre e espontânea vontade me afastei da minha família, porque nessa época cabaré, mulher de cabaré era a última das últimas, assim você nunca, você acha que a família não vai te aceitar e tal, pela educação que tua família tem. Até hoje a gente trabalha no lance de muita mulher ser prostituta, mas a família não saber.

E demonstra gratidão à pessoa que a ajudou (dona de casa de prostituição), justificando o ato de tal como mesmo sendo inadequado, mas bondoso. “*A pessoa responsável era mais que mãe pra mim, ela deixava de ser gerente para ser minha segunda mãe*”. O que mais uma vez mostra situação de mecanismo distorção das consequências. Apesar das dificuldades, ela é grata por tudo que viveu, atrelando essa gratidão à militância que hoje exercer a ser comentada mais à frente. “[...], *hoje, você não pode dizer que a rua te acolhe, mas até um tempo você podia dizer isso, as pessoas te acolhiam sem pensar em fazer o mal, entendeu, como forma de ajuda. E foi isso que rolou comigo, graças a Deus.*”

De todos os aspectos conversados com a entrevistada, o familiar foi o que mais comentou e retornava com falas durante a conversa, admitindo que é algo a ser trabalhado ainda hoje, a fim de conciliar o trabalho com o sigilo que priva a exposição da família, a exposição na família e da própria pessoa em uma sociedade onde a prática da prostituição é tida como errada, contrária aos padrões morais e comportamentais esperados, mesmo quando a pessoa escolhe atuar nessa área. *Até hoje a gente trabalha no lance de muita mulher ser prostituta, mas a família não saber.* E que, em sua vida, o passado familiar ainda traz consequências e dor no presente porque não foi superado, atrelando também a perda da mãe aos seis anos como um fato que pode influenciar ou interferir no curso de sua vida, pela falta de referência em figura feminina na casa.

Então, isso aí não tá curado, não tá sarado. A minha família nunca optou. Eu perdi minha mãe por volta de seis anos de idade, perdi meu pai eu já era, eu tinha vinte e tantos anos, entendeu? Às vezes a família fica sabendo, mas foi como te falei, não teve questionamento, eu nunca fui questionada pela minha família, eles souberam por outra pessoa. Então assim, foi toda uma história, mas assim, família eu posso te falar da de hoje (pausa) e eu tenho uma família (ênfase), entendeu? Tenho filhos, tenho neto, aí eu tenho uma família, né?!

Na vida de Maria não houve espaço para tratar, conversar sobre sua prostituição, fator esse que atrelado aos já comentados no quesito família contribuem para ela diga enfaticamente que apenas hoje tem, de fato, uma família de verdade e que ela como chefe saberia orientar e busca compreender os fatos que ocorrem e ocorreriam. “*É... que é uma família que eu saberia conduzir de uma forma bem elegante, eu entenderia tudo que pudesse vir rolar na minha família*”.

De forma que faz perceber que a outra existe como algo que ficou para trás, no passado, algo mal conduzido porque ela reflete como inadequada a postura familiar da sua época de infância a respeito do curso de sua vida.

PROSTITUIÇÃO

Albert Bandura (2008) na Teoria Social Cognitiva que o indivíduo tem a disposição de formar o próprio comportamento tomando por referência pessoas do mesmo sexo ou até da mesma idade, de modo a haver uma tendência a si impressionar por pessoas com prestígio ou status superiores. Assim, é passível de compreensão a aplicação desse aspecto teórico para a inserção na prostituição de Dona Djé, pois apreende-se quando ela diz que *“aí eu fui trabalhar depois com 16 anos, achei que já tava pronta para me prostituir e fui, comecei a ganhar meu próprio dinheiro com meu corpo, né?!”* valeu-se do princípio que Bandura chama de Princípio da Aprendizagem por Modelagem, a aprendizagem observacional sobre a prostituição foi tomada como base para saber quando estava pronta para começar a atividade, em que prestou atenção aos elementos que julgou como importantes no comportamento das mulheres que já exerciam a profissão.

Apesar de começar a atuar na prostituição a depoente seguiu aspectos importantes social e profissionalmente para qualquer indivíduo, estudar. A escola é um apoio importante para formação moral de uma pessoa conforme a sociedade em que está inserida e que complementa ou em algumas situações, como a de Maria, exerce o papel familiar. Maria ao relatar sobre sua educação escolar, fala com orgulho por ter estudado em escolas que são referência em ensino na cidade e a importância que tiveram para chegar aonde chegou, enquanto cidadã, funcionária pública (trabalho atual), chefe de família.

É... Aí depois que eu entrei, eu fui estudar, que estudei e morava no cabaré quando eu estudei. Estudei em vários colégios, inclusive no Santa Teresa (falou com tom de orgulho, empolgação), que eu estudei à noite, estudei no Ninho, Colégio das Freiras também e isso foi me dando, assim, uma, me dando uma conscientização maior, melhor. Daí pra eu chegar aqui onde eu cheguei, né?!

Procurei entender o que a motivou a entrar e permanecer na prostituição. Na maioria dos casos de prostituição a necessidade é a principal motivação e que, mesmo assim, não exime as prostitutas de julgamentos e preconceito, até porque a necessidade financeira funciona como mecanismo de deslocamento da responsabilidade, já que a responsabilidade por exercer uma atividade que socialmente é transgressiva é transferida a uma carência financeira. Maria trata a necessidade como um fator que deve ser interpretado com cuidado ao

se falar sobre exercício de prostituição, mas lança de justificativa ao dizer que foi a forma que encontrou de ganhar seu próprio dinheiro.

Eu acho que quando a gente coloca a necessidade, é uma coisa tão forte, foi a forma de ganhar o meu dinheiro (falou de forma enfática). Aí é cabível você entender que entra a questão de necessidade porque todo mundo tem suas necessidades, né?! Necessidade não é uma coisa que seja tão ruim de chamar, porque todo mundo tem uma necessidade na vida, queira ou não queira, né?!

Perguntando se viveu apenas de prostituição, a militante deixou um detalhe ser percebido, pois falou que nunca viveu só de prostituição, porque trabalhava. Nessa fala, ela desconstrói falas anteriores e posteriores, porque não reconhece a prostituição como um trabalho, provavelmente por esse trabalho não ser reconhecido socialmente. *“Hum... Não, assim, na verdade, eu nunca vivi só de prostituição, entendeu? Porque eu trabalhava”*. Todavia, na mesma fala ela usa as palavras *“outras profissões”*, tratando o comércio sexual como profissão. Uma contradição na mesma fala. *“Tive muitas outras profissões, eu era garçonete, eu era manicure, cabeleireira, costureira, fazendeira de bolsa, vendedora ambulante, cozinheira, assim morando no cabaré, eu ia tendo outra complementação de renda, eu fazia de tudo.”*

Um indivíduo desengajado não é apenas aquele que pratica o ato, comportamento, mas aqueles que apoiam direta ou indiretamente, veem o comportamento desengajado como normal, adequado, aceitável. Situação observada na vida da depoente quando, por exemplo, ela se tornou gerente de boate (casa de prostituição), um cargo de confiança em relação aos donos das casas e que segundo Dona Djé era *“gostoso demais”*. O desengajamento se faz presente nesse caso quando se considera que a prostituição abre espaço para ilegalidades como trabalho, exploração, apologia sexual infantil, assédio sexual, entre outros problemas, uma vez que compartilhando a liderança de uma casa de prostituição está sendo complacente com tais erros. Durante trinta anos de atuação, Maria morou em três casas de prostituição e foi gerente em uma. Enquanto gerente ela não realizava os programas, apenas coordenava, mas admite que não deixava de receber as famosas paqueras e até que eram mais frequentes, atrelando isso à cultura, pois mesmo vinculada à prostituição, o cargo que exercia lhe atribuía status. *“Não, aí fica difícil, né?! Aí você vira a líder da história, aí você, fica difícil e quando, onde mais você é cantada, não sei por que, não sei se isso é cultural”*.

Aos poucos, a militante foi deixando de prestar os serviços sexuais não apenas porque se tornou gerente, mas também por relacionamentos sérios com parceiros fixos, com os quais ela se cobrava fidelidade e seguir a instituição legal do Brasil que defende a

monogamia. Mesmo nunca tendo sido casada legalmente, ela considera e trata similar a união estável que manteve com um de seus parceiros.

[...] agora assim, fazendo programa, realmente, faz muito tempo, porque eu casei, eu era casada. Assim... Não era no papel, mas eu passei junta dez anos, depois veio o pai das minhas filhas, é... depois eu separei e passei junta mais três com outra pessoa, já tinha passado. Eu morando na boate eu passei junta com uma pessoa três anos. Então, assim, eu levei um monte de tempo também, nisso tudo, tendo um parceiro só, uma pessoa só. Então, você tem um parceiro só, por mais que você... Mas você tem um parceiro só, e você aí já deve alguma... Meu parceiro, meu homem, aí você já deve alguma coisa para o camarada, né?!

Com isso buscava evitar atitudes desengajadas em relacionamentos como uma forma de respeito e honra a seus parceiros fixos.

VIOLÊNCIA E PRECONCEITO NA PROSTITUIÇÃO

Neste bloco assuntos como assédio e preconceito serão comentados a partir da conversa com a entrevistada e seu ponto de vista. Uma das perguntas referia-se ao uso de pseudônimo que é uma estratégia muito usada na prostituição para esconder o trabalho de conhecidos e assim evitar rejeição dos mesmos e o preconceito, que é uma forma de violência, na vida não profissional. Entretanto, Maria não usava pseudônimo enquanto atuou e reconhece que muitas mulheres que exercem a prostituição necessitam dessa estratégia pela profissão ser mal vista e alvo de muita discriminação não apenas social. Independente dessas dificuldades, ela fala com orgulho sobre nunca ter usado pseudônimo, que não se sentia nem sente influenciada pela opinião de terceiros e que não poderia lançar mão desse método porque lutava e luta pelos direitos dessas trabalhadoras, motivo pelo qual se tornou ativista.

Não, não, não, de jeito nenhum. E não escondia, eu não me tornei ativista à toa, não. Eu levo isso pra onde eu for, pra qualquer lugar, até pra mesa do governador, porque eu sou ativista. Ativista não nega porque que você tá trabalhando na causa, porque que você... Não pode negar, então assim eu nunca neguei isso. É por tanto que eu estudei, fiz segundo grau, fiz cursos e mais cursos baseados na minha vida que eu levei e que ninguém tem nada a ver com isso, né? Não interferiram (família, amigos) nessa minha história.

O preconceito no século passado, XX, era tão enfático que Djé o tem como uma forma de rejeição, por estar lutando com companheiras de causa em todo o Brasil para a redução e até desconstrução desses comportamentos contra as prostitutas, conforme fala: “Sempre nesse patamar de anos tinha rejeição, com certeza (ênfase), porque o que a gente vem trabalhando pra desconstruir o preconceito, não é de hoje”. Esclarece que nos dias atuais as pessoas valem-se do mecanismo linguagem eufemística para amenizar ou ocultar o

preconceito transmitido em frases, palavras encontradas ao longo da história para substituir a palavra prostituta tida como pejorativa.

Hoje o nome prostituição (falou o nome com ênfase e pausadamente) ainda é um entrave na sociedade e a sociedade somos nós, mas se hoje é um entrave na sociedade prostituição, e imagine antes, aí você se vira pra um nome mais elegante, profissional do sexo, trabalhadora do sexo, é secretária, acompanhante, então assim, a gente também não questiona isso.

Fora o preconceito, as trabalhadoras do sexo são extremamente vulneráveis a qualquer outro tipo de risco por na maioria dos serviços prestados não escolherem os clientes e trabalharem à noite nas ruas, riscos estes que são reconhecidos pela presidente da APROSMA, contudo reconhece os riscos da profissão com naturalidade, como algo comum, normal e corriqueiro e mesmo aceitável e nesse aspecto reitero que o desengajamento moral não está apenas naquele que age, mas também em quem o vê com normalidade, pois lança mão dos mecanismos conforme a situação.

Todas as profissões elas são difíceis, é difícil você ser médica e não ser uma boa médica, você tá vulnerável a qualquer hora um paciente te esculhambar, isso é notório, então, é... se você é advogada, você tá vulnerável a qualquer hora um cliente lhe meter a bala porque você não defendeu, então todas as profissões elas são perigosas, todas. Algumas com número de vulnerabilidade maior que é nosso caso, né?! Por que? Porque a mulher tá na rua, porque ela tá mais exposta, porque ela tá fazendo um, por acaso, ela vai se prostituir e vai ficar com um cara que ela nunca viu, ela tá mais vulnerável, mas todas as profissões são perigosas, cada uma tem o seu perigo constante.

O perigo constante no trabalho da prostituição gera medo àquelas que o exercem, contudo a entrevistada respondeu em tom de orgulho que durante sua atuação não sentia medo, visto sempre ter sido muito forte e muito das coisas (seus objetivos) e esclarece, contradizendo-se, e reconhecendo que tem medo e o diferencia do pavor tomando por base comparação os comportamentos sociais ao longo do tempo e o crescimento da violência.

Medo a gente tem medo, porque a gente tem medo... Hoje a gente tem mais medo do que ontem, hoje qualquer coisa apavora, no ontem você confiava mais, então é assim, eu não passei por tantas coisas assim por conta do medo, porque assim antigamente a gente tinha mais, não era mais segurança, a gente tinha mais confiança nas pessoas e hoje a gente não tem.

Muitas são as formas de vulnerabilidade no comércio sexual, entre elas o fato de alguns clientes realizarem pedidos de satisfação de seus prazeres sexuais que as profissionais do sexo não realizam, por questões pessoais ou profissionais. Uma maneira de evitar tal problema é a conversa prévia entre profissionais do sexo e clientes, acordando como se dará a prestação do serviço. Entretanto, com acordo ou sem acordo existe a vulnerabilidade à ameaça de agressão por negar realizar pedidos de clientes e que Djé informa que no período em que

atuou as ameaças eram mais frequentes, pois havia imposição da figura masculina sobre a feminina sem espaço para conversa, e que hoje a conversa é passível de evitar ameaças que para ela também é uma forma de violência, em que o indivíduo se vale do mecanismo de comparação vantajosa, usando a comparação de seus comportamentos agressivos à conduta repreensível de quem pratica prostituição, uma atividade que gera aversão social, “na tentativa de demonstrar insignificância ou diminuir sua importância”. (BANDURA; AZZI; TOGNETTA, 2015)

Bom, esse tipo de violência se sofre sim, naquela época sofria mais do que hoje porque hoje você dialoga, conversa, a mulher mesma ela já, isso já é uma educação sexual que a mulher já tem né?! Que ela já sabe que tem formas de fazer sexo que ela já tá sabendo que o homem quer, gosta, então assim ele não tem motivo para violentar porque já tinha combinado. Naquela época não tinha conversa, nossa senhora.

Ameaças que põem em risco a vida dessas trabalhadoras por desentendimentos pequenos com fregueses, independente de estarem nas ruas ou dentro das casas de prostituição. Para a entrevistada a forma como você lida com o cliente e conduz o conflito contribui para o desfecho, negando que não tinha desentendimento com clientes, mesmo tendo permanecido muitos anos na prostituição e tendo se prostituído pouco, porque assumia uma postura apaziguadora. “*Eu não sofria ameaça, porque assim, eu atuei muito na prostituição, mas eu me prostituí pouco, tu entendeu? Eu fiz pouco programa, eu não fiz muito programa. [...] Não, não. Porque assim, eu sempre fui maleável*”.

Os próximos comentários estão direcionados ao tema assédio sexual no trabalho das profissionais do sexo, então expliquei a Maria um pouco sobre o que os autores têm entendido e conceituado como assédio sexual, relacionando-o com o de desengajamento moral e pedi que ela falasse dessa forma de violência a partir de sua vivência no mundo da prostituição. Ela comentou que as pessoas que assediam sentem-se superiores às vítimas. “*Quando as pessoas sabem, por acaso que tu é... mora num cabaré, né?! Então, ele acha que, tá num outro contexto...*” mecanismo de desumanização das vítimas, uma vez que não age de forma empática, desprende-se do senso de humanidade comum, seja no agir ou falar.

E que em muitos casos a violência é velada, escondida pelo uso do mecanismo linguagem eufemística, como exemplifica em relação à sua moradia com sua história na prostituição e que considera uma forma de interferir emocional e moralmente em sua vida retomando o passado de forma depreciativa, preconceituosa e velada.

Por acaso, se eu chegar, vamos dizer assim no Palácio, né?! Eu gosto de ir no Palácio, (risos), aí a pessoa chega e diz assim: “Tu ainda mora naquele lugar?” Isso passa é muito comigo. Eu falo: Onde? Lá na Rua 28? Continuo! Porque isso é

uma forma da pessoa te mexer, entendeu? É uma forma dele já querer fazer entender que você é puta, que você é... Entendeu? Então, isso é um assédio, que não é um assédio... Mas é um assédio violento com a pessoa física, com a pessoa, é com a moral, não é nem com a física, é com a moral.

O assédio sexual é uma violência moral e que Djé reconhece dessa forma, sendo muito frequente: *“Então, essa violência moral é a gente tem demais”*. Através de falas preconceituosas, ofensivas, pejorativas de cunho sexual, sobre as quais compreende como uma forma de intimidar, inferiorizar as profissionais do sexo, mas que não lhes retira o direito à dignidade, respeito, nem justifica serem tratadas diferente das mulheres que não exercem tal ofício, serem segregadas, excluídas, colocadas às margem da sociedade por pessoas que usam o mecanismo de desumanização das vítimas para dirigir-se a elas, com práticas prejudiciais que as desapropriam de humanidade, atribuindo-lhes características bestiais, demoníacas, humilhantes. *“Porque as pessoas assim, ‘ah, porque é puta, eu não tenho que é... Ah é puta!’ Sim, e aí? ‘É rapariga!’ Sim, e aí? Ela perde o direito de ser mulher, de ser mãe, de amar, de ser amada? Não perde! Ela é tem o mesmo direito que as mulheres que não trepam, entendeu? Tem!”*

Chama atenção Djé considerar os ataques de assédio sexual como um aspecto sexual mal resolvido na vida dos agressores, que para ela é um desrespeito consigo mesmo e que são pessoas que gostariam de ter a liberdade ou libertinagem sexual que a sociedade julga que as prostitutas têm. Um pensamento que a faz praticar também um comportamento pautado no método por nesse aspecto ter as prostitutas como superiores aos agressores.

Porque assim, muita das vezes, tu vê as pessoas que falam assim são pessoas que não entendem nada de sexualidade e não se respeitam nem como mulher nem como homem, às vezes não se aceitam, que queriam estar naquele lugar que a pessoa tá, aí num consegue tá e atinge a pessoa que tá lá.

Então, afirma que é *“altamente revoltada contra o preconceito que não deveria”*. E *“contra a violência? Também!”* O que revela uma diferença de formação conceitual entre preconceito e violência, no qual ela não insere o preconceito nas diversas formas de violência, sendo de fato uma. Esclarece que a revolta não é apenas sua, mas de toda mulher devido ao crescimento de feminicídio no país que se faz notável no dia a dia por meio das mídias, onde é possível reconhecer o mecanismo de difusão da responsabilidade que conforme Bandura, Azzi e Polydoro (2008, p. 170) *“o controle moral pode ser enfraquecido recorrendo à ideia de que outras pessoas estão agindo na mesma intensão”*. Mas reconsidera a fala explicando que sua revolta não é ruim, é necessária enquanto ativista e que não possui, na verdade, revolta contra nada ou ninguém, aplicando o mecanismo distorção das consequências, visto que o

sentimento de revolta interpretado socialmente como inapropriado, errado, uma agressividade é explicado como algo necessário, importante para que a militância aconteça e tentou amenizá-lo com risos.

Eu acho que não existe uma mulher hoje que não tenha revolta porque a gente vive, a gente tá perdendo as amigas mulheres de minuto em minuto. Os cara matam e violentam, batem, então assim, essa revolta que eu tenho não é... ela é banal, mas como ativismo contra a violência, seja ela de qual forma for. Mas eu não tenho revolta de nada (risos).

Segundo a depoente o machismo é um dos motivadores para o assédio sexual, porque o homem vê-se como superior à mulher e que não pode perder essa superioridade, quando ameaçado de perdê-la, em alguns casos, vale-se da violência verbal e física, esta em especial pautada na afirmativa de que a mulher é sexo frágil e por isso age com autoritarismo e agressividade, já que a mulher tem menos força física que o homem, comportamentos que se embasam no mecanismo de desumanização, porque “o uso da agressão passa a ser visto como única forma de comportamento possível” (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008, p.170), que ainda está muito firmado na mentalidade dos homens e das próprias mulheres, principalmente aqueles indivíduos que viveram o período da sociedade disciplinar.

Porque assim, quando a gente quer ser igualitário aos homens, eles não aceitam, às vezes eles também não estão preparados, mas eles dão a resposta com a violência, certo? Então, às vezes, a gente tem que entender que a gente, não é que a gente seja fraca, é porque essa coisa, a gente tem um pouco mais fraco de fisicamente e isso que ainda tá muito forte na cabeça dos homens. Olha, eu sou homem e eu posso matar, eu posso bater nela, eu posso humilhar, então tá muito forte isso.

Dessa forma, perguntei se ela poderia relatar casos de assédio sofrido ou presenciado. E confessa que deve haver cautela por parte das trabalhadoras do sexo, ao interpretar a atitude do cliente ou outras pessoas a fim de evitar desentendimentos ou interpretações erradas, uma vez que cantadas e galanteios constituem o mundo da prostituição quando os clientes ou os prestadores de serviço querem atrair e, dependendo da forma como são feitas, essas práticas são diferentes do assédio sexual. “Claro que ele rola, mas muitas vezes a mulher que tá trabalhando na prostituição, ela tem que saber a forma com que ele está convidando, pra não ser um assédio e como ele está, aí é diferente”.

Entretanto, por defender não apenas as causas das prostitutas, mas também das mulheres, ela comenta que “de modo geral, a violência contra a mulher, ela ocorre muito dentro de casa [...]. A violência contra a mulher, ela é muito camuflada”, reforçando que a violência a qualquer mulher também é uma causa de luta a ser combatida. Em relação à prostituição, afirma que o assédio sexual é praticado quando o cliente está a sós no quarto

com a profissional que prestará o serviço, quando não há quem veja (testemunhas) o seu ato desengajado ou defenda a vítima, como um comportamento costumeiro, que muitos homens em nossa sociedade aderem por terem noção de que violência é errado legal e socialmente. Quando a violência não é feita escondida, Djé entende como uma forma de o homem chamar atenção, se enaltecer com humilhações verbais ou físicas publicamente perante a mulher. *“Porque se é no cabaré, ela tá no quarto. Os homens deixa a mulher ficar sozinha e quando ela não tá sozinha e ele violenta é porque ele quer aparecer, aí quando ele quer aparecer, ele vai lá, esculhamba no meio da rua e fala, porque ele já quer aparecer e aí ele já fica violento”*.

Buscando entender mais como se dá a violência através do assédio sexual, perguntei se quem mais praticava assédio eram aqueles que já fizeram uso dos serviços de prostituição ou aqueles não usavam. A representante nordestina do movimento desconsiderou tal comparação, e enfatizou que o assédio sexual é um reflexo da educação daqueles que o praticam, que é uma questão, um problema social a ser trabalhado, principalmente, na instituição familiar. Uma educação que em alguns casos é pautada no exemplo patriarcal do lar e o indivíduo que convive com isso pode ter uma aprendizagem por modelagem, considerando como normal e adequado o comportamento, através do mecanismo deslocamento da responsabilidade, fazendo com que esta cai sobre o quesito educação familiar. *“Não, isso aí não tem muita lógica, não. Isso aí é... Essa questão aí dessa violência... Porque, às vezes, o cara é violento de casa, por que ele ia deixar de violentar uma puta, uma prostituta, se ele já é violento em casa, essa educação dele é de berço, é de casa?”*.

E justifica que se *“ele dá na mulher dele em casa, evidentemente ele vai querer dar numa puta porque ele já tem essa coisa de eu vou dale (bate) porque é mulher, porque é frágil, porque tá no cabaré. Então, essas coisas são assim, a gente tá tudo junto e misturado, né?!”*

Continuando nesse aspecto de comparação, busquei saber se em aspecto de violência os estrangeiros também a praticam e Djé respondeu que *“Não, por incrível que pareça, os estrangeiros, eles não são violentos, eles são mais até, mais bons, mais cavalheiros*. Uma afirmativa que reforça os aspectos machistas e culturais de dominação dos brasileiros.

Em situação de risco, agressão, o ser humano tem diversas reações de resposta, sendo entre elas o silêncio, ficar paralisado ou uma defesa ativa mesmo que em forma de reação instintiva. Logo sondei a entrevistada sobre como ela se defendia em relação ao assédio sexual durante o exercício da profissão e a mesma respondeu desconsiderando as

particularidades de reação de cada um, mas generalizou como algo em que todos conseguem e tem a obrigação de si defender, aspecto que pode ser reflexo de ela se considerar muito forte e segura.

Qualquer mulher se defende. Se a mulher vir dar um tapa na minha cara, eu vou dar um na dela também, não tenha dúvida. É essa defesa que todo ser humano se defende da taca. Na mesma moeda, é de igual pra igual. Não tem essa de esperar papai, mamãe, não. Nem de levar pra dona da casa (casa de prostituição)

Apesar de ter a reação de defesa como uma reação que qualquer um pode ter sem dificuldades, ela chegou a sofrer agressões físicas e justificou como quem sofreu por ter merecido pelo fato de ser “brigadeira”. Uma vez com esse pensamento, tenta-se eximir o erro do agressor e trazê-lo para si, onde mais uma vez usa o mecanismo de atribuição de culpa, fazendo cair sobre si a culpada agressão sofrida pelos clientes.

Ah, sofri, sofri, muitas. Porque eu era muito braba, então eu sofri muito a violência, eu era brigadeira com quem errava, com quem era da casa e com quem vinha pra casa errar, esculhambar minhas colegas, brigar, fazer sexo e não pagar, aí o pau fechava. Aí a gente acabava levando umas bolachas.

É tão justificável para ela que a importância na fala dada às violências sofridas é pequena e parece não lhe causar dor, sofrimento. “[...] *mas nada que a gente não tirasse de letra depois (risos)*”. Entretanto, em momento posterior, ela admite, quando perguntei se os assédios sexuais sofridos afetavam, interferiam, emocional e moralmente a integridade e dignidade não apenas ela, mas com qualquer mulher que venha a ser vítima.

“Violência emociona, mexe emocionalmente com qualquer mulher, né?! Porque só você lembrar que um homem te bateu, que um homem te machucou, claro que vai mexer no teu ego, num tenha dúvida, vai te deixar sequelas assim: “pô o cara me bateu e tal, não nasci pra apanhar e tal”. [...] É... Assassinato de colegas minhas, que foram assassinadas e isso fica pra sempre, né?! É... Mulheres que apanharam, que sofreram.

Apesar dos abalos emocionais, as agressões vividas não a desmotivaram no exercício da profissão e na luta contra a violência e a favor dos direitos daquelas que trabalham no comércio sexual “*Não, não, não, não! Tanto que eu tô aqui te dizendo que não tenho motivo pra ser triste*”.

A legislação brasileira recomenda que em casos de violência contra mulheres, as mesmas registrem boletim de ocorrência contra quem as agrediu. Contudo, há cerca de 40 anos a polícia não dava suporte às prostitutas que eram violentadas e hoje esse suporte é falho e nem sempre existe. E os próprios policiais agem preconceituosamente contra as prostitutas. “*Não. A polícia 40 anos atrás mais ou menos, ela sempre agiu com poder maior, também com preconceito, né?! [...] Tratavam muito mal. O preconceito maior era da polícia até, acabava*

sendo da parte deles, não da nossa (sociedade)”. Os policiais lançavam mão do status social que possuíam e abusavam do poder que tinham. “E também com aquela questão do se apropriar do que ele já era, entendeu? Se era polícia, tem que respeitar polícia, a mulher tinha que respeitar polícia, entre outras coisinhas mais. Tratavam muito mal’. Praticavam, pois, desengajamento moral usando o mecanismo de comparação vantajosa, já que os policiais agem com condutas repreensíveis comparando à uma ação que gera “maior dano ou aversão social na tentativa de demonstrar insignificância ou diminuir sua importância”. (BANDURA; AZZI; TOGNETTA, 2015, p. 204)

Mesmo com os relatos de violências que tiraram até vida de pessoas, interroguei se haveria algum conselho para quem pensa em ingressar na profissão do sexo. Maria emitiu cuidado em sua voz ao começar a falar, pois reconhece os desafios perante uma sociedade que compreende como uma transgressão grave a prostituição e também para não ser incentivadora de erros como trabalho, exploração, abuso sexual de crianças, assim falou que *“não é conselho... (usou tom de cautela) O que a gente fala é assim: Qualquer profissão que você escolha, você tem que ter cuidado, porque você tem que ser maior de idade, ser documentado, estudar. Mas não quero que sirva de exemplo”*.

É importante que se reforce que o fato de uma mulher trabalhar no comércio sexual não justifica que seja agredida, não a torna vítima como uma regra de qualquer forma de agressão.

MILITÂNCIA E LÍDER COMUNITÁRIA

O Desterro é um dos bairros mais antigos de São Luís e que traz um passado histórico marcante sobre a cidade e sobre a maneira como a prostituição acontecia e fez desse bairro um dos principais locais de diversão no século XX, cenário este vivido pela entrevistada e de maneira ativa na comunidade onde é vista como líder comunitária e ativa na profissão onde é representante do nordeste. Uma história que rompe os padrões esperados pela sociedade, uma pessoa que viveu um trabalho de discriminação e renegação ser vista como referência e confiança, como o cabeça para levar à diante, orientar uma comunidade e um trabalho. Trabalho que lhe proporcionou isso, permitindo a Maria falar com afirmação, aceitação e conhecimento de sua influência: *“Eu fiz prostituição por muito tempo, não tenho nenhum problema em falar não”*.

O Jornal “O Imparcial” registrou em fala como Maria lida com a violência vivida quando era menor de idade, com o fato de ter trabalhado na prostituição e enquanto atuante ter

adquirido doença sexualmente transmissível. Situações estas que poderiam ter paralisado sua vida, a colocado em situação de inferioridade, mas que ela não vê como trauma ou ruim, pois conseguiu ver um lado bom, ver algo de positivo nessas dificuldades e que insere esse olhar nas lideranças como representante das profissionais do sexo, que se assume como militante da causa, e líder comunitária, podendo ser referência de superação, fonte de apoio a outros que passam ou venham passar por situações iguais ou similares. *“E foi uma coisa boa. Para mim esse ponto de partida não foi cruel. [...] Por que não achei cruel? Porque hoje eu posso chegar para uma pessoa e falar de DST, de violência, da vida, das políticas públicas, da experiência que eu tive sem um pingão de mágoa.”*

A liderança na rede de prostituição é reforçada como uma obrigação de respeito e apoio às colegas de profissão e afirmação do orgulho que tem em servi a causa. De tal modo que ao ser perguntada sobre quando deixou a profissão, respondeu com ênfase e firmeza que

“Sair, sair é... Não! Eu continuei, porque até hoje eu sou, eu me classifico como uma puta liderança no movimento né?! Então, a gente nunca sai, a gente sai de atuar como, mas você nunca deixa, você nunca sai (ênfase), porque você continua nas áreas, continua. [...] O líder tem que passar a informação para a frente”.

Por continuar acompanhando o desenrolar da profissão ao longo de sua vida, pode ver conquistas sociais, políticas, assim como problemas que exigem solução, trato tanto no trabalho das prostitutas como às mulheres que não exercem tal profissão. De forma que afirmou: *“Eu tenho revolta com a política que ainda não atingiu o que a gente queria que atingisse, que era respeito às mulheres, entendeu? Esse cuidado, cuidar das mulheres, né?!”*

Maria revela que sua luta por direitos não é apenas pela prostituição, mas pelas mulheres e que isso a fez superar as lembranças, sequelas de violência vividas ou vistas e cobrar o exercício de leis que protejam as mulheres da violência masculina, e assume consigo uma responsabilidade de não permitir que o que lhe ocorreu, ocorra com outras entendendo como importante *“você brigar pelos direitos. Se um cara me bater, eu tenho que brigar pra botar ele na cadeia. Se eu conseguir botar ele na cadeia, glória a Jesus. Se não conseguir, a sequela fica maior, porque ele pode bater em outras e outras, em outras e outras [...]”*. Na luta pelos direitos das prostitutas desde 1985, Maria percebeu a necessidade e oportunidade de organizar e unir esforços para apoiar as profissionais do sexo da estado do Maranhão, de forma que em 2002 fundou a Associação de Profissionais do Sexo do Maranhão (APROSMA) e atualmente é a representante no nordeste da Rede Brasileira de Prostitutas, sobre o que ela diz que *“hoje, a gente tem o movimento e rolou por conta de trabalhos. Senti a necessidade de organizar, de trabalhar pra poder cobrar as políticas, entre outras coisas.”*

Ao passo que a figura de líder comunitária também foi construída com base na luta de direitos e suprimento de necessidades do povo com quem cresceu, assim como na busca de uma relação harmoniosa entre os próprios moradores do bairro, e de equilíbrio entre o trabalho das profissionais do sexo e a comunidade, vencendo o preconceito e focando na mudança ou ajuste de pensamento e compreensão dos pensamentos como uma obrigação em que “*tem que fazer a sociedade entender que todo cidadão tem direito e tem dever, tem que entender isso*”.

Complementando, informa como foi conquistando espaço e confiança no bairro a ponto de quebrar as barreiras do preconceito e tornar-se líder comunitária, reconhecendo sua influência e repetindo que é necessário que as pessoas entendam a necessidade de respeitar o próximo como ele é, sem querer forçá-lo aos padrões sociais e culturais.

Outra coisa que assim, esse bairro aqui, ele era muito dividido, Desterro, Zona, Zona, é uma história muito longa, então assim, eu sempre achei o seguinte: eu vou pro Desterro porque o Desterro não é dos ricos, é de todo mundo e é um bairro que é bem aqui, né?! Então assim, esse paradigma a gente tem que quebrar, essa barreira a gente tem que quebrar. Aonde tava as casadas, as moças, eu tava lá, porque eu sou muito mulher, eu preciso tá nos espaços com todo mundo. O problema é que eu preciso fazer as pessoas entender que eles têm que respeitar as pessoas do jeito que são.

Finalizando a entrevista, ela informou que durante os 30 anos na prostituição, não se arrepende de nada que fez, apenas do que não fez, de oportunidades que não aproveitou e que poderiam lhe proporcionar outro destino profissional, como outras opções de emprego e mais uma vez retornou ao aspecto familiar em relação a orientações, conselhos durante a vida.

Nunca! Nunca na vida, eu sou muito feliz. Me arrependo das coisas que eu não fiz. Ter me formado, me arrependo. Esse é um arrependimento que... Porque assim, agora não tenho tempo nem paciência, mas não ter me formado foi uma coisa que eu me arrependo. É... Outra coisa, ter mudado de país, não ter mudado de país, tive essa oportunidade demais, hoje eu me arrependo. (Com clientes, no caso?) Não, com clientes, com trabalho, com trabalho que não era trabalho de prostituição, era outro tipo de trabalho. Não me formei por falta de orientação.

No próximo tópico são trazidas considerações gerais e específicas de todo o estudo desenvolvido, tendo como referência os objetivos estabelecidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desengajamento moral é um conceito que pode ser considerado uma estratégia cognitiva cujas pessoas utilizam para justificar comportamentos antissociais, que vão de encontro ao que a sociedade espera e toma como base comportamental. Essa estratégia é ativada quando se busca minimizar ou eliminar a auto reprovação, auto sanção pelos atos imorais cometidos, assim o autor não se sente responsável pela transgressão cometida. O indivíduo pode buscar reconstruir sua atitude através da tentativa de transformar um erro em ação benigna. É possível também que o agente da ação distorça a relação causal entre seu comportamento e os efeitos que gera sobre terceiros. Ou que distorça as consequências do seu ato. Compreende-se, ainda, ser possível que o transgressor faça cair sobre a vítima a culpa dele, como merecedora do que sofreu.

Esse modelo teórico pensado por Albert Bandura, é composto por oito mecanismos identificáveis ao se analisar comportamentos antissociais e faz parte da Teoria Social Cognitiva, do mesmo autor, que trabalha o indivíduo dentro de um contexto, trazendo a proposta psicológica da agência moral, em que o ser humano é agente no ambiente em que se encontra. Não é passivo, apenas fruto do ambiente, contexto, por receber influências dele, mas também é proativo, auto organizado, uma vez que é capaz de ter o controle de sua vida, logo influencia intencionalmente as circunstâncias da vida, levando em consideração seus interesses e necessidades para futuros imaginados.

Conforme Bandura, Azzi e Polydoro (2008, p. 15), os agentes “fazem coisas que lhes trazem satisfação e um sentido de amor próprio, abstendo-se de atos que levam à autocensura”, mesmo que isso lhes exija ajustes para manter seguros os seus atos e pensamentos. Isso ocorre porque o ser humano age no interior de um sistema social e a força da influência deste é revelada em seus atos.

Ao longo deste trabalho que tomou como questão norteadora “Como se manifestam os mecanismos de desengajamento moral presentes nos casos de assédio sexual contra as profissionais do sexo?” apresentou-se os principais fundamentos, a base da Teoria Social Cognitiva e de Desengajamento Moral, de Albert Bandura, em que seus conceitos foram relacionados com o assédio sexual, não apenas teoricamente, mas na prática por meio da história de vida de uma profissional do sexo não atuante, de modo que os mecanismos de desengajamento moral foram identificados, exemplificados e, na pesquisa analisados, sendo eles Justificação Moral, Linguagem Eufemística, Comparação Vantajosa, Deslocamento da Responsabilidade, Difusão da Responsabilidade, Distorção das Consequências,

Desumanização, Atribuição da Culpa. Assim foi trabalhado o primeiro objetivo específico desta pesquisa que constituiu em “Apresentar os fundamentos da Teoria Social Cognitiva, e de Desengajamento Moral, de Albert Bandura”.

O segundo objetivo específico “Apresentar a concepção de uma prostituta não atuante acerca do assédio sexual laboral com prostitutas” foi buscado pela história de vida da presidente da Associação das Profissionais do Sexo do Maranhão (APROSMA), de modo a conhecer sua história no mundo da prostituição aspirando depoimentos sobre assédio sexual durante o trabalho das profissionais do sexo. Considera-se que poucos foram os relatos de assédio sexual e até mesmo relatos indiretos, presentes nas entrelinhas da fala da depoente. Contudo, obteve-se falas que revelaram aspectos históricos, políticos e sociais dos séculos XX e XXI que foram vividos, influenciaram e influenciam o modo de pensar e comportar-se da entrevistada em relação a situações de violência contra mulher, onde a interdependência entre fatores pessoais e ambientais foi percebida.

A prostituição, desde suas primeiras manifestações foi combatida por associar-se a uma forma de quebrar regras e prejudicar moralmente a sociedade, indo de encontro aos bons costumes familiares e femininos. Abrindo espaço para que a violência contra a mulher ganhasse novas formas, novas justificativas e novos nomes para velhos problemas como assédio sexual que não é um fenômeno recente, mas que a sua visibilidade social e política sim, onde as discussões e preocupações sobre o assunto têm estado cada vez mais em pauta, com ênfase na seriedade e gravidade às situações de agressão vividas por mulheres.

O assédio sexual é um comportamento de cunho sexual, visto em contexto profissional, constrangedor, ofensivo contra outrem, em que se objetiva vantagem ou favor, privilégio sexual por meio da superioridade hierárquica de cargo ou função. Assim caracterizando-se como desengajamento moral e que atualmente tem sido causa de cobranças ao Estado sobre a garantia e certeza a todos do direito ao respeito, honra, dignidade humana e proteção à violência.

Entretanto, a prostituição por não ser tida como um emprego, somente um trabalho, em que Costa, et al (2006, p. 1) conceituam como “uma ação humana sobre a natureza, que muda sua morfologia e constrói a identidade do sujeito, realizado histórico e socialmente”. E mesmo assim não reconhecido socialmente, permanecendo na clandestinidade ao longo de nossa construção histórica como trabalho informal, mas que carrega o peso do preconceito e rejeição sobre aqueles que o exercem. Em especial, pela sociedade brasileira, no século XX, ter passado por um processo disciplinar em que o controle masculino predominava mais que hoje, em que atitudes machistas eram mais frequentes,

aceitas e uma marca social, por muito compreendida até como necessária. A fim de que a mulher se mantivesse dedicada apenas ao lar, ao marido e aos filhos. Aquelas que fugiam desse padrão eram desprezadas e pejorativamente consideradas prostitutas, a posição mais baixa que uma mulher poderia assumir para a população. Assim, durante a entrevista com a presidente da APROSMA esses fatores citados foram percebidos em suas falas dentro dos blocos divididos e aspirou-se que a violência a profissionais do sexo, através do assédio sexual, trazida como uma justificção pautada na natureza do trabalho que exercem e desprezo foram tomadas por ela como naturais, comuns no trabalho das prostitutas, no sentido de remeter, transparecer aceitação, como se o assédio sexual fosse algo aceitável porque o homem brasileiro tem uma personalidade de superioridade e muitas vezes agressiva pela educação que pode ter recebido, por aspectos culturais, políticos, etc, e o privado torna-se público.

Não houve especificação nesse ponto de assédio sexual, sobre trazer muitos relatos, mas a naturalidade em lidar com essa violência foi percebida várias vezes quando, por exemplo, ela retira a culpa daquele que a abusou sexualmente na infância, julga-se forte para lidar com a violência, comenta que qualquer mulher é capaz de se defender de uma agressão, demonstra gratidão por ter sido aceita em uma casa de prostituição quando ainda era menor de idade, entre outras falas. Mas se ressalta que, apesar, da naturalidade com que trata o assunto, ela não ignora os atos antissociais que cometeu e que foi vítima, por falar em tom de cautela sobre a perda da virgindade, por reconhecer ser criança quando começou a prostituir-se, falar dos comportamentos preconceituosos vindos da própria família quando souberam do abuso sexual e ter em sua posição de militante e líder comunitária a responsabilidade, necessidade e, mesmo, obrigação em lutar para a violência contra qualquer mulher seja combatida, denunciada e as prostitutas tenham direitos como qualquer profissão e respeito social. Então, fatores históricos, subjetivos, culturais, sociais foram abstraídos em relação ao assédio sexual, só que fazendo perceber o desencajamento moral na fala da depoente, onde ela mesma traz posturas desencajadas e revelou a de outras pessoas.

Com isso o terceiro objetivo “Entender como a cultura pode influenciar o desencajamento moral que busca justificar o assédio sexual com as profissionais do sexo” também foi trabalhado nos relatos de violência e percepção de Maria, possibilitando identificar os oito mecanismos de desencajamento moral e atribuí-los as aspectos culturais das décadas em que atuou como profissional do sexo e do seu momento atual como representante nordestina da rede de prostituição. E assim, objetivo geral cuja proposta é “Analisar a história de vida de uma prostituta não atuante e identificar os mecanismos de desencajamento moral

presentes nos casos de assédio sexual contra essas profissionais” pode ser alcançado por meio dos específicos, revelando aspectos não esperados quando se buscou trabalhar com a entrevistada a questão do assédio sexual. Onde as respostas não esperadas pautadas na naturalidade em lidar e ver o assunto, onde ela mesma deixou perceptível ser também desengajada moralmente, porém, foi justamente nesse ponto que os aspectos culturais da nossa sociedade foram inferidos. O que permite considerar positivo e satisfatório o resultado da pesquisa relacionado com os aspectos teóricos, entre eles alguns que não haviam sido pensados durante o planejamento da pesquisa, mas que foram enriquecedores no decorrer do estudo.

Diante do apresentado em todo este trabalho, as contribuições dão-se como informações que acrescentam a estudos desenvolvidos sobre desengajamento moral, com uma pesquisa de temática diferente e que dá espaço para que outras pesquisas tanto sobre desengajamento moral, assédio sexual e prostituição possam ser realizadas, complementadas com as informações trazidas. Assim como se reforça a necessidade de compreender e tratar as profissionais do sexo como todo e qualquer ser humano, a necessidade de entender que o teor de seu trabalho não justifica nenhum tipo de violência direcionada a tais.

Para conseguir os resultados esperados, algumas dificuldades foram enfrentadas, como a limitação bibliográfica sobre o tema desengajamento moral, conseguir material bibliográfico sobre a história da prostituição em São Luís (MA), a dificuldade em marcar a entrevista com Maria, uma vez que possui uma agenda que lhe requer viagens e palestras, participações em eventos, e o próprio cuidado com a comunidade. A dificuldade em tratar os dados obtidos, por ter que utilizar um método e técnica que ainda não havia usado e que exige cautela e atenção na relação das falas.

Mas o trabalho foi realizado com a motivação de quem sentia prazer em estudar esses assuntos que apesar de delicados, devem e podem ser conhecidos, estudados e que existem outros pesquisadores em nossa cidade, além da própria APROSMA que visam compreender e conhecer melhor o desenvolver da prostituição no país, no estado e na cidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Eulálio Figueiredo de. **Vidas Profanas**. São Luís: 360 Graus, 2015.

AFONSO, Pedro. A prostituição é um trabalho? **Observador**, 8 mar. 2017. Disponível em: <<http://observador.pt/opiniaio/a-prostituicao-e-um-trabalho/>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

AZEREDO, Sandra. **A ânsia, o sino e a transversalidade na relação entre empregadas e patroas**. Cad. Pagu, n.19, Campinas, 2002.

AZZI, Roberta Gurgel. Desengajamento moral na perspectiva da teoria social cognitiva. **Psicologia Ciência e Profissão**, Campinas, v. 31, n. 2, 2011.

AZZI, Roberta Gurgel. Mídias, transformações sociais e contribuições da teoria social cognitiva. **Psico**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, jun. 2010.

BANDURA, Albert; AZZI, Roberta Gurgel; POLYDORO, Soely (Org.). **Teoria Social Cognitiva: conceitos básicos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BANDURA, Albert; AZZI, Roberta Gurgel; TOGNETTA, Luciene R. (Org.). **Desengajamento Moral: teoria e pesquisa a partir da teoria social cognitiva**. Campinas: Mercado de Letras, 2015.

BARNES, Christopher M.; LEAVITT, Keith. Desengajamento moral: por que bons soldados cometem más ações? **Military Review**, dez. 2010.

BASSERMANN, Lujo. **História da Prostituição: uma interpretação cultural**. Rio de Janeiro: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1968.

BARRETO, Marco Aurélio Aguiar. **Assédio sexual e os limites impostos pela tipificação penal e outras abordagens de apelo sexual no ambiente de trabalho**. São Paulo: LTr, 2018.

BASTOS, Douglas Santos. **Jogralesa, Soldadeira ou Prostituta: um estudo sobre a representação do feminino medieval**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016.

BLANCHETTE, Thaddeus; SILVA, Ana Paula da; PINHO, Anna Marina Madureira de; PINHEIRO, Bárbara; LEITE, Gabriela Silva. Prostitutas “traficadas” e pânicos morais: uma

análise da produção de fatos em pesquisas sobre o “tráfico de seres humanos”. **Cadernos Pagu**, v. 25, dez, 2005.

BRASIL, Jaime. **História da Prostituição**. 2013.

BRITTO JÚNIOR, Álvaro Francisco de; FERES JÚNIOR, Nazir. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Evidência**, v.7, n. 7, 2011.

BRUNS, Maria Alves de Toledo; GOMES JÚNIOR, Osvanir Pereira. Prostituição: o discurso de quem se vende e o silêncio de seu comprador. **Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis**. v. 8, n. 4. Niterói, dez, 1996.

CARMELLO, Eduardo. O desengajamento moral de Albert Bandura. **Eduardo Carmello**, 2016. Disponível em: <<https://pt.linkedin.com/pulse/o-desengajamento-moral-de-albert-bandura-eduardo-carmello>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

COLL, Agustí Nicolau. **Propostas para uma diversidade cultural na era da globalização**. São Paulo: Instituto Pólis, 2002.

CORRÊA, Willian Henrique; HOLANDA, Adriano Furtado. Prostituição e sentido de vida: relações de significado. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 17, n. 3, dez. 2012.

COSTA, Dayse Bezerra; NASCIMENTO, José Ulisses do Nascimento; MELO, Renally Xavier; BISPO, Morgana Bezerra; FERNANDES, Samkya; SILVA, Edil Ferreira da. O trabalho das profissionais do sexo. **Universidade do Vale do Paraíba**, São Paulo. 2006.

CUNHA, Patrícia. Ex-prostituta vira militante de causas feministas. **Patrícia Cunha**, 2017. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/noticias/2017/10/ex-prostituta-vira-militante-de-causas-feministas/>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

DIAS, Elaine Teresinha Dal Mas. Teoria social cognitiva: conceitos básicos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 26, n. 4, dez. 2009.

DIAS, Isabel. Violência contra as mulheres no trabalho: o caso do assédio sexual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 57, 2008.

FARIA, Nalu; COELHO, Sonia; MORENO, Tica. Prostituição, uma abordagem feminista. **Sempreviva Organização Feminista**, São Paulo, 2013.

FELDMN, Ruth Duskin; PAPALIA, Diane E. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: AMGF, 2013.

FILHO, Rodolfo Pamplona. Assédio sexual: questões e conselhos. **Rodolfo Pamplona Filho**, 2005. Disponível em: <<https://rodolfopamplonafilho.jusbrasil.com.br/artigos/675144166/assedio-sexual-questoes-conceituais>>. Acesso em: 23 set, 2018.

FILHO, Fred. Assédio Sexual. **Fred Filho**, 2015. Disponível em: <<http://fredfilho.blogspot.com/search?q=ass%C3%A9dio+sexual>>. Acesso em: 23 set, 2018.

FREITAS, Maria Ester de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 2, jun. 2001.

FREITAS, Maria Ester de. Assédio sexual: uma prática perversa. **RAE Light**, v. 3, n. 3. EAESP/FGV: São Paulo, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2009.

FUKUDA, Rachel Franzan. Assédio sexual: uma releitura a partir das relações de gênero. **Simbiótica**, v. 1, n. 1. UFES: Espírito Santo, 2012.

GOLDENBERG, Mirian. **O corpo como capital**: estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira. 3. ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2015.

GOMES, Lúcia. Prostituição não é trabalho, é escravidão. **Diário Liberdade**, 7 jun. 2016. Disponível em: <<https://gz.diarioliberalidade.org/mundo/item/18104-prostituicao-nao-e-trabalho-e-escravidao.html>>. Acesso em 24 fev. 2018.

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade**, Brasília, v. 27, n. 2. 2015.

GUIMARÃES, Roberto Mendes; BRUNS, Maria Alves de Toledo. **Garota de Programa**: uma nova embalagem para o mesmo produto. São Paulo: Átomo, 2010.

HIRIGOYEN, Marie France. **Mal-estar no trabalho**: redefinindo o assédio moral. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LATIF, Omar Aref Abdul. Assédio sexual nas relações de trabalho. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, maio 2007. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=182>. Acesso em dez. 2018.

MACALLI, Nicole; MINGHINI, Luciano; WALGER, Carolina de Souza; ROGLIO, Karina de Déa. História de vida: uma possibilidade metodológica de pesquisar os aspectos subjetivos no processo de tomada de decisão. **EnAPAD**, 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>>. Acesso em 15/03/2018.

MOREIRA, Isabel Cristina Cavalcante Carvalho; MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza. A violência no cotidiano da prostituição: invisibilidade e ambiguidades. **Revista Latino-Am. Enfermagem**, São Paulo, set. 2012.

MORIN, Estelle M. Os sentidos do trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 3, set. 2001.

MOURA, Ana Débora Assis; LIMA, Guldemar Gomes de; FARIAS, Leiliane Martins; FEITOZA, Aline Rodrigues; BARROSO, Maria Graziela T. Prostituição x DST/aids: um estudo descritivo em perspectiva de práticas de prevenção. **DST - J bras Doenças Sex Transm**, v. 21, n. 3, 2009.

MOURA, Ana Débora Assis; OLIVEIRA, Rodisheily Maria Silva de; LIMA, Guldemar Gomes de; FARIAS, Leiliane Martins; FEITOZA, Aline Rodrigues. O comportamento de prostitutas em tempos de aids e outras doenças sexualmente transmissíveis: como estão se prevenindo? **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 19, n. 3, set. 2010.

MÚRIAS, Cláudia; SALES, Joana; MORAIS, Tatiana. **Assédio sexual é violência!** Direito ao trabalho com dignidade. Lisboa, 2015.

NETO, Ingrid Luiza; IGLESIAS, Fábio; GÜNTHER, Hartmut. Uma medida de justificativas de motoristas para infrações de trânsito. **Psico**, Brasília, v. 43, n. 1, mar. 2012.

PABLO, Luís. Conheça a presidente da associação de profissionais do sexo do MA. **Luís Pablo**, 2012. Disponível em: <<https://luispablo.com.br/maranhao/2012/05/conheca-a-presidente-da-associacao-de-profissionais-do-sexo-do-ma/>>. Acesso em: 11 jan. 2019

RAYKIL, Cristiano. Prostituição *versus* preconceito. **Senso Comum**, 16 maio. 2010. Disponível em: <<http://1sensocomum.blogspot.ru/>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

REIS, José Ribamar Sousa dos. **ZBM: o reino encantado da boêmia**. São Luís: Lithograf, 2002.

ROBERTS, Nickie. **As Prostitutas na História**. Rio de Janeiro: ROSA DOS TEMPOS, 1998.

ROCHA, Ruth. **Minidicionário**. 8. ed. São Paulo: Spicione, 1996.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jun. 2009.

SANTANA, Gildenor de Pádua; NASCIMENTO, Júlio César do; SILVA, José Cláudio Carvalho da. **Prostituição na Idade Média**. Sergipe: FJAV, 2011.

SANTOS, Rosângela da Silva; SANTOS, Inês Maria Meneses. A etapa de análise no método história de vida: uma experiência de pesquisadores de enfermagem. **Revista Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, out. 2008.

SANTOS, Rosângela da Silva; SPINDOLA, Thelma. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora)?: **Revista Escola de Enfermagem USP**, São Paulo, v. 37, n. 2, jul. 2003.

SILVA, Edil Ferreira da; COSTA, Daysse Beserra; NASCIMENTO, José Ulisses do. O trabalho das profissionais do sexo em diferentes lócus de prostituição da cidade. **Psicologia: Teoria e Prática**, Paraíba, v. 12, n. 1, 2010.

SILVA, Edlene Oliveira. **As filhas de Eva: religião e relações de gênero na justiça medieval portuguesa**. Florianópolis: UNB, 2011.

SILVA, Késia Aparecida Teixeira; SILVA, Isabel Cristina da; MAFRA, Flávia Luciana Naves. Trabalho, gênero e prostituição: reflexões sobre as dimensões obscuras do trabalho de mulheres prostitutas. **EnGPR**, Brasília, nov. 2013.

SILVA, Tatiana Raquel Reis. **Sexualidade e Cor: dinâmicas da prostituição feminina nas áreas centrais da cidade de São Luís, Maranhão**. São Luís: Eduema, 2015.

SOARES, João Francisco Selhorst; SANTOS, Lucimara Cristina dos; CARDOSO, Josiane Paia; NEVES, Lúdia; BATISTA, Eraldo Carlos. A prostituição como profissão: uma análise sob a ótica das profissionais do sexo. **Revista saberes-Faculdade de São Paulo**, São Paulo, v. 3, n. 2, dez. 2015.

SOUZA, Eloisio Moulin. **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: EDUFES, 2014.

SWAIN, Tania Navarro. Prostituição: não, não é um trabalho, não é uma profissão. **Tania Navarro Swain**, 2013. Disponível em: <<http://www.tanianavarrowswain.com.br/brasil/anahitapt.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

TOGNETTA, Luciene R. P.; JOSÉ, Maria Avilés; ROSÁRIO, Pedro; ALONSO, Natividad. Desengajamentos Morais, autoeficácia e bullying: a trama da convivência. **Revista de estudios e investigación en psicología y educación**, Espanha, v. 2, n. 1, 2015.

TONETTO, Juliano Luiz; BONELLA, Danielle Soncini. Uso do craque versus a prostituição e marginalização na cidade de Santa Maria. **X Salão de Iniciação Científica PUCRS**, Rio Grande do Sul, 2009.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO UTILIZADO NA ENTREVISTA

Nome

Idade

Cidade Natal

Estado Civil

Possui Filhos e Quantos

Escolaridade

Profissão

1. Com quantos anos entrou na prostituição?
2. Como foi o primeiro contato com a prostituição?
3. Por que entrou e permaneceu?
4. Por quantos anos permaneceu e quando saiu? Por que saiu?
5. A senhora ficou só em uma casa?
6. Usava pseudônimo?
7. Escondia o que fazia e por quê?
8. Teve outra profissão?
9. Teve medo durante o exercício da profissão do sexo?
10. Correu risco de perder a vida durante a profissão?
11. Sofreu ameaça por não fazer algo que cliente pediu?
12. Houve algum desentendimento com cliente?
13. Tem vergonha, arrepende-se?
14. Fale um pouco sobre os riscos da profissão.
15. Fale um pouco sobre assédio sexual às profissionais do sexo.
16. Geralmente, como são manifestados os assédios sexuais? Acontecem em público, na rua, ou mais quando estão a sós?
17. A maior parte dos que assediam são quem já usou os serviços ou quem nunca usou?
18. Quem mais assedia sexualmente, o brasileiro ou o estrangeiro?
19. Como se defendia no momento do assédio sexual?
20. Sofreu agressão física durante a profissão?
21. Esses casos mexeram emocionalmente, desmotivaram o exercício do trabalho?
22. Relate casos seus e de amigas, algum marcou e por quê?
23. As profissionais do sexo tinham suporte da polícia contra o assédio sexual?

24. O que buscava para superar essas lembranças?
25. O assédio estava ligado à cor da pele e classe social?
26. Quando deixou de atuar na profissão do sexo?
27. Como foi, é, a postura da família com relação à escolha em atuar como profissional do sexo?
28. Como se deu a relação com a comunidade, como líder comunitária?
29. Quando e como conheceu a APROSMA?
30. Qual sua história com a APROSMA?
31. Algum conselho para quem pretende trabalhar como profissional do sexo?

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Com quantos anos entrou na prostituição?

Eu fiz prostituição por muito tempo, não tenho nenhum problema em falar não.

Na verdade, eu, eu cheguei do interior eu tinha 12 anos e... Mas com 12 anos eu não comecei a me prostituir, só com 16, mais ou menos isso. Mas, na verdade mesmo, eu fui, eu perdi minha virgindade com 12 anos, que não foi uma relação, uma primeira relação consentida, foi uma primeira relação que hoje caracterizava estupro, né?! Mas naquela época não.

Como foi o primeiro contato com a prostituição?

Daí eu vim do interior pra cá, conheci uma colega, daí a gente começou a sair junto pra se divertir e acabamos se divertindo no cabaré, né?! Aí daí, geralmente, quando você não tem uma formação, não tem ninguém que te oriente, você acaba é... Aonde as pessoas te acolhem, você acaba ficando lá, né?! Na verdade, assim, o cabaré é... Acaba acolhendo, não de uma forma má, né?! Mas de uma forma de acolher, né?! É... que na verdade muita gente acolhe sem saber o grande mal que... Que, na verdade, não é nem mal, mas é uma grande coisa ilegal, que 12 anos, 13, 14 até 20 é ilegalidade. Mas como acabei de te frisar, com 12 anos foi essa situação e no prosseguir até 16 anos as coisas foram acontecendo na minha vida.

Eu vim pra cidade, só eu que vim com uma pessoa que me trouxe né?! Que... A pessoa não me trouxe pensando em me jogar na prostituição, a que me trouxe pra cidade... Eu queria vir pra casa da minha tia e acabei vindo, realmente, vindo pra casa da minha tia e lá eu tive um certo apoio entre aspas né?! Mas nunca é aquele apoio mesmo, e eu acabei vindo parar no cabaré. Encontrei uma pessoa que me colheu, muito mais. Geralmente, às vezes, hoje, você não pode dizer que a rua te acolhe, mas até um tempo você podia dizer isso, as pessoas te acolhiam sem pensar em fazer o mal, entendeu, como forma de ajuda. E foi isso que rolou comigo, graças a Deus. Aí eu fui trabalhar depois com 16 anos, achei que já tava pronta para me prostituir e fui, comecei a ganhar meu próprio dinheiro com meu corpo, né?! É... Aí depois eu entrei, eu fui estudar, que estudei e morava no cabaré quando eu estudei. Estudei em vários colégios, inclusive no Santa Teresa, que eu estudei à noite, estudei no Ninho, Colégio das Freiras também e isso foi me dando, assim, uma, me dando uma conscientização maior, melhor. Daí pra eu chegar aqui onde eu cheguei, né?! Porque hoje, assim, eu não tenho nenhum problema de falar a história da minha vida, isso é besteira, a gente não pode esconder um passado que não é um passado tenebroso, não é um passado é...

ruim, porque uma coisa que aconteceu na minha vida e que pode acontecer na vida de qualquer mulher e é um trabalho e tem que ser respeitado isso, tem que ser aceito e respeitado.

Por que entrou e permaneceu?

Eu acho que quando a gente coloca a necessidade, é uma coisa tão forte, foi a forma de ganhar o meu dinheiro (falou de forma enfática). Aí é cabível você entender que entra a questão de necessidade porque todo mundo tem suas necessidades, né?! Necessidade não é uma coisa que seja tão ruim de chamar, porque todo mundo tem uma necessidade na vida, queira ou não queira, né?!

Teve outra profissão?

Hum... Não, assim, na verdade, eu nunca vivi só de prostituição, entendeu? Porque eu trabalhava, tive muitas outras profissões, eu era garçõete, eu era manicure, cabeleireira, costureira, fazendeira de bolsa, vendedora ambulante, cozinheira, assim morando no cabaré, eu ia tendo outra complementação de renda, eu fazia de tudo. Aí fui dona de boate, dona não, gerente de boate, gostoso demais, a pessoa responsável era mais que mãe pra mim, ela deixava de ser gerente para ser minha segunda mãe.

Por quantos anos permaneceu e quando saiu? Por que saiu?

Eu fiquei mais de 30 anos. Morando numa casa de prostituição, uma boate, depois virou casa de cômodo, não era mais boate era só casa de moradia, que chama-se casa de cômodo, onde as pessoas alugavam os quartos, depois eu fui tomar, aí eu tomava conta dessa casa, enfim, e hoje eu tenho trabalho na área de prostituição.

A senhora ficou só em uma casa?

Nada! Morei em várias, porque eu era uma praguinha pra não pagar casa, aí tinha que ficar pulando de casa em casa, né?! Não, é brincadeira, eu morei em três casas definitivas, e fui gerente só em uma.

Enquanto gerente, a senhora atuava?

Não, aí fica difícil, né?! Aí você vira a líder da história, aí você, fica difícil e quando, onde mais você é cantada, não sei por que, não sei se isso é cultural.

Quando deixou de atuar na profissão do sexo?

Sair, sair é... Não, eu continuei, porque até hoje eu sou, eu me classifico como uma puta liderança no movimento né?! Então, a gente nunca sai, a gente sai de atuar como, mas você nunca deixa, você nunca sai (ênfase), porque você continua nas áreas, continua, agora assim, fazendo programa, realmente, faz muito tempo, porque eu casei, eu era casada assim... Não era no papel, mas eu passei junta dez anos, depois veio o pai das minhas filhas,

é... depois eu separei e passei junta mais três com outra pessoa, já tinha passado, eu morando na boate eu passei junta com uma pessoa três anos. Então, assim, eu levei um monte de tempo também nisso tudo tendo um parceiro só, uma pessoa só. Então, você tem um parceiro só, por mais que você... Mas você tem um parceiro só, e você aí já deve alguma... Meu parceiro, meu homem, aí você já deve alguma coisa para o camarada, né?!

Como foi, é, a postura da família com relação à escolha em atuar como profissional do sexo?

O lance da família é uma coisa, é assim, porque, deixa eu te falar, há quarenta anos atrás, é vou falar 50 anos atrás. Na verdade, eu vou te falar 60 anos atrás, nós não tínhamos nada que pudesse nos amparar em nada que a gente pudesse é... ter essa coisa de apoio né?! É, não por que a família era desestruturada, é porque a família, ela não tinha esse direcionamento, essa coisa que tem hoje, olha a mulher paria filho, era pra casar, o filho era pra casar, não paria filho pra ser gay, a filha pra ser prostituta. A partir da hora que, e sendo que nós estávamos mais na vulnerabilidade, porque muita das vezes quem acabava te prostituindo era o padrasto, o irmão, um tio, começava em casa, é tipo a violência, a prostituição começava em casa, porque não tinha educação, eles não eram culpados de não ter essa educação, então assim, é uma coisa que a gente vem construindo essa coisa de lá pra cá, mas a gente não pode condenar o que rolou porque a gente não pode condenar mesmo, era uma questão política, uma questão de estrutura, uma questão de desentendimento também, então assim, a minha família não entendeu, é... E entendeu, porque assim eu nunca fui assim eu é que da minha livre e espontânea vontade me afastei da minha família, porque nessa época cabaré, mulher de cabaré era a última das últimas, assim você nunca, você acha que a família não vai te aceitar e tal, pela educação que tua família tem. Até hoje a gente trabalha no lance de muita mulher ser prostituta, mas a família não saber. Então, isso aí não tá curado, não tá sarado. A minha família nunca optou. Eu perdi minha mãe por volta de seis anos de idade, perdi meu pai eu já era, eu tinha vinte e tantos anos, entendeu? Às vezes a família fica sabendo, mas foi como te falei, não teve questionamento, eu nunca fui questionada pela minha família, eles souberam por outra pessoa. Então assim, foi toda uma história, mas assim, família eu posso te falar da de hoje (pausa) e eu tenho uma família (ênfase), entendeu? Tenho filhos, tenho neto, aí eu tenho uma família, né?! É... que é uma família que eu saberia conduzir de uma forma bem elegante, eu entenderia tudo que pudesse vir rolar na minha família. Sempre nesse patamar de anos tinha rejeição, com certeza (ênfase), porque o que a gente vem trabalhando pra desconstruir o preconceito, não é de hoje. Hoje o nome prostituição (falou o nome com ênfase e pausadamente) ainda é um entrave na sociedade e a sociedade somos nós, mas hoje é um entrave na sociedade

prostituição, e imagine antes, aí você se vira pra um nome mais elegante, profissional do sexo, trabalhadora do sexo, é secretária, acompanhante, então assim, a gente também não questiona isso. Agora tem uma coisa, a gente tá trabalhando muito pra que a gente entenda realmente, estude realmente como se deu tudo isso, porque toda história tem seu fundamento, então a gente precisa saber realmente ao pé da letra, assim, por que, como aconteceu os primeiros casos (de prostituição), porque a gente tem um monte de coisa que a gente sabe.

Usava pseudônimo?

Não, não, não, de jeito nenhum. E não escondia, eu não me tornei ativista à toa, não. Eu levo isso pra onde eu for, pra qualquer lugar, até pra mesa do governador, porque eu sou ativista. Ativista não nega porque que você tá trabalhando na causa, porque que você... Não pode negar, então assim eu nunca neguei isso. É por tanto que eu estudei, fiz segundo grau, fiz cursos e mais cursos baseados na minha vida que eu levei e que ninguém tem nada a ver com isso, né? Não interferiram (família, amigos) nessa minha história.

Fale um pouco sobre os riscos da profissão.

Todas as profissões elas são difíceis, é difícil você ser médica e não ser uma boa médica, você tá vulnerável a qualquer hora um paciente te esculhambar, isso é notório, então, é... se você é advogada, você tá vulnerável a qualquer hora um cliente lhe meter a bala porque você não defendeu, então todas as profissões elas são perigosas, todas. Algumas com número de vulnerabilidade maior que é nosso caso, né?! Por que? Porque a mulher tá na rua, porque ela tá mais exposta, porque ela tá fazendo um, por acaso, ela vai se prostituir e vai ficar com um cara que ela nunca viu, ela tá mais vulnerável, mas todas as profissões são perigosas, cada uma tem o seu perigo constante.

Teve medo durante o exercício da profissão do sexo?

Não, eu sempre fui muito forte (falou com orgulho), eu sempre fui muito segura das coisas. Medo a gente tem medo, porque a gente tem medo... Hoje a gente tem mais medo do que ontem, hoje qualquer coisa apavora, no ontem você confiava mais, então é assim, eu não passei por tantas coisas assim por conta do medo porque assim antigamente a gente tinha mais, não era mais segurança, a gente tinha mais confiança nas pessoas e hoje a gente não tem.

Sofreu ameaça por não fazer algo que cliente pediu?

Bom, esse tipo de violência se sofre sim, naquela época sofria mais do que hoje porque hoje você dialoga, conversa, a mulher mesma ela já, isso já é uma educação sexual que a mulher já tem né?! Que ela já sabe que tem formas de fazer sexo que ela já tá sabendo

que o homem quer, gosta, então assim ele não tem motivo para violentar porque já tinha combinado. Naquela época não tinha conversa, nossa senhora.

Eu não sofria ameaça, porque assim, eu atuei muito na prostituição, mas eu me prostituí pouco, tu entendeu? Eu fiz pouco programa, eu não fiz muito programa, então assim, não tinha muito esses conflitos.

Correu risco de perder a vida durante a profissão?

Não, durante a profissão não, mas nas casas a gente sente sim, porque a violência percorre na vida da gente, né?! Então assim, às vezes, nem que querendo ou não você acaba brigando com alguém, discutindo com alguém, aí, é, você fica naquela defensiva. (Brigar com alguém de dentro?) Às vezes de dentro, às vezes de fora, às vezes com parceiro, né?! Às vezes com freguês, que eu sempre trabalhei em bar, eu sempre cuidei de... Às vezes por conta de outras pessoas, defendendo os direitos de outras pessoas, aí...

Houve algum desentendimento com cliente?

Não, não. Porque assim, eu sempre fui maleável.

Tem vergonha, arrepende-se?

Nunca! Nunca na vida, eu sou muito feliz. Me arrependo das coisas que eu não fiz. Ter me formado, me arrependo. Esse é um arrependimento que... Porque assim, agora não tenho tempo nem paciência, mas não ter me formado foi uma coisa que eu me arrependo. É... Outra coisa, ter mudado de país, não ter mudado de país, tive essa oportunidade demais, hoje eu me arrependo. (Com clientes, no caso?) Não, com clientes, com trabalho, com trabalho que não era trabalho de prostituição, era outro tipo de trabalho. Não me formei por falta de orientação.

Fale um pouco sobre assédio sexual às profissionais do sexo.

Quando as pessoas sabem, por acaso que tu é... mora num cabaré, né?! Então, ele acha que, tá num outro contexto... Por acaso, se eu chegar, vamos dizer assim no Palácio, né?! Eu gosto de ir no Palácio, (risos), aí a pessoa chega e diz assim: “Tu ainda mora naquele lugar?” Isso passa é muito comigo. Eu falo onde? Lá na Rua 28? Continuo! Porque isso é uma forma da pessoa te mexer, entendeu? É uma forma dele já querer fazer entender que você é puta, que você é... Entendeu? Então, isso é um assédio, que não é um assédio... Mas é um assédio violento com a pessoa física, com a pessoa, é com a moral não é nem com a física, é com a moral. Então, essa violência moral é a gente tem demais, porque as pessoas assim, “ah, porque é puta, eu não tenho que é... Ah é puta!” Sim, e aí? “É rapariga!” Sim, e aí? Ela perde o direito de ser mulher, de ser mãe, de amar, de ser amada? Não perde! Ela é tem o mesmo direito que as mulheres que não trepam, entendeu? Tem! Porque assim, muita

das vezes, tu vê as pessoas que falam assim são pessoas que não entendem nada de sexualidade e não se respeitam nem como mulher nem como homem, às vezes não se aceitam, que queriam estar naquele lugar que a pessoa tá, aí num consegue tá e atinge a pessoa que tá lá.

Sou altamente revoltada contra o preconceito que não deveria. Contra a violência? Também! Eu acho que não existe uma mulher hoje que não tenha revolta porque a gente vive, a gente tá perdendo as amigas mulheres de minuto em minuto. Os cara matam e violentam, batem, então assim, essa revolta que eu tenho não é... ela é banal, mas como ativismo contra a violência, seja ela de qual forma for. Mas eu não tenho revolta de nada (risos). Eu tenho revolta com a política que ainda não atingiu o que a gente queria que atingisse, que era respeito às mulheres, entendeu? Esse cuidado, cuidar das mulheres, né?! Porque assim, quando a gente quer ser igualitário aos homens, eles não aceitam, às vezes eles também não estão preparados, mas eles dão a resposta com a violência, certo? Então, às vezes, a gente tem que entender que a gente, não é que a gente seja fraca, é porque essa coisa, a gente tem um pouco mais fraco de fisicamente e isso que ainda tá muito forte na cabeça dos homens. Olha, eu sou homem e eu posso matar, eu posso bater nela, eu posso humilhar, então tá muito forte isso.

Relate casos seus e de amigas, algum marcou e por quê?

O assédio, claro que ele rola, mas muitas vezes a mulher que tá trabalhando na prostituição, ela tem que saber a forma com que ele está convidando, pra não ser um assédio e como ele está aí é diferente. De modo geral, a violência contra a mulher, ela ocorre muito dentro de casa, agora o que acontece... Porque se é no cabaré, ela tá no quarto. A violência contra a mulher, ela é muito camuflada. Os homens deixa a mulher ficar sozinha e quando ela não tá sozinha que ele violenta é porque ele quer aparecer, aí quando ele quer aparecer, ele vai lá, esculhamba no meio da rua e fala, porque ele já quer aparecer e aí ele já fica violento.

A maior parte dos que assediam são quem já usou os serviços ou quem nunca usou?

Não, isso aí não tem muita lógica, não. Isso aí é... Essa questão aí dessa violência... Porque, às vezes, o cara é violento de casa, por que ele ia deixar de violentar uma puta, uma prostituta, se ele já é violento em casa, essa educação dele é de berço, é de casa? Porque se ele dá na mulher dele em casa, evidentemente ele vai querer dar numa puta porque ele já tem essa coisa de eu vou dale porque é mulher, porque é frágil, porque tá no cabaré. Então, essas coisas são assim, a gente tá tudo junto e misturado, né?!

Quem mais assedia sexualmente, o brasileiro ou o estrangeiro?

Não, por incrível que pareça, os estrangeiros, eles não são violentos, eles são mais até, mais bons, mais cavalheiros.

Como se defendia no momento do assédio sexual?

Qualquer mulher se defende. Se a mulher vir dar um tapa na minha cara, eu vou dar um na dela também, não tenha dúvida. É essa defesa que todo ser humano se defende da tapa. Na mesma moeda, é de igual pra igual. Não tem essa de esperar papai, mamãe, não. Nem de levar pra dona da casa (casa de prostituição).

Sofreu agressão física durante a profissão?

Ah, sofri, sofri, muitas. Porque eu era muito braba, então eu sofri muito a violência, eu era brigadeira com quem errava, com quem era da casa e com quem vinha pra casa errar, esculhambar minhas colegas, brigar, fazer sexo e não pagar, aí o pau fechava. Aí a gente acabava levando umas bolachas, mas nada que a gente não tirasse de letra depois (risos).

As profissionais do sexo tinham suporte da polícia contra o assédio sexual?

Não. A polícia 40 anos atrás mais ou menos, ela sempre agiu com poder maior, também com preconceito, né?! E também com aquela questão do se apropriar do que ele já era, entendeu? Se era polícia, tem que respeitar polícia, a mulher tinha que respeitar polícia, entre outras coisinhas mais. Tratavam muito mal. O preconceito maior era da polícia até, acabava sendo da parte deles, não da nossa.

Esses casos mexeram emocionalmente, desmotivaram o exercício do trabalho?

Violência emocional, mexe emocionalmente com qualquer mulher, né?! Porque só você lembrar que um homem te bateu, que um homem te machucou, claro que vai mexer no teu ego, num tenha dúvida, vai te deixar sequelas assim: “pô o cara me bateu e tal, não nasci pra apanhar e tal”

Não, não, não, não! Tanto que eu tô aqui te dizendo que não tenho motivo pra ser triste.

O que buscava para superar essas lembranças?

As coisas, você brigar pelos direitos. Se um cara me bater, eu tenho que brigar pra botar ele na cadeia. Se eu conseguir botar ele na cadeia, glória a Jesus. Se não conseguir, a sequela fica maior, porque ele pode bater em outras e outras, em outras e outras, mas...

Caso que presenciou, que marcou

Já, teve! É... Assassinato de colegas minhas, que foram assassinadas e isso fica pra sempre, né?! É... Mulheres que apanharam, que sofreram.

Algum conselho para quem pretende trabalhar como profissional do sexo?

Não é conselho... O que a gente fala é assim: Qualquer profissão que você escolha, você tem que ter cuidado, porque você tem que ser maior de idade, ser documentado, estudar.

Como se deu a relação com a comunidade, como líder comunitária?

A gente tem que fazer a sociedade entender que todo cidadão tem direito e tem dever, tem que entender isso. Outra coisa que assim, esse bairro aqui, ele era muito dividido, Desterro, Zona, Zona, é uma história muito longa, então assim, eu sempre achei o seguinte: eu vou pro Desterro porque o Desterro não é dos ricos, é de todo mundo e é um bairro que é bem aqui, né?! Então assim, esse paradigma a gente tem que quebrar, essa barreira a gente tem que quebrar. Aonde tava as casadas, as moças, eu tava lá, porque eu sou muito mulher, eu preciso tá nos espaços com todo mundo. O problema é que eu preciso fazer as pessoas entender que eles têm que respeitar as pessoas do jeito que são.

Qual sua história com a APROSMA?

Hoje, a gente tem o movimento e rolou por conta de trabalhos. Senti a necessidade de organizar, de trabalhar pra poder cobrar as políticas, entre outras coisas.

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Pelo presente documento, eu, Maria de Jesus Arcida Costa, brasileira, SOLTEIRA, Funcionária Pública, CPF nº _____, Carteira de Identidade nº _____, emitida pelo _____, domiciliado e residente em _____, na rua da Escola, nº 535, bairro Penitentes, declaro ceder a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental, concedida a mestrandia Priscila Fernanda Santiago Ferreira, orientanda do professor doutor Wellington Lima Amorim, para a pesquisa "ASSÉDIO SEXUAL: uma forma de desengajamento moral no ambiente de trabalho das profissionais do sexo".

O objetivo da pesquisa é compreender a manifestação dos diversos mecanismos utilizados como forma de desengajamento moral contra as profissionais do sexo a partir do relato de uma profissional vítima de assédio sexual, em São Luís.

Estou ciente que os dados coletados (depoimento, áudio, etc.) serão utilizados com finalidade de pesquisa, respeitando todos os preceitos da ética. Os dados coletados somente serão utilizados para pesquisa e os resultados serão veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos.

A acadêmica Priscila Fernanda Santiago Ferreira fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins científicos e acadêmicos, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autoria.

A entrevistada poderá obter informações sobre o andamento da pesquisa e/ou seus resultados por meio do e-mail: priscila.santiago92@hotmail.com, bem como poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo algum.

São Luís, 28 de dezembro de 2018.

Autorizo a utilização de meu nome: sim não ()

Em caso de anonimato, eu serei identificada com o nome de _____

Autorizo a utilização de minha(s) imagem(s): sim não ()

Maria de Jesus Arcida Costa
Maria de Jesus Costa

Priscila Fernanda Santiago Ferreira
Priscila Fernanda Santiago Ferreira
Pesquisadora

ANEXO B – ENTREVISTA DO JORNAL “O IMPARCIAL”

☰
O IMPARCIAL

ENTREVISTA

Ex-prostituta vira militante de causas feministas

Ex-prostituta, ativista e militante pelos direitos da mulher, Maria de Jesus Costa, mais conhecida como De Jesus, contou um pouco da sua trajetória

Por: Patrícia Cunha

Data de publicação: 23 de Outubro

Ouça este conteúdo

0:00100% audívia

📱 1.3K
📧
📧



Foto: Honório Moreira

Foi com um sorriso no rosto que a coordenadora-geral da Associação das Profissionais do Sexo do Maranhão (Aprosuma), Maria de Jesus Costa, recebeu a nossa reportagem. “Posso falar da minha vida com prazer”, disse ela. Quando chegamos a sua humilde residência em uma rua do Centro Histórico, ela tinha acabado de chegar do hospital, onde estava acompanhando uma pessoa. “É uma luta. E não é nem meu namorado, menina (risos), isso é um ex”, contou.

O anúncio cobriu o conteúdo

Anúncio visto várias vezes

O anúncio era inadequado

Não quero ver o anúncio

De Jesus revelou que o inédito Encontro Nacional de Prostitutas, realizado em São Luís, foi como um impulso para que as coisas começassem a acontecer pra valer no estado.

Maria de Jesus Costa diz que tem “60 e uns anos”. Solteira, mãe de três filhos e avó de uma neta, a maranhense, natural de São Bento, mora em São Luís, mais precisamente no Centro Histórico (Desterro), desde os 13 anos. Viu e viveu muita coisa durante os mais de 50 anos na cidade. Se apaixonou e desapaixonou muitas vezes. Foi enganada e também cometeu alguns “deslizes”, como ela mesmo diz, mas se orgulha do que conseguiu ter: uma família.



manicure, costureira, cabeleireira, cuidou de bar... Conseguiu concluir o antigo 2º Grau. Hoje, engajada, trabalha com políticas públicas, faz parte do movimento de luta pelos direitos das prostitutas desde 1985, fundou a Aprosmá em 2002 e é a representante no Nordeste da Rede Brasileira de Prostitutas. A história de vida, a luta como ativista em favor da mulher, o abuso sofrido na infância, a vida na antiga Zona do Baixo Meretrício, entre outros assuntos, você confere na entrevista abaixo.

O Imparcial – O que ficou do Encontro que aconteceu em setembro?

Maria de Jesus – O Maranhão, nesse momento para a categoria, estava bem mais centrado. Tivemos um apoio maior, sem contar que o Ministério da Saúde apoiou 80% e tinha que apoiar mesmo. Tem que funcionar principalmente quando ela tem um eixo que fala da saúde integral. Fala-se muito que a mulher prostituta, profissional do sexo, garota de programa, precisa muito cuidar da vagina e não é só isso. Ela precisa cuidar do corpo inteiro, como toda mulher. Você tem que falar da cabeça, do coração, porque essa mulher não tem problema só embaixo, tem familiar, tem a questão da violência. Tem muita coisa, até mesmo a história de vida, que às vezes traz danos.

O que tem sido trabalhado com as profissionais do sexo?

A gente tenta desconstruir alguns conceitos. Por exemplo, autoestima é uma coisa que não se trabalha mais. Porque a autoestima quando tu encontra (sic) a pessoa ela está triste, apagada, não tá nem aí, e isso é contrário da mulher que está trabalhando com o corpo. Ela quer sempre estar cheirosa, bem arrumada, envolve todo um contexto. A autoestima ela já tem por conta do trabalho dela. Cidadania é algo que a gente não trabalha também, porque todas são cidadãs a partir do momento que tem documentação. Isso descobrimos durante o nosso Encontro que é algo que já vinha sendo trabalhado errado ao longo do tempo. Então, esses dois eixos vêm sendo destacados, além da questão da violência, do uso de drogas.

Como a Rede contabiliza essas prostitutas? Como é feito esse cadastro?

O evento foi para nortear, para cada estado mostrar como trabalha. Não tem um cadastro. Fazemos visitas e temos um entrave porque nem todo mundo quer falar da sua vida. E também é um direito da mulher não se identificar. Em 2015, tínhamos 1.400 contabilizadas. Depois disso não fizemos mais esse cadastro. Mas este ano ainda faremos esse levantamento.

A senhora está casada?

Não. Aliás, sou. Tenho um companheiro nato que é meu trabalho, que vale mais do que ter um homem para estar me cobrando as coisas. Eu já ganhei tudo que tinha que ganhar: minha família. Tenho três filhos e uma neta. As coisas não são tão fáceis. Entrar para qualquer movimento não é fácil. Não é fácil dizer eu sou gay, mudar de sexo... Não é fácil olhar para a família e dizer: eu sou prostituta. Tanto que a gente não trabalha com esse positivo: “Eu sou mulher e faço programa para minha sobrevivência”. Eu não sou obrigada a fazer uma reunião e dizer eu sou prostituta.

Então, esse termo vocês também querem abolir?

Não. A Rede é Rede Brasileira de Prostitutas, só que a gente também tem um respeito por quem opta em não dizer que é prostituta. Eu não tenho que falar para agradar gregos e troianos. Agora a palavra é muito antiga e não é fácil a gente tirar isso do vocabulário. Até na questão do preconceito você não vai falar “que garota de programa safada”. Você vai dizer “que p... safada!”, então tá na história. E a gente precisa muito trabalhar isso, a questão do projeto de lei...



manicure, costureira, cabeleireira, cuidou de bar... Conseguiu concluir o antigo 2º Grau. Hoje, engajada, trabalha com políticas públicas, faz parte do movimento de luta pelos direitos das prostitutas desde 1985, fundou a Aprosmá em 2002 e é a representante no Nordeste da Rede Brasileira de Prostitutas. A história de vida, a luta como ativista em favor da mulher, o abuso sofrido na infância, a vida na antiga Zona do Baixo Meretrício, entre outros assuntos, você confere na entrevista abaixo.

O Imparcial - O que ficou do Encontro que aconteceu em setembro?

Maria de Jesus - O Maranhão, nesse momento para a categoria, estava bem mais centrado. Tivemos um apoio maior, sem contar que o Ministério da Saúde apoiou 80% e tinha que apoiar mesmo. Tem que funcionar principalmente quando ela tem um eixo que fala da saúde integral. Fala-se muito que a mulher prostituta, profissional do sexo, garota de programa, precisa muito cuidar da vagina e não é só isso. Ela precisa cuidar do corpo inteiro, como toda mulher. Você tem que falar da cabeça, do coração, porque essa mulher não tem problema só embaixo, tem familiar, tem a questão da violência. Tem muita coisa, até mesmo a história de vida, que às vezes traz danos.

E como está o projeto de lei?

A gente precisar ir com o Jean Wyllys (deputado federal PSOL-RJ) e bater na tecla até que ele nos diga realmente... porque isso é uma coisa que é um entrave, é briga para anos e anos. E nós queremos a legalização da prostituição como profissão.

A senhora começou a ser prostituta quando e porquê?

Eu sofri abuso quando tinha 12 anos. Não tive infância. E te digo uma coisa, tudo tem que ter uma base familiar e eu não tive. Os meus pais me deram e a pessoa que era para tomar conta de mim, me abusou. Mas isso não me afeta hoje e eu também não culpo meus pais. Isso me levou a sofrer discriminação da minha própria família. Era uma época muito machista de que o homem podia tudo. E a errada sempre era a vítima.

Não mudou muito, não é? E depois dessa violência, o que aconteceu?

Eu achava que a minha família era culpada. Mas não tem culpados. Teve situação. Então eu vim para São Luís com 13 anos com uma pessoa que me dizia que eu ia morar com ele. Eu era uma criança, mas ele me deixou no meio do caminho, antes de chegar a São Luís. Eu consegui chegar e fui morar com uma tia, mas não me adaptei porque tinha que trabalhar na casa, cuidar dos filhos. Daí encontrei uma colega e resolvemos ficar juntas para procurar emprego. Encontramos um policial que disse que tinha um lugar para a gente ficar. E esse lugar era a Zona do Meretrício.

Foi aí que tudo começou?

A gente foi para um barzinho. Éramos muito crianças. Mas era uma questão de sobrevivência. E aí nesse campo eu peguei uma doença sexualmente transmissível. E foi uma coisa boa. Para mim esse ponto de partida não foi cruel. Mas não quero que sirva de exemplo. Por que não achei cruel? Porque hoje eu posso chegar para uma pessoa e falar de DST, de violência, da vida, das políticas públicas, da experiência que eu tive sem um pingão de mágoa. O líder tem que passar a informação para a frente,



O que na sua época não tinha...

Não. Eu achei pessoas acolhedoras, mesmo menor de idade. Eu ainda fui presa, porque era menor. Nessa época tinha os chefes de captura e nos levou presas, eu e minha colega. A dona do bar ficou penalizada porque eu era bem trabalhadora, então ela foi me buscar. Naquele tempo era tudo muito errado, mas era normal... Era normal vir menor do interior para trabalhar e engravidar do filho do patrão.... Eu peguei DST com 14 anos, fiquei doente, e doente você não podia ficar na casa pois estava impossibilitada de trabalhar, de ganhar dinheiro, de pagar seu quarto.

E o que você fez?

O dono mandava ir embora. Eu dormi muito na sarjeta.

E você sabe com quantos homens ficou?

(Risos). Ah, isso não! O que eu vou te dizer é que eu só soube o que era orgasmo depois de muito tempo de vida. E foi com alguém que eu gostava.

A senhora se apaixonou muitas vezes?

Vixe. Muitas. Porque você fica muito vulnerável. Você encontra todo tipo de homem. Eu gostava de ter parceiro fixo, mas tinha também gigolô (risos). Se eu gostasse, era meu.

Fazer programa foi uma opção? A senhora quis um dia não fazer mais?

Eu fui uma pessoa que não fui só uma mulher de programa. Eu estudava a noite, fazia cursos, cuidava de uma boate, cuidava de uma pessoa. Quando eu saía do colégio ainda fazia algum programa, um ou dois. Mas sair da vida foi uma coisa que aconteceu gradativamente.

E a senhora ganhou muito dinheiro?

Com prostituição só não. Eu trabalhava em outras coisas que desse para sustentar.

O que você conta de negativo?

A violência que sofri, exploração, a falta de base familiar.

E de positivo?

É o hoje. Hoje eu posso dizer para você que eu sou equilibrada. Nunca fui doida, mas hoje ninguém consegue me botar debaixo do chinelo, me pisar. Hoje eu sei os direitos que toda prostituta tem. E outra, você não pode ser um líder que não conhece os direitos, que se aproveita da política partidária.

E a sua família, como lida com a sua história?

O meu contexto familiar tem que ter respeito. As minhas filhas nunca discutiram a minha vida. Eu sempre disse: "É isso aqui". Conto uma história real. E os meus filhos respeitam e não precisaram seguir o mesmo caminho que o meu.